

**UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL**  
**PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - MESTRADO**  
**PROFISSIONAL**

**FERNANDO O'GRADY CABRAL JUNIOR**

**CAMINHOS DE PERMANÊNCIA: A RESISTÊNCIA E O MODO DE VIDA DOS**  
**QUILOMBOS DE BANGUELAS EM PRAINHA (PA)**

**Caxias do Sul**

**2024**

**FERNANDO O'GRADY CABRAL JUNIOR**

**CAMINHOS DE PERMANÊNCIA: A RESISTÊNCIA E O MODO DE VIDA DOS  
QUILOMBOS DE BANGUELAS EM PRAINHA (PA)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História como pré-requisito para obtenção do título de mestre em História pela Universidade de Caxias do Sul. Linha de pesquisa: Linguagens e Cultura no Ensino de História.

Orientadora: Dra. Eliana Gasparini Xerri

**Caxias do Sul**

**2024**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Universidade de Caxias do Sul  
Sistema de Bibliotecas UCS - Processamento Técnico

C117c Cabral Junior, Fernando O'Grady

Caminhos de permanência [recurso eletrônico] : a resistência e o modo de vida dos quilombos de Banguelas em Prainha (PA) / Fernando O'Grady Cabral Junior. – 2024.

Dados eletrônicos.

Dissertação (Mestrado) - Universidade de Caxias do Sul, Programa de Pós-Graduação em História, 2024.

Orientação: Eliana Gasparini Xerri.

Modo de acesso: World Wide Web

Disponível em: <https://repositorio.ucs.br>

1. História - Estudo e ensino. 2. Quilombos - Prainha (PA) - História. 3. Quilombolas - Prainha (PA) - Aspectos culturais. 4. Quilombolas - Prainha (PA) - Usos e costumes. 5. Negros - Prainha (PA) - Identidade étnica. I. Xerri, Eliana Gasparini, orient. II. Título.

CDU 2. ed.: 94(811.5).027:37

Catalogação na fonte elaborada pela(o) bibliotecária(o)  
Ana Guimarães Pereira - CRB 10/1460

# CAMINHOS DE PERMANÊNCIA: A RESISTÊNCIA E O MODO DE VIDA DOS QUILOMBOS DE BANGUELAS EM PRAINHA (PA)

*Fernando O'Grady Cabral Junior*

Trabalho de Conclusão de Mestrado submetido à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Caxias do Sul, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em História, Área de Concentração: Ensino de História: Fontes e Linguagens. Linha de Pesquisa: Linguagens e Cultura no Ensino de História.

Caxias do Sul, 03 de dezembro de 2024.

## Banca Examinadora:

Dra. Eliana Gasparini Xerri  
Orientadora  
Universidade de Caxias do Sul

Dra. Aline Passuelo de Oliveira  
Universidade de Caxias do Sul

Dra. Neli Teresinha Galarce Machado  
Universidade do Vale do Taquari

À minha família, que sempre esteve ao meu lado, oferecendo incentivo e acreditando em mim incondicionalmente, meu eterno reconhecimento e gratidão. O amor, o apoio e a compreensão de vocês foram essenciais para que eu pudesse atingir essa etapa tão importante da minha vida.

Aos meus amigos, que dividiram comigo conhecimentos e me ofereceram suporte nas horas de dificuldade.

Aos meus professores e à minha orientadora, que me guiaram com sabedoria, paciência e dedicação. As orientações e os conhecimentos transmitidos por vocês foram imprescindível para o desenvolvimento deste trabalho acadêmico.

Essa conquista é, em grande parte, fruto do apoio, da amizade e do conhecimento que recebi de cada um de vocês.

## **AGRADECIMENTOS**

Gostaria de expressar meus agradecimentos a todos que contribuíram para a realização desta dissertação. Primeiramente, sou imensamente grato a minha orientadora, Dr. Eliana Gasparini Xerri, pela orientação precisa, apoio constante sugestões ao longo deste processo.

Agradeço também aos professores e colegas do curso pela troca de conhecimentos, debates construtivos e incentivo durante minha jornada acadêmica. Suas perspectivas enriqueceram minha compreensão do tema e foram essenciais para o desenvolvimento desta pesquisa.

Ainda, expresso minha gratidão aos participantes da pesquisa, cuja colaboração generosa e disposição em compartilhar suas experiências forneceram os dados necessários.

Também, não posso deixar de mencionar meus amigos e familiares, cujo apoio emocional e encorajamento constante foram importantes em todos os momentos deste percurso.

## RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar as dinâmicas do modo de vida e a resistência histórica das comunidades quilombolas em Prainha, buscando apresentar as práticas culturais, sociais, econômicas e ambientais que caracterizam a comunidade. Do ponto de vista metodológico, esta pesquisa está ancorada na História Cultural e adota uma abordagem qualitativa, fazendo uso de técnicas como questionário, observação em campo e análise documental. Para a obtenção das informações necessárias e o devido atendimento às questões investigativas, foram realizadas visitas à comunidade dos Banguelas, situada às margens do rio Caminaú, entre dezembro de 2023 a fevereiro de 2024. Durante essas visitas, foram conduzidas entrevistas e observações nas residências, fornos, áreas cultivadas, escola, capela e nas margens do lago, onde se desenvolvem atividades relevantes para a comunidade. Em campo, verificou-se que os precursores desta comunidade, desde o princípio, ansiavam por restabelecer os vínculos familiares e conquistar a liberdade para construir relações livres de influências externas, que moldou os valores e as práticas que orientam a vida comunitária até os dias atuais. A comunidade, portanto, valoriza de maneira especial os seus bens imateriais, como os ensinamentos de vida, a harmonia familiar e a liberdade que floresce em sua localidade, estando presente nos laços entre os membros, na preservação e transmissão de suas tradições culturais e no cuidado com os recursos naturais, que são mantidos por meio de práticas sustentáveis de manejo. Nesta senda, atualmente, embora as atividades culturais expressivas continuem a ocupar um espaço central na vida da comunidade, houve uma mudança no âmbito religioso, pois, enquanto os antepassados adotavam práticas de raízes Afro-Brasileiras, hoje, a comunidade é exclusivamente católica. Ainda assim, as tradições e os rituais que marcaram a identidade cultural dos ancestrais deixaram uma influência duradoura nas celebrações locais. Em termos de subsistência, a comunidade continua a seguir métodos tradicionais, como o cultivo de roçados e a exploração extrativista de frutos. Além dessas práticas, a transmissão do conhecimento ocorre através de uma educação de cunho familiar, passada de geração em geração, bem como pelo acesso a instituições formais de ensino. Nesse contexto, o produto educacional desenvolvido como parte integrante desta dissertação, materializado na forma de uma cartilha, assume um papel importante, visto que documenta e valoriza a herança cultural e histórica da comunidade quilombola dos Banguelas, além de servir como um recurso pedagógico.

**Palavras-chave:** Ensino de História; Comunidades quilombolas; Resistência; Banguelas; Cartilha.

## ABSTRACT

This work aims to analyze the dynamics of the way of life and the historical resistance of the quilombola communities in Prainha, seeking to present the cultural, social, economic, and environmental practices that characterize the community. From a methodological perspective, this research is anchored in Cultural History and adopts a qualitative approach, using techniques such as questionnaires, field observation, and document analysis. To obtain the necessary information and adequately address the investigative questions, visits were made to the Banguelas community, located on the banks of the Caminaú River, between December 2023 and February 2024. During these visits, interviews and observations were conducted in homes, ovens, cultivated areas, the school, chapel, and along the lake's shores, where relevant activities for the community take place. In the field, it was observed that the pioneers of this community, from the beginning, longed to restore family ties and gain the freedom to build relationships free from external influences, shaping the values and practices that guide community life to this day. The community, therefore, places special value on its intangible assets, such as life teachings, family harmony, and the freedom that flourishes in its locality, which are present in the bonds between members, in the preservation and transmission of their cultural traditions, and in the care for natural resources, which are maintained through sustainable management practices. In this regard, although expressive cultural activities continue to occupy a central place in the life of the community, there has been a shift in the religious sphere, as while the ancestors adopted Afro-Brazilian practices, today, the community is exclusively Catholic. Nevertheless, the traditions and rituals that shaped the cultural identity of the ancestors have left a lasting influence on local celebrations. In terms of subsistence, the community continues to follow traditional methods, such as the cultivation of crops and the extractive exploitation of fruits. Besides these practices, knowledge is transmitted through family-based education, passed down from generation to generation, as well as through access to formal educational institutions. In this context, the educational product developed as part of this dissertation, materialized in the form of a booklet, plays an important role, as it documents and values the cultural and historical heritage of the Banguelas quilombola community, in addition to serving as a pedagogical resource.

**Keywords:** History Teaching; Quilombola Communities; Resistance; Banguelas; Booklet.



## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ADCT	Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
RTID	Relatório Técnico de Identificação e Delimitação

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1:</b> Mapa de localização do Município de Prainha .....	46
<b>Figura 2:</b> Vista parcial da Comunidade de Banguelas, com destaque para o rio, as embarcações locais e uma área residencial ao fundo.....	54
<b>Figura 3:</b> Residências de madeira elevadas, típicas da Comunidade de Banguelas, adaptadas às condições locais.....	55
<b>Figura 4:</b> Vista lateral de uma residência de madeira elevada, típica da Comunidade de Banguelas, com estrutura simples e características que refletem os recursos disponíveis .....	56
<b>Figura 5:</b> Imagem de perfil de uma casa na Comunidade de Banguelas, construída em madeira com cobertura de palha, destacando aspectos arquitetônicos locais....	58
<b>Figura 6:</b> Transporte tradicional de mandioca em aturás, destacando a prática comunitária e o uso de técnicas locais na Comunidade de Banguelas.....	77
<b>Figura 7:</b> Processo tradicional de mandioca tucumolhe, imersa em água para fermentação, prática comum na Comunidade de Banguelas.....	78
<b>Figura 8:</b> Processo comunitário de raspagem da mandioca na Comunidade de Banguelas, envolvendo moradores de diferentes faixas etárias em uma atividade tradicional.....	81
<b>Figura 9:</b> Mandioca sevada, obtida através de um processo mecanizado tradicional, utilizando equipamentos simples e rústicos na Comunidade de Banguelas .....	83
<b>Figura 10:</b> Processo de torrefação da farinha na Comunidade de Banguelas, realizado em um forno artesanal .....	85
<b>Figura 11:</b> Pescador da Comunidade de Banguelas exibindo o peixe capturado, ao lado de uma canoa tradicional.....	97
<b>Figura 12:</b> Lago de Urumaú, Prainha .....	98

## LISTA DE TABELAS

**Tabela 1:** Edificações que existem em Banguelas: .....59

**Tabela 2:** Perfil populacional de Banguelas .....59

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1:</b> Sinopse dos aspectos legais relativos aos quilombos no Brasil .....	34
--	----

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>13</b>
<b>1 QUILOMBOS NO BRASIL: UMA REVISÃO SOBRE CONCEITO, HISTÓRIA E DIREITOS</b> .....	<b>23</b>
1.1 Conceito de quilombo .....	23
1.2 Breve história dos Quilombos no Brasil .....	28
1.3 Os direitos dos Quilombolas no Brasil: legislações pertinentes .....	33
<b>2 ASPECTOS DOS MODOS DE VIDA EXISTENTES NA COMUNIDADE DE BANGUELAS</b> .....	<b>43</b>
2.1 Aspectos históricos e geográficos de prainha .....	45
2.1.1 O município de Prainha .....	45
2.1.2 Aspectos históricos e geográficos da comunidade de Banguelas .....	49
2.2 Religiosidade.....	60
2.3 Atividade econômica da comunidade: a produção de farinha .....	67
2.4 Desmatamento.....	69
2.5 Queimada .....	72
2.6 Plantio .....	74
2.7 Colheita.....	76
2.8 A fabricação da farinha.....	80
2.9 A comercialização da farinha .....	86
2.10 Produtos alimentícios derivados da mandioca .....	87
2.11 O extrativismo .....	95
2.12 Preservação .....	98
2.13 A permanência da comunidade .....	101
<b>3 CARTILHA EDUCATIVA: CONSCIENTIZAÇÃO E VALORIZAÇÃO DA CULTURA QUILOMBOLA</b> .....	<b>109</b>
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>139</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>145</b>
<b>ANEXOS</b> .....	<b>154</b>
ANEXO A - ROTEIRO DE ENTREVISTAS .....	154
ANEXO B – TERMO DE AUTORIZAÇÃO E RESULTADO DE ENTREVISTAS INDIVIDUAIS .....	160

## INTRODUÇÃO

Meu nome é Fernando e, na condição de Tabelião Registrador na cidade de Prainha, Pará, testemunho diariamente a trama histórica e cultural que se tece em minha região. Minha proximidade com as narrativas e disputas pelo reconhecimento e registro de terras, muitas das quais pertencentes a comunidades quilombolas, acentuou minha sensibilidade para as nuances históricas locais e surgiu a urgência de um olhar sobre esses atores sociais frequentemente marginalizados por Políticas Públicas.

Dessa forma, o mestrado em História surgiu como uma rota natural na busca por compreender e valorizar essas narrativas, e foi nesse percurso que me deparei com a riqueza e singularidade dos quilombos de Prainha. Optei por concentrar minha pesquisa em um quilombo específico que, apesar de estar inserido em uma região com uma considerável quantidade dessas comunidades, destaca-se pelo seu dinamismo e pelas intensas lutas pela terra que vem travando, bem como pelo fato de ser um povo ainda mais singular, devido ao pouco contato com a sociedade, devido as longas distâncias dos centros urbanos.

Esta escolha se alinha com minha experiência profissional e ressalta a necessidade de mais estudos focados em quilombos individuais, cujas histórias e desafios são frequentemente eclipsados por uma visão mais generalista. Assim, esta pesquisa contribui para a construção de um conhecimento histórico mais inclusivo e reitera a minha própria jornada de aprendizado e compromisso com a justiça social e o reconhecimento da diversidade cultural da região em que resido.

Ao visitar Prainha, você encontra quatro desses quilombos, verdadeiras testemunhas vivas da história e cultura afro-brasileira. A região é amplamente reconhecida por abrigar essas comunidades remanescentes de quilombos que, ao longo dos anos, conseguiram preservar suas raízes culturais e resistir diante das adversidades impostas pela sociedade.

A relação estabelecida dessas pessoas com a terra é marcada pela ocupação histórica, no qual conjectura uma conexão ancestral com o solo e uma luta contínua pela permanência e pelo reconhecimento de seus direitos territoriais. Essa persistência é evidente, tanto que recentemente têm-se observado avanços em

termos de políticas públicas e legislações que visam garantir a segurança e a legitimidade de suas terras<sup>1</sup>.

A história dessa comunidade remonta ao período Colonial, quando o Brasil era um ponto no comércio de escravizados, onde enfrentaram condições inumanas e alguns encontraram força para escapar das fazendas e engenhos onde eram subjugados. Na busca por liberdade, estabeleceram comunidades autônomas e ocultas, conhecidas como quilombos (Silva, 2021).

Nestes locais, os grupos de pessoas descendentes desenvolveram técnicas de sobrevivência, utilizando geralmente o conhecimento do ambiente local, bem como aprenderam a cultivar, caçar e pescar, alcançando autonomia em um contexto adverso. Ademais, preservaram e repassaram suas tradições culturais, mitos e crenças de forma oral, o que se mostrou necessário para a manutenção de sua identidade (Lopes, 2020).

A luta dos quilombolas passou da busca pela liberdade, tendo em vista que vários emergiram como centros de resistência contra os autoridades da época Colonial, onde se protegiam contra tentativas de invasão (Santos, 2019). Dentro desse contexto, é válido ressaltar que, pela primeira vez, o Censo Demográfico do Brasil do IBGE (2022) incluiu as comunidades quilombolas em suas estatísticas, marcando um momento histórico e de grande importância para essas populações<sup>2</sup>.

Essa inclusão representa um avanço na visibilidade dessas comunidades, que há séculos enfrentam marginalização e invisibilidade social, reconhecendo oficialmente a existência dessas comunidades e coletando dados delineados sobre aspectos demográficos, socioeconômicos e culturais específicos, como a localização geográfica, as condições de moradia, acesso a serviços básicos e a preservação de suas tradições culturais (Oliveira, 2023).

A obtenção desses dados é importante para o aprimoramento do planejamento territorial e a formulação de políticas públicas mais inclusivas, que considerem as necessidades reais das comunidades quilombolas. Também, a inclusão no Censo

---

<sup>1</sup> AGÊNCIA PARÁ. **Governo do Pará reconhece comunidade quilombola em Prainha**. 2023. Disponível em: <https://agenciapara.com.br/noticia/29249/governo-do-para-reconhece-comunidade-quilombola-em-prainha>. Acesso em: 19 abr. 2024.

<sup>2</sup> IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE divulga retrato inédito sobre quilombolas e ressalta modelo de consulta às lideranças dessa população**. 2022. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/noticias-por-estado/37489-ibge-divulga-retrato-inedito-sobre-quilombolas-e-ressalta-modelo-de-consulta-as-liderancas-dessa-populacao>. Acesso em: 29 jul. 2024.

também possibilita que as próprias comunidades quilombolas tenham acesso a informações relevantes sobre si mesmas, fortalecendo sua identidade coletiva e sua luta por reconhecimento e direitos.

Pois, consoante Anjos, Quadros e Lopez (2021, p. 366) “os modos de organização dos povos quilombolas eram desconhecidos no contexto dos estudos sobre o desenvolvimento rural no Brasil”. Do mesmo modo, o Estado brasileiro não considerava as comunidades quilombolas como uma entidade distinta dentro do sistema agrário nacional, o que resultava na ausência de Políticas Públicas direcionadas especificamente a esses grupos.

Fazendo um recorte geográfico, é preciso destacar os aspectos históricos e culturais de Prainha (PA), não somente pelo fato de ser objeto de pesquisa da presente dissertação e sim por serem autênticos da história e da cultura afro-brasileira na região, onde é o lar de variadas comunidades quilombolas que, ao longo dos tempos, conseguiram manter vivas suas tradições culturais e enfrentar os desafios impostos pela sociedade moderna.

Ao visitar essas comunidades, percebe-se de primeira vista o ambiente acolhedor, rico em histórias que foram passadas de geração em geração, onde através de uma simples observação verifica-se moradias de barro e outras construções tradicionais que evocam um tempo remoto.

Cada quilombo em Prainha possui uma identidade única, refletida em seus costumes, crenças e práticas culturais distintas. Essas tradições são compartilhadas com os visitantes, principalmente por meio da dança, música e gastronomia, formas vibrantes de expressão artística que celebram as raízes africanas e a história dessas comunidades. Embora o turismo na região represente um potencial ainda subutilizado como fonte de renda, essas manifestações culturais oferecem uma janela para a diversidade do patrimônio local.

Durante uma visita de aproximadamente sete horas em dezembro de 2023, tive a oportunidade de interagir com os habitantes locais e observar o orgulho que possuem de sua herança cultural. O acesso ao local mostrou-se desafiador, dada a sua difícil localização, contudo, contei com a ajuda essencial de duas pessoas que conheciam bem a região; sem elas, a interação com a comunidade e a compreensão dos caminhos seriam praticamente impossíveis, haja vista que esses guias locais facilitaram o contato com moradores próximos, permitindo a troca de experiências e o compartilhamento de histórias.



Os relatos dos moradores ressaltaram a luta incessante de seus ancestrais pela liberdade e dignidade, enfrentando as dificuldades subsequentes impostas por leis excludentes. Essas histórias estabelecem uma conexão com um passado de resistência e são importantes para a valorização dessa trajetória, que é objeto de estudo nesta empreitada dissertativa.

Pois, concordando com Anjos, Quadros e Lopez (2021 p. 371) “sustentamos que o que chamamos de estilo de criatividade quilombola tem se desenvolvido como um tecido de vínculos com a terra, entre os quilombos e com os produtos da terra, dando origem a redes heterogêneas de uma autonomia oscilante”.

Em especial, o estudo também trata da presença de uma racionalidade cultural em uma comunidade conhecida como Banguelas, situada na localidade de São João, frequentemente referida como Lago dos Banguelas, localizada especificamente às margens do rio Caminaú<sup>3</sup>, no município de Prainha.

As atividades desenvolvidas em Banguelas, que abrangem esferas religiosas, extrativas, educacionais, artesanais, de preservação e econômicas, originam-se de uma cultura que vem sendo transmitida entre gerações por cerca de um século. Os moradores estabeleceram-se na região aproximadamente em 1921, vindos de diferentes partes do Pará, conforme relato em *visita in loco*, não obstante, sem estudos publicados que possam corroborar com tal estatística.

Diante desse contexto, o objetivo desta pesquisa é analisar as dinâmicas do modo de vida e a resistência histórica e atual das comunidades quilombolas em Prainha, buscando apresentar as práticas culturais, sociais, econômicas e ambientais que caracterizam a comunidade.

Para isso, a partir de relatos de forma empírica por meio de entrevista e observações, os objetivos específicos são: examinar como ocorreu a formação das comunidades quilombola em Prainha; apresentar as características sociais, culturais e econômicas dessas comunidades; analisar as relações das comunidades quilombolas da região com os recursos naturais; compreender as estratégias adotadas pelos quilombolas para salvaguardar seus modos de vida tradicionais.

Assim, a pergunta-problema deste estudo é: são as estratégias que as comunidades quilombolas de Banguelas de Prainha utilizam para salvaguardar e adaptar seus modos de vida tradicionais?

---

<sup>3</sup> Caminaú é uma comunidade ribeirinha formada por povos tradicionais no Estado do Pará.

Neste escopo, a presente dissertação busca a valorização e a proteção da cultura quilombola através do enfoque de seu papel na moldagem da identidade desses povos e na promoção da inclusão social de comunidades que, ao longo da história, foram deixadas à margem, conseqüentemente, enriquecendo o acervo de conhecimentos científicos sobre os quilombos da região do Pará através de informações que não estão documentadas, especialmente para a criação de políticas públicas que atendam às necessidades desses grupos.

Desse modo, o estudo do quilombo de Banguelas em Prainha é pertinente para reconhecer e valorizar a história local, pois, ao explorar o estilo de vida e a cultura dos quilombolas, a pesquisa apresenta como esses elementos são basilares para a formação da identidade desses povos e para a inclusão social de comunidades historicamente marginalizadas.

Essas informações enriquecem o conhecimento científico sobre os quilombos da região do Pará e são importantes para a formulação de políticas públicas que atendam às necessidades específicas desses grupos, protegendo seus direitos e tradições. Outrossim, compreender a cultura dos quilombolas de Banguelas fortalece a identidade comunitária e promove uma maior apreciação da diversidade cultural entre a sociedade mais ampla.

A escolha da comunidade de Banguelas como local de pesquisa justifica-se pela presença expressiva de quilombos na área, cada um com suas características. Nesse ínterim, entender o estilo de vida dessas comunidades é uma boa questão de pesquisa dentro do Programa de Mestrado em História, com fito de compreender as formas como resistem e mantêm suas tradições culturais, além de ser um passo importante para reconhecer e valorizar a diversidade étnica e cultural do Brasil.

Ao focar na valorização da cultura quilombola, este trabalho visa documentar a história e o legado cultural dos quilombos, pois reconhecer sua influência na formação da identidade nacional é um caminho eficaz para combater a invisibilidade e o preconceito que têm marcado a trajetória desses povos. Conforme Gedrat, Alves e Silva (2020, p. 3), “a questão dos quilombos é um elemento importante na história do Brasil e eles se constituíram/constituem em espaços de resistência. Antes, à escravidão; contemporaneamente, como espaços de resistência cultural”.

Dessa forma, a investigação sobre esses povos permite explorar as tradições passadas de geração em geração, as línguas de raiz africana ainda faladas, crenças arraigadas e práticas culturais únicas, contribuindo para os estudos em história e

corroborado para sociedade aprofundar no entendimento sobre a diversidade desses povos.

Outrossim, conforme sugere Monteiro (2012), abre-se a oportunidade para reconhecer e dar valor às contribuições históricas e culturais dos quilombos na formação da identidade nacional brasileira, além de possibilitar o desmonte estereótipos e superar percepções preconceituosas, auxiliando no combate ao etnocentrismo<sup>4</sup> e à intolerância cultural<sup>5</sup>.

Igualmente, o estudo sobre os quilombos pode se tornar um instrumento para o desenvolvimento de políticas públicas, promovendo a autodeterminação destas comunidades, pois, com a utilização das informações que podem ser geradas no estudo por meio da visita *in loco* e entrevistas, é possível sensibilizar a sociedade.

Ademais, a pesquisa propõe criar conexões entre o conhecimento tradicional dos quilombos e as diversas disciplinas acadêmicas, ressaltando a importância da interdisciplinaridade. A interação entre os saberes ancestrais quilombolas e campos como história e direito pode fomentar avanços nessas áreas. Igualmente, a integração desses conhecimentos tradicionais com estudos sobre a utilização sustentável dos recursos naturais demonstra o potencial para inovações práticas e teóricas, promovendo um desenvolvimento sustentável.

Metodologicamente, a pesquisa realizada se enquadra no campo da História Oral<sup>6</sup>, uma vez que ela se baseia em relatos diretos dos membros das comunidades, tendo em vista que envolveu a realização de entrevistas utilizando um roteiro específico (ANEXO A), permitindo a coleta de narrativas pessoais e memórias que são

---

<sup>4</sup> Para Rocha (1998, p. 1) “Etnocentrismo é uma visão do mundo onde o nosso próprio grupo é tomado como centro de tudo e todos os outros são pensados e sentidos através dos nossos valores, nossos modelos, nossas definições do que é a existência. No plano intelectual, pode ser visto como a dificuldade de pensarmos a diferença; no plano afetivo, como sentimentos de estranheza, medo, hostilidade, etc”.

<sup>5</sup> Consoante Santos (2018, p. 98) “intolerância corresponde a falta de compreensão ou aceitação em relação a algo. Uma pessoa que age com intolerância é chamada de intolerante e, por norma, apresenta um comportamento de repulsa, repugnância e ódio por determinada coisa que lhe seja diferente. Atualmente, o termo “tolerância” se inovou como uma nova ideia, ou seja, a aceitação e o apoio recíproco a pessoas, opiniões e atitudes oriundas de visões de mundo diferentes e não redutíveis umas às outras”.

<sup>6</sup> Para a realização desta pesquisa, foram obtidos os devidos consentimentos dos participantes, com a assinatura de Termos de Autorização, que asseguram o respeito à privacidade e aos direitos dos depoentes, conforme disposto em Anexo. Essa medida atende aos padrões éticos de pesquisa e fortalece a segurança jurídica do trabalho.

importantes para compreender a cultura, as práticas sociais e as tradições dessas comunidades (Alberti, 2018).

As observações de campo, realizadas em conformidade com os padrões éticos exigidos para pesquisa acadêmica, complementam os dados obtidos por meio das entrevistas, proporcionando uma visão contextualizada dos modos de vida e das dinâmicas sociais observadas. Ressalta-se que todos os Termos de Consentimento foram devidamente assinados pelos participantes, conforme demonstrado no Anexo B, garantindo o respeito aos princípios éticos e a proteção dos envolvidos na pesquisa.

A História Oral é uma ferramenta indispensável nesse tipo de pesquisa, pois possibilita o registro e a preservação das vozes e experiências daqueles que, muitas vezes, não têm espaço nos registros históricos tradicionais (Freitas, 2006). A utilização de questionários coletivos e individuais reforça o caráter participativo da pesquisa, garantindo que as informações obtidas sejam representativas das diversas perspectivas existentes dentro da comunidade.

Dessa forma, resumidamente, é uma abordagem qualitativa, utilizando técnicas de questionários, observação ativa do ambiente e análise documental. Vale destacar que as visitas ao local foram parte integrante da pesquisa de campo, permitindo a coleta direta de informações e dados para enriquecer a análise e compreensão dos temas estudados.

Sousa e Santos (2020, p. 1398-1399) traz o conceito de pesquisa qualitativa e sua importância em humanas, destacando que “tem-se um reconhecimento ímpar entre as várias possibilidades de se estudar os fatos que abrangem as subjetividades do ser humano e suas intrincadas relações sociais, estabelecidas em sociedade [...]”

Além do mais, o estudo está fundamentado em uma revisão bibliográfica, com foco particular em literatura nas áreas de história e sociologia. Esta revisão se concentra em pesquisas que exploram tópicos como a história e a cultura dos quilombos, a construção da identidade cultural e as estratégias para a conservação do patrimônio cultural intangível.

A introdução desta dissertação incorpora as contribuições de cinco trabalhos que exploram diversos aspectos do patrimônio cultural quilombola e sua interação com a identidade, memória e direitos das comunidades quilombolas. Inicialmente, a dissertação de Lemos (2014), "Se me der licença, eu entro; se não der, eu vou embora: Patrimônio e Identidade na comunidade quilombola Chacrinha dos Pretos (Belo

Vale/MG)", investiga o papel do patrimônio arqueológico na formação da identidade quilombola, destacando a intersecção entre arqueologia e práticas socioculturais.

Cheibub (2015), em "Patrimônio Cultural e Comunidades Remanescentes de Quilombos: Direitos Culturais e Instrumentos de Proteção do IPHAN", escreve sobre a eficácia dos instrumentos de proteção patrimonial implementados pelo IPHAN e sua influência nos direitos culturais das comunidades quilombolas .

Silva (2020), com a dissertação "Patrimônio Cultural, Festa e Construção Identitária: Uma Análise do Processo de Certificação Quilombola da Comunidade do Barranco de São Benedito (2010-2016)", analisa a certificação quilombola e como as festas e celebrações são fundamentais para a manutenção da identidade e memória cultural da comunidade.

Lins (2015), em "O Patrimônio Cultural das Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira: Impactos da Metodologia de Referenciamento de Bens Culturais", discute como a metodologia de referenciamento de bens culturais influencia a política de preservação e os desafios enfrentados pelas comunidades quilombolas na região do Vale do Ribeira.

Pereira (2020), em "Os Esquecimentos da Memória: O Tombamento do Patrimônio Cultural Quilombola e a Formulação de Uma Política Pública", propõe uma análise sobre a política de tombamento e como ela pode ser reformulada para melhor atender às necessidades das comunidades quilombolas, considerando os aspectos de memória e identidade.

Nesta diapasão, esses trabalhos formam a base teórica deste estudo, interligando a preservação do patrimônio cultural com a afirmação identitária e os direitos das comunidades quilombolas, fornecendo um panorama interdisciplinar essencial para a compreensão e a valorização dessas comunidades no Brasil.

No que se refere aos dados propriamente ditos, foram obtidos através de várias visitas à comunidade dos Banguelas entre dezembro de 2023 a fevereiro de 2024. Para facilitar a navegação e a interação com a comunidade, contamos com a ajuda de duas pessoas familiarizadas com a região: o veterinário Ronaldo Robson Oliveira e o Sr. Wemerson Rocha, um comerciante local que já havia visitado a área várias vezes.

Durante as visitas, foram conduzidas entrevistas e observações em locais diversos, como residências, fornos, áreas de plantio, escola e capela, além da coleta de dados nas margens do lago, onde ocorrem atividades específicas da comunidade.

Tais esforços visaram reunir as informações necessárias para a realização efetiva deste estudo.

No que diz respeito aos registros fotográficos, estes foram realizados em dias diferentes ao longo das visitas à comunidade dos Banguelas. As imagens foram selecionadas para garantir que representassem os aspectos discutidos no texto, contribuindo para uma melhor compreensão das dinâmicas observadas. Buscou-se capturar cenas que ilustrassem as atividades cotidianas, a infraestrutura local e os elementos culturais característicos da comunidade, como as residências, os fornos, as áreas de plantio, a escola, a capela e as margens do lago.

A escolha das fotografias priorizou aquelas de melhor qualidade técnica, garantindo nitidez, de modo a permitir que os detalhes importantes fossem facilmente identificados pelos leitores, assim, complementando as descrições textuais e ajudando a contextualizar as informações obtidas durante as entrevistas e observações.

Foi igualmente necessário realizar visitas à residência de dona Ana Gomes da Fonsêca (Ana Banguela), localizada na mesma região, que se configura como ponto de referência e hospedagem para muitos moradores da comunidade quando se deslocam à cidade.

As experiências dos residentes foram compreendidas através de relatos colhidos durante as entrevistas, onde os moradores falavam e o pesquisador anotava cada detalhe. Durante esses encontros, foram expressos os motivos pelos quais as pessoas optaram por continuar na comunidade e suas razões de existir dentro desse contexto específico, permitindo uma coleta de informações, refletindo diretamente as perspectivas e vivências dos entrevistados.

No que se refere ao produto educacional oriundo desta dissertação, foi elaborada uma cartilha informativa com o objetivo de apresentar a história e a importância dos povos quilombolas na cultura e preservação do Brasil, destacando também a comunidade em questão neste estudo.

Este material será direcionado à população em geral do município de Prainha, incluindo crianças, adolescentes, adultos e idosos, visando conscientizar a comunidade sobre a relevância do tema. Muitos moradores ainda desconhecem a existência e a importância das comunidades quilombolas, e, assim sendo, a cartilha corrobora na disseminação desse conhecimento.

Para garantir que todos possam compreender e se engajar com o conteúdo, a linguagem utilizada é acessível e adequada a todas as faixas etárias. A distribuição da cartilha ocorrerá em locais estratégicos como Cartórios, escolas, a prefeitura e outros espaços públicos, de modo a alcançar o maior número possível de pessoas. A fundamentação do material se apoia nas teorias de Lima (2013), Fonseca (2003) e Guimarães (2014), que fornecem uma base teórica para o ensino da história e para a compreensão da formação cultural do país.

## **1 QUILOMBOS NO BRASIL: UMA REVISÃO SOBRE CONCEITO, HISTÓRIA E DIREITOS**

O presente capítulo aborda um tema de relevância no âmbito histórico e social do Brasil, proporcionando uma compreensão acerca da conceituação de quilombos e sua importância histórica, além de tratar dos direitos conferidos aos quilombolas por meio das legislações pertinentes.

O primeiro subcapítulo deste capítulo concentra-se no conceito de quilombo e em sua relevância histórica. Apresenta-se uma explanação acerca da definição desse vocábulo, destacando suas características essenciais, como a formação de comunidades afrodescendentes autônomas, a resistência ao sistema escravocrata e a busca pela preservação de suas culturas e tradições. Além disso, debate-se a importância dos quilombos como espaços de resistência e luta pela liberdade, bem como seu impacto na formação da identidade brasileira.

No segundo subcapítulo, aborda-se a história dos quilombos no Brasil, delineando uma cronologia que vai desde os primeiros registros de comunidades quilombolas até os dias atuais. Exploram-se casos emblemáticos, como o Quilombo dos Palmares, e outros menos conhecidos, enfatizando a diversidade geográfica e cultural dessas comunidades ao longo dos séculos. Adicionalmente, discutem-se os desafios enfrentados pelos quilombolas ao longo da história, como a repressão das autoridades coloniais e as dificuldades na manutenção de seus territórios.

No terceiro subcapítulo, foca-se nos direitos conferidos aos quilombolas por meio das legislações pertinentes no Brasil. Analisa-se a evolução normativa nesse campo, desde a promulgação da Constituição de 1988 até os marcos legais mais recentes, incluindo o reconhecimento e a titulação de terras quilombolas. Também são abordadas as políticas públicas voltadas à garantia dos direitos dos quilombolas, bem como os desafios e lacunas observados na implementação dessas medidas.

### **1.1 Conceito de quilombo**

Um quilombo é um aglomerado humano constituído por indivíduos de ascendência africana que se encontravam subjugados sob o regime da escravidão, almejando a consecução da liberdade. Tais comunidades detêm uma relevância histórica ímpar no panorama nacional, pois encarnam o simbolismo da resistência e da peleja contra a opressão e a brutalidade inerentes à escravidão (Marinho, 2017).



O termo "quilombo" encontra a sua gênese nas Américas, mais especificamente no contexto da escravidão africana durante o período Colonial. No território brasileiro, os quilombos delineavam-se como comunidades compostas por escravos africanos evadidos, denominados quilombolas. A terminologia "quilombo" radica-se no idioma quimbundo, utilizado por agrupamentos étnicos oriundos do sudoeste africano, a exemplo dos povos bantos (Silva; Barbosa, 2021).

Segundo Silva (2018, p. 116):

Etimologicamente, a palavra quilombo (kilombo – quimbundo) significa acampamento guerreiro na floresta. Essa expressão é originária dos povos bantus, que habitam na região de Angola. Para Simonsen (1970), inicialmente, era utilizada para designar um lugar de pouso ou também cemitério. A seguir, passou também a ser utilizada como locais de acampamento ou descanso de comerciantes de cera, escravos e também de outros produtos que eram do interesse dos colonizadores. No Brasil, quilombo passou a ter outra conotação. Em 1740, surge a primeira conceituação brasileira de quilombo, tendo em vista uma resposta do rei de Portugal a uma consulta feita pelo Conselho Ultramarino.

O termo "quilombo" era empregado para se referir a um assentamento fortificado. Com a chegada dos indivíduos africanos subjugados nas Américas, o conceito de "quilombo" foi adaptado para descrever as comunidades de resistência forjadas pelos fugitivos (Silva, 2018).

No contexto brasileiro, o quilombo está associado aos quilombos de Palmares, que foram os mais extensos e célebres do país. Situado na região nordeste, o Quilombo de Palmares resistiu tenazmente por mais de um século, tornando-se um símbolo ícone da resistência negra e da peleja pela liberdade (Silva; Souza, 2021).

Sua trajetória remonta aos primórdios da colonização, quando a chegada dos europeus acarretou o advento do sistema escravista, que almejava explorar a mão de obra proveniente da África, pois, desde os seus anos iniciais, os africanos escravizados não aceitaram passivamente tal condição e buscaram formas de resistência, entre elas a fuga para áreas ermas e de difícil acesso.

Dessa maneira, tais agrupamentos emergiram a partir da fuga dos escravizados das plantações, engenhos e fazendas onde eram submetidos a explorações e condições desumanas. Esses indivíduos adentravam a mata em busca de refúgio e salvaguarda. Ao se estabelecerem em áreas isoladas e de acesso árduo, criavam comunidades autossuficientes, buscando reedificar suas existências longe da opressão perpetrada pelos senhores de escravos (Ferreira, 2017).

Essas localidades isoladas configuravam-se como quilombos, representando comunidades autônomas nas quais os escravizados encontravam asilo e edificavam

uma nova forma de vida. Nessas paragens, podiam preservar suas culturas, tradições e línguas, além de estabelecerem estruturas sociais próprias.

A resistência armada figura como uma das estratégias mais destacadas e corajosas empregadas pelos quilombolas com o intuito de salvaguardar seus territórios e assegurar sua liberdade. Com frequência, os quilombos defrontavam-se com investidas por parte das autoridades coloniais, que almejavam reprimir e até mesmo exterminar essas comunidades insurgentes (Nascimento, 2020).

Os quilombolas lançavam mão de táticas como emboscadas, ataques-surpresa e confrontos, revelando notável habilidade militar. Dominavam a arte de empregar armas rudimentares, tais como lanças, flechas, bordunas e machados, além de empregarem técnicas de combate corpo a corpo (Nascimento, 2020).

A escravidão é caracterizada pela brutalidade, em que os indivíduos africanos eram tratados como mercadorias e submetidos a condições desumanas. Arrancados de suas terras de origem, separados de suas famílias e compelidos a laborar penosamente nas plantações e nas minas, frequentemente sob o açoite e a perene ameaça de castigos físicos. A violência física e psicológica configurava-se como uma realidade constante, com os senhores exercendo absoluto controle sobre a vida e o destino dos escravizados (Jesus, 2022).

Soares e Lopes (2019, p. 78) complementam ao afirmar:

Boa parte dos trabalhos, que era realizado dentro da casa senhorial e cumprido por escravizados, era visto como regalias por parte de seus senhores – mesmo que tais serviços fossem concretizados em condições desumanas e com punições cruéis, a quem não quisesse se submeter a tais maus tratos – enfatizando e reforçando a ideologia de que escravos eram tratados como mercadorias e objetos que estavam sujeitos a qualquer forma de penalidade, venda ou troca. É dentro dessa perspectiva, em que os negros escravizados eram vistos como objetos da sociedade senhorial, que se formou e se criou a imagem estigmatizada de inferioridade que temos hoje, ou seja, boa parte do preconceito que os afro-brasileiros sofrem é advinda das práticas e representações forjadas no sistema escravista.

A violência e opressão incessantes perpetradas no contexto da escravidão geraram um ambiente de opressão extrema, no qual os indivíduos africanos e seus descendentes foram privados de sua liberdade, dignidade e direitos humanos fundamentais. Desprovidos de autonomia sobre suas vidas, foram tratados como propriedades dos senhores de escravos, considerando que a falta de perspectivas de uma existência digna e a constante opressão impeliram numerosos escravizados a buscar formas de resistência e escapar dessa realidade desumana.

Diante dessas circunstâncias adversas, os quilombos surgiram como redutos de resistência e autonomia. Tratava-se de comunidades formadas por indivíduos africanos e seus descendentes que haviam fugido, em busca de refúgio em áreas remotas e de difícil acesso, tais como matas, montanhas e regiões costeiras. Tais comunidades organizavam-se de maneira autônoma, estabelecendo suas próprias normas e estruturas sociais (Rocha, 2019).

Rocha (2019) ainda complementa ao afirmar que os quilombos ofereciam abrigo aos fugitivos e proporcionavam um senso de liberdade ausente nas fazendas e nas cidades. Configuravam-se como lugares nos quais os africanos e seus descendentes poderiam preservar suas tradições culturais, línguas e religiões, garantindo, dessa forma, a preservação de sua identidade e a resistência à opressão.

Consoante Machado e Nascimento (2023), além da resistência armada, os quilombos também contribuíram na preservação das culturas africanas trazidas ao Brasil, tendo em vista que se tornaram espaços de afirmação identitária, nos quais os africanos escravizados puderam manter vivas suas tradições, línguas, religiões e saberes ancestrais.

A luta pela liberdade não se restringiu tão-somente aos quilombos, mas estes se destacaram como espaços de resistência e se tornaram referências históricas na batalha contra a escravidão. Sua existência e perseverança são provas do poder da solidariedade, da organização comunitária e da determinação em enfrentar as injustiças (Krull, 2020).

Desde então, essas comunidades têm se dedicado à preservação de suas tradições, cientes da importância de transmitir esses conhecimentos às gerações mais jovens, figurando como uma das principais formas de preservação cultural nas comunidades quilombolas.

Através da oralidade, conhecimentos ancestrais são compartilhados, histórias são narradas e práticas culturais são ensinadas de geração em geração. Igualmente, ressalta-se que os quilombos têm empreendido esforços para a preservação cultural por meio da valorização e revitalização das línguas africanas trazidas pelos ancestrais (Krull, 2020).

Outro aspecto de relevância ímpar consiste na preservação das religiões afro-brasileiras nas comunidades quilombolas. O candomblé, a umbanda e outras manifestações religiosas de origem africana exercem uma função central na vida dessas comunidades, configurando-se como um vínculo espiritual com seus

antepassados e uma forma de resistência cultural. Tais religiões são transmitidas de forma oral, por meio de rituais, cânticos e danças sagradas, representando uma expressão viva da interligação entre identidade, ancestralidade e espiritualidade (Medina, 2020).

Além de contribuírem como símbolos de resistência e luta contra a escravidão, os quilombos preservam o meio ambiente, pois, conforme afirmado por Souza Filho e Prioste (2017, p. 2912):

Estas comunidades e povos tem em comum uma íntima relação com a natureza e sua forma de vida e cultura está diretamente relacionada a ela. Esta simbiose entre cultura e natureza é que marca a identidade de cada uma destas comunidades, por isso a primeira luta de todas elas é por um território determinado, não qualquer espaço de terra, mas um território específico cujas referências são fortes porque formaram a identidade comunal. Assim se pode afirmar que a existência de uma comunidade ou povo é o primeiro direito, o de ser, mas se uma comunidade é, tem que estar em um lugar, o que resulta no direito à terra ou território onde pode viver e reproduzir a sua vida e cultura.

De acordo com Souza (2023), uma das características primordiais dos quilombos consiste na relação harmoniosa estabelecida por eles com o meio ambiente. Essas comunidades possuem um conhecimento das terras que ocupam, transmitido de forma intergeracional, o que lhes proporciona a habilidade de manejar os recursos naturais de maneira sustentável. Os quilombolas adotam práticas agrícolas tradicionais embasadas na agroecologia e no respeito pela natureza, tais como o cultivo de alimentos orgânicos, a rotação de culturas e a implementação de técnicas de plantio que garantem a conservação do solo.

Do mesmo modo, além da agricultura sustentável, os quilombos também se dedicam à preservação de áreas de mata nativa, rios e nascentes. Inúmeras comunidades quilombolas estão situadas em regiões de elevada riqueza ecológica, como florestas tropicais e diversos biomas (Santos *et al.*, 2016).

A gestão sustentável dos recursos naturais nos quilombos também se relaciona à valorização das práticas tradicionais de extrativismo. Essas comunidades possuem conhecimentos ancestrais acerca do uso de plantas medicinais, técnicas de pesca e coleta de frutas e sementes, por exemplo. Ao preservar e utilizar esses conhecimentos, os quilombolas promovem a conservação da biodiversidade e o uso sustentável dos recursos naturais, sem comprometer a capacidade de geração de recursos para as futuras gerações.

Deste modo, Pereira (2021) enfatiza que, apesar das perseguições, muitos quilombos conseguiram resistir e se manter ao longo do tempo. Além do emblemático

Quilombo dos Palmares, destacam-se outros quilombos notáveis, como o Quilombo do Ambrósio (Minas Gerais), o Quilombo de Santana (Rio Grande do Sul) e o Quilombo dos Palmares (Maranhão). Esses quilombos tornaram-se símbolos de resistência e referências históricas fundamentais para a compreensão da história da escravidão no Brasil.

## 1.2 Breve história dos Quilombos no Brasil

Os quilombos no território brasileiro possuem uma origem arraigada na história da nação, configurando-se como um capítulo na contenda pela liberdade e resistência contra o regime de escravidão. Tais comunidades emergiram como consequência da crueldade e injustiça inerentes ao sistema escravagista que imperou por séculos no contexto do Brasil Colonial.

Conforme asseverado por Leite (2017, p. 64):

O tráfico foi responsável pelo arrebatamento de milhões de homens e mulheres de suas nações na África para serem escravizados na América, especialmente em terras brasileiras. Essa atividade comercial, via oceano Atlântico, foi um grande investimento econômico e cultural do capitalismo europeu, que marcou a formação do mundo moderno e a criação de um novo sistema econômico mundial. A política expansionista dos países europeus, sobretudo das monarquias ibéricas (Portugal e Espanha), tinha como propósito a obtenção de lucros rápidos através do comércio de especiarias com a Ásia, a extração de ouro na África subsaariana, e da exploração de terras na América – de preferência não habitadas- onde pudessem ser cultivados produtos agrícolas de grande procura na Europa. Para garantir uma produção agrícola em grande escala e extraordinários lucros, foi instituído o tráfico e a escravização desregada de homens e mulheres no empreendimento colonial português dentro do Brasil.

A influência africana assume caráter fundamental na compreensão da formação dos quilombos. Com a chegada dos primeiros africanos escravizados ao território brasileiro no século XVI, estes trouxeram consigo suas culturas, tradições e conhecimentos ancestrais. Tais indivíduos foram compelidos a trabalhar nas plantações de cana-de-açúcar, nas minas de ouro e em outras atividades econômicas, confrontando-se com condições manifestamente precárias e desumanas (Pontes *et al.*, 2020).

Ao longo dos séculos, inúmeros africanos foram capturados em suas terras natais, sendo transportados à força em embarcações sinistras conhecidas como navios negreiros e comercializados como escravos nas Américas, dentre elas o Brasil. Essas pessoas foram submetidas a um regime laboral coercitivo, sujeitas a privações, violências e desumanização (Mamigonian, 2017).

Diante de tal contexto opressivo e exploratório, muitos africanos e seus descendentes empreenderam esforços no sentido de resistir e escapar. Os quilombos surgiram como resultado dessa luta pela liberdade. Essas comunidades emergiram como redutos de proteção e resistência, onde os escravizados logravam evadir-se das garras dos senhores e da crueldade do sistema escravagista.

Deste modo, refugiavam-se em paragens isoladas e de difícil acesso, como matas, montanhas e regiões inacessíveis, estabelecendo assim as primeiras comunidades quilombolas. Tais locais propiciavam salvaguarda e viabilizavam a prática de suas culturas e tradições africanas, assim como a preservação de suas línguas e religiões.

Estas comunidades convergiam em símbolos de autonomia e autossuficiência, onde os fugitivos podiam reestruturar laços sociais e culturais que haviam sido impiedosamente interrompidos. Nesses espaços, os quilombolas estabeleciam suas próprias normas e formas de organização social. A solidariedade e a cooperação contribuem na sobrevivência dessas comunidades, que desenvolviam atividades econômicas, tais como agricultura, caça e pesca, e produziam seus próprios víveres e utensílios (Bohn; Grossi, 2018).

Contudo, é imprescindível ressaltar que a formação dos quilombos se pautou também pela presença indígena, pois, consoante Moraes (2019, p. 7):

Os quilombos eram constituídos, em sua grande maioria, por homens e mulheres pretas, por negros e negras que estavam livres, indígenas, brancos pobres e pessoas com problemas com a lei, que buscavam, nos quilombos, acolhimento e abrigo, que eram mais acolhedores com o diferente do que o Estado-Colonial-Brasileiro-escravista.

Desde o período inicial da colonização, os povos indígenas se depararam com a violência e a exploração perpetradas pelos colonizadores europeus. Muitos desses povos foram igualmente escravizados e submetidos a um intenso processo de assimilação forçada.

Em algumas regiões do Brasil, notadamente nas áreas de fronteira, ocorreram encontros e interações entre africanos escravizados, indígenas e afro-indígenas, culminando na formação de comunidades quilombolas com características peculiares. Tais comunidades, denominadas quilombos afro-indígenas, amalgamaram elementos das culturas africana e indígena, conferindo uma identidade singular e resistente (Cardoso, 2018).

Dentre os quilombos de maior renome no território nacional, destacam-se Palmares, Quariterê e Kalunga, cada qual com sua relevância histórica e cultural. O Quilombo dos Palmares, inquestionavelmente, desponta como o mais conhecido dentre todos.

Situado na região da Serra da Barriga, em Alagoas, Palmares surgiu como importante quilombo que perdurou por aproximadamente um século, compreendendo o término do século XVI e o término do século XVII. Seu líder mais ilustre foi Zumbi dos Palmares, figura emblemática de resistência e combate à escravidão (Villarinho, 2020).

Palmares surgiu como uma comunidade autônoma, dotada de uma organização política e social própria, albergando em seu seio uma população que alcançou a cifra de milhares de indivíduos. O quilombo resistiu a diversos assaltos perpetrados pelas forças coloniais portuguesas, entretanto, foi consumido pela destruição em 1694 (Deus, 2020).

Consoante Cardoso *et al.* (2021), outro quilombo de destaque é o Quariterê, situado no estado do Maranhão. Tal quilombo surgiu no século XVIII, tendo como líderes a rainha Maria Firmina dos Reis e o rei Pedro Teixeira. Quariterê figurou como um dos últimos redutos quilombolas a resistir à escravidão no Brasil, mantendo sua resistência até a década de 1870. A comunidade ostentava uma estrutura social própria, com atividades econômicas lastreadas na agricultura, pesca e artesanato. Quariterê também se notabilizava pela prática de rituais religiosos de matriz africana, preservando, dessa forma, suas tradições culturais.

Já o Quilombo Kalunga encontra-se localizado na região central do Brasil, no estado de Goiás. É consagrado como o maior quilombo do país, abrangendo uma extensão territorial de aproximadamente 262 mil hectares. A comunidade Kalunga congrega descendentes de escravos que encontraram refúgio na região ao longo do século XVIII (Sousa, 2022).

A população kalunga resguarda suas tradições culturais, como língua, danças, culinária e manifestações religiosas. O quilombo ostenta uma rica biodiversidade e um patrimônio histórico, abarcando vestígios de antigos quilombos e remanescentes da era da mineração (Sousa, 2022).

Esses são apenas alguns dos exemplos mais conhecidos de quilombos no Brasil, mas existem muitos outros que também corroboraram na resistência à escravidão. A importância histórica desses quilombos vai além da resistência, pois

envolve também a afirmação de identidades e culturas que foram oprimidas ao longo dos séculos.

Essas agrupações se caracterizavam por uma estrutura social própria, permeada por lideranças, normas e práticas culturais distintas. Os quilombolas forjavam formas de resistência contra a escravidão, almejando a liberdade e preservando suas identidades culturais. Construía moradias, cultivavam alimentos, criavam animais e estabeleciam estratégias defensivas para salvaguardar suas comunidades (Nascimento, 2020).

Nascimento (2020) ainda afirmar que, no âmago dos quilombos, as relações sociais se alicerçavam na solidariedade e cooperação mútuas. Os quilombolas se auxiliavam nas tarefas cotidianas, partilhavam recursos e conhecimentos, e valorizavam suas tradições e práticas religiosas. A cultura afro-brasileira se mantinha íntegra e era transmitida mediante manifestações artísticas, tais como música, dança, culinária e religiosidade.

Em tais localidades, os quilombolas desenvolviam atividades econômicas, como agricultura, caça e pesca, de forma coletiva, assegurando, assim, a subsistência da comunidade. Muitos quilombos engajavam-se no comércio clandestino, estabelecendo redes de troca e contribuindo para a formação de uma economia paralela (Chaves; Silva, 2017).

Chaves e Silva (2017, p. 156) ainda corroboram ao afirmar que:

Essa prática é muito comum nas áreas rurais, onde os pequenos produtores, os arrendatários, conseguem a concessão de uma parte da propriedade agrícola, comprometendo-se, independentemente de seus rendimentos, ao pagamento, que pode ser em espécie ou em produtos, sobre seu uso. As práticas produtivas predominantes como agricultura, extrativismo e criação de pequenos animais é a base de sustento desses grupos. Há ainda comunidades que desenvolvem artesanato e criação de peixes em tanques, mas em menor escala.

A resistência armada também estava presente para garantir a salvaguarda dos quilombos, pois, organizavam-se em grupos de guerreiros, valendo-se de suas habilidades de combate e conhecimento do território para proteger suas comunidades. Eles defrontavam batalhas contra os senhores de escravos e as autoridades coloniais, revelando coragem e determinação na contenda pela liberdade.

A estrutura social dos quilombos baseava-se em uma configuração comunitária, na qual a solidariedade e a cooperação eram elementos essenciais para a sobrevivência e o desenvolvimento do coletivo. Os quilombolas habitavam moradias coletivas, compartimentadas em famílias extensas, que partilhavam espaços e



recursos. Tal convivência fortalecia os laços de parentesco e a coesão comunitária (Souza; Sacramento, 2022).

Dentro dos quilombos, a figura do líder assumia relevância para a manutenção da ordem e a tomada de decisões de natureza preponderante, em que era selecionado pela comunidade, ponderando-se sua sabedoria, experiência e aptidão para liderança. Incumbia ao líder a responsabilidade de representar o quilombo frente a outras comunidades, estabelecer negociações e defender os interesses do grupo.

A estrutura política dos quilombos variava em consonância com cada comunidade, embora geralmente houvesse um conselho, constituído por anciãos e indivíduos dotados de maior respeito na comunidade, que auxiliava o líder nas decisões fundamentais, assegurando a consideração dos interesses coletivos. Os quilombolas adotavam assembleias comunitárias, nas quais todos tinham a oportunidade de expressar suas opiniões e participar das deliberações que afetavam a vida do quilombo.

Nos quilombos, a organização social e política fundamentava-se em princípios de igualdade, justiça e solidariedade. Todos os membros da comunidade eram tratados de modo equitativo, independentemente de sua ascendência étnica ou posição social pregressa. As decisões eram tomadas de maneira coletiva, levando-se em consideração o bem-estar de todos. Essa estrutura comunitária propiciava que os quilombolas enfrentassem os desafios cotidianos de forma conjunta, fortalecendo sua resistência e autonomia (Ferreira, 2022).

Ainda, a estrutura comunitária dos quilombos fundamentava-se na colaboração e no compartilhamento de responsabilidades. As tarefas cotidianas eram distribuídas entre os membros, considerando as habilidades individuais e a necessidade do grupo. A agricultura e a produção de alimentos representavam atividades centrais, e todos contribuíam para o cultivo das terras e a preservação dos recursos naturais (Rezende *et al.*, 2020).

Os quilombos também contavam com uma estrutura de defesa e proteção, havendo a necessidade premente de salvaguardar-se contra-ataques perpetrados por capitães-do-mato, milícias e até mesmo pelas forças oficiais do Estado, demandando, assim, uma organização eficiente. Os quilombolas estabeleciam estratégias de vigilância, fortificação das áreas habitadas e treinamento militar, assegurando, assim, a segurança da comunidade e a resistência frente às ameaças externas (Nascimento, 2020).

A preservação da cultura africana figurava como outro aspecto importante nos quilombos, visto que essas comunidades mantinham vivas as tradições, a língua, as danças, as músicas e as crenças religiosas advindas da África. Os quilombolas orquestravam rituais, festividades e cerimônias que enalteciam sua ancestralidade e reafirmavam sua identidade. A transmissão oral de conhecimentos e histórias constituía prática comum, garantindo a preservação das tradições de geração em geração.

O historiador Adeir Ferreira Alves destaca que os quilombolas também se organizavam em sistemas de vigilância e alerta, valendo-se de meios sonoros, tais como tambores e apitos, com o intuito de comunicar acerca da presença de indivíduos desconhecidos. A resistência contraposta à escravidão e a luta pela conquista da liberdade emergem, também, como traços distintivos dos quilombos. As comunidades quilombolas, sob a perspectiva das autoridades coloniais, eram tidas por ilícitas, uma vez que encarnavam uma ameaça à ordem estabelecida (Alves, 2019).

Contudo, os quilombolas resistiam com denodo, defendendo seu direito à liberdade e sua autonomia. Ato contínuo, perpetravam ataques-surpresa às plantações e às patrulhas de escravocratas, viabilizando a libertação de outros indivíduos africanos subjugados.

Tais comunidades, compostas por escravos que logravam escapar das fazendas, também formalizavam alianças com demais grupos marginalizados, tais como indígenas e outros quilombolas de distintas regiões. Tais alianças robusteciam a resistência e viabilizavam a troca de informações e recursos, ampliando, por conseguinte, as probabilidades de êxito frente aos opressores.

Nesses redutos, vislumbramos um verdadeiro acervo cultural, materializado em suas festividades, danças, músicas, culinária, artesanato e demais manifestações culturais. A preservação dessas tradições revela-se imprescindível para que as futuras gerações possam manter vínculos com suas raízes africanas, fortificando, assim, sua identidade e senso de pertencimento.

### 1.3 Os direitos dos Quilombolas no Brasil: legislações pertinentes

Conforme já discutido, a questão dos quilombos no Brasil compreende uma série de aspectos históricos, culturais e legais que são importantes para a compreensão das políticas de reparação e inclusão social para essas comunidades.

Os quilombos hoje representam áreas de resistência cultural e etnicidade marcada pela luta contínua por direitos e reconhecimento.

Com a Constituição Federal de 1988, houve um avanço na forma como o Estado brasileiro passou a reconhecer e tratar os direitos dos quilombolas. A Carta Magna de 1988, junto com outras legislações subsequentes, estabeleceu um marco legal que reconhece a existência dessas comunidades e promove medidas para garantir seus direitos à terra, cultura, educação e participação social.

Esse reconhecimento e valorização surgem em um contexto de longa duração de negligência e marginalização, onde essas comunidades foram frequentemente invisibilizadas nas narrativas nacionais. Por isso, as legislações específicas visam corrigir desigualdades históricas e garantir que os quilombolas possam viver de maneira digna, preservando suas tradições e contribuindo para a diversidade cultural do país.

Nesta seara, o Quadro 1 apresenta uma representação gráfica que sintetiza os principais aspectos legais relativos aos quilombos no Brasil, destacando as disposições constitucionais e decretos que estabelecem e garantem esses direitos.

**Quadro 1:** Sinopse dos aspectos legais relativos aos quilombos no Brasil

<b>Aspecto Legal</b>	<b>Descrição</b>
<b>Constituição Federal de 1988, Art. 68</b>	Reconhece a propriedade definitiva das terras ocupadas pelos remanescentes dos quilombos, assegurando que o Estado deve emitir os respectivos títulos de propriedade.
<b>Direitos Culturais e Educação</b>	A Constituição assegura o direito à preservação da cultura quilombola, educação diferenciada e participação política e social, promovendo inclusão social e valorização cultural (Art. 215).
<b>Decreto nº 4.887/2003</b>	Regulamenta a regularização fundiária das terras ocupadas por comunidades remanescentes de quilombos, estabelecendo critérios para a caracterização e demarcação dessas terras.
<b>Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (Decreto 6.040/2007)</b>	Visa o desenvolvimento sustentável de povos e comunidades tradicionais, garantindo reconhecimento e proteção de direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais.
<b>Estatuto da Igualdade Racial (Lei 12.288/2010)</b>	Estabelece direitos e garantias para a população negra, incluindo os quilombolas, promovendo igualdade de oportunidades, combate ao racismo e valorização cultural. Inclui medidas específicas como a titularidade e a propriedade coletiva das áreas tradicionalmente ocupadas.

<p><b>Preservação de Usos e Costumes (Art. 18 da Lei 12.288/2010)</b></p>	<p>Assegura aos remanescentes das comunidades dos quilombos o direito à preservação de seus usos, costumes, tradições e manifestos religiosos, com proteção estatal.</p>
<p><b>Incentivos para Saúde e Condições de Vida (Art. 7º da Lei 12.288/2010)</b></p>	<p>Os moradores das comunidades de remanescentes de quilombos são beneficiários de incentivos específicos para a garantia do direito à saúde, incluindo melhorias nas condições ambientais e atenção integral à saúde.</p>

Fonte: Autoria própria (2024). Elaborado com base nas legislações citadas.

Inicialmente, a Constituição Federal de 1988 representa a norma suprema da República Federativa do Brasil, sendo o alicerce jurídico e institucional do país. Ela estipula os direitos e obrigações dos cidadãos, bem como os princípios que direcionam a estrutura do Estado e a salvaguarda dos direitos fundamentais. Entre esses direitos fundamentais, encontra-se a salvaguarda dos direitos dos quilombolas, que são agrupamentos remanescentes de quilombos, constituídos por descendentes de pessoas escravizadas (Brasil, 1988).

A Carta Magna reconhece e valoriza a diversidade cultural e étnica do Brasil, determinando, em seu texto, dispositivos específicos para a proteção e promoção dos direitos dos quilombolas. É relevante ressaltar que o reconhecimento dos direitos quilombolas é primário para remediar as injustiças históricas enfrentadas por essas comunidades e assegurar sua inclusão social e cultural.

Dentre os artigos da Constituição Federal que são pertinentes à proteção dos direitos dos quilombolas, destaca-se o Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT). Este dispositivo estabelece que "Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado permitir-lhes os títulos respectivos" (Brasil, 1988, s/p).

Tal artigo assume importância, pois confere reconhecimento à posse e à propriedade das terras ocupadas pelos quilombolas, concedendo-lhes segurança jurídica acerca de seus territórios ancestrais. O Estado possui a responsabilidade de emitir os títulos de propriedade, garantindo, assim, a titularidade formal dessas terras.

A Constituição de 1988 também instituiu o direito à regularização fundiária das terras quilombolas. Isso significa que as comunidades remanescentes de quilombos têm o direito de ter suas terras regularizadas, ou seja, registradas e oficialmente reconhecidas pelo Estado como propriedade das respectivas comunidades.

Para além da outorga da propriedade e da regularização fundiária, a Carta Magna de 1988 assegura aos quilombolas outros direitos. Dentre eles, despontam o direito à preservação de sua cultura, o direito à educação diferenciada e o direito à participação política e social. Tais direitos almejam fomentar a inclusão social e a valorização das comunidades quilombolas, conferindo reconhecimento à relevância de sua história, cultura e contribuição para a diversidade da nação.

Ao garantir o direito à terra e à regularização fundiária, a Constituição de 1988 reafirma o compromisso do Estado brasileiro para com a justiça social e a promoção dos direitos humanos. Outrossim, é mister ressaltar o artigo de relevo consubstanciado no Artigo 215 da Carta Magna, o qual versa sobre a tutela do patrimônio cultural brasileiro:

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

§ 1º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

§ 2º A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais.

§ 3º A lei estabelecerá o Plano Nacional de Cultura, de duração plurianual, visando ao desenvolvimento cultural do País e à integração das ações do poder público que conduzem à:

I defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro;

II produção, promoção e difusão de bens culturais;

III formação de pessoal qualificado para a gestão da cultura em suas múltiplas dimensões;

IV democratização do acesso aos bens de cultura;

valorização da diversidade étnica e regional. (Brasil, 1988, s/p).

O aludido artigo estabelece que o Estado, de maneira inarredável, deve assegurar a preservação e a valorização das manifestações culturais pátrias, englobando aquelas de origem africana e indígena. Os quilombolas, na qualidade de titulares de uma cultura afro-brasileira de inestimável riqueza, ostentam o direito de salvaguardar e promover suas tradições, idiomas, rituais e demais expressões culturais.

O Artigo 231 da Carta Magna Federal reconhece aos quilombolas o direito originário sobre as terras que tradicionalmente ocupam, outorgando-lhes o direito de posse perene e o gozo exclusivo dos recursos naturais presentes em seus territórios.

Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

§ 1º São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as

imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

§ 2º As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.

§ 3º O aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei.

§ 4º As terras de que trata este artigo são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis.

§ 5º É vedada a remoção dos grupos indígenas de suas terras, salvo, "ad referendum" do Congresso Nacional, em caso de catástrofe ou epidemia que ponha em risco sua população, ou no interesse da soberania do País, após deliberação do Congresso Nacional, garantido, em qualquer hipótese, o retorno imediato logo que cesse o risco.

§ 6º São nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras a que se refere este artigo, ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, ressalvado relevante interesse público da União, segundo o que dispuser lei complementar, não gerando a nulidade e a extinção direito a indenização ou a ações contra a União, salvo, na forma da lei, quanto às benfeitorias derivadas da ocupação de boa fé.

§ 7º Não se aplica às terras indígenas o disposto no art. 174, § 3º e § 4º. (Brasil, 1988, s/p).

O citado artigo assegura aos quilombolas a prerrogativa de serem objeto de consulta prévia nos processos de licenciamento e exploração de recursos naturais em suas terras, com o intuito de resguardar a preservação de seu modo de vida e o respeito à sua autonomia.

Adicionalmente, a Carta Magna Federal veda de forma absoluta qualquer modalidade de discriminação e preconceito, sejam estes de natureza racial, étnica ou social. O Artigo 3º da Constituição dispõe sobre os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, quais sejam:

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:  
 I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;  
 II - garantir o desenvolvimento nacional;  
 III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;  
 IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. (Brasil, 1988, s/p).

Para além dos dispositivos supramencionados, a Constituição Federal de 1988 também consolida outros princípios e direitos que possuem pertinência à proteção e promoção dos direitos dos quilombolas. Por exemplo, o Artigo 5º da Constituição, conhecido como catálogo dos direitos fundamentais, garante a todos os cidadãos, independentemente de sua origem étnica, os direitos à igualdade, dignidade, liberdade, propriedade e não discriminação.

Nesse contexto, é imprescindível realçar o princípio da igualdade, consagrado na Constituição. Tal preceito assegura que todas as pessoas devem ser tratadas de forma equânime, destituídas de qualquer forma de discriminação. Outro princípio relevante é o da dignidade da pessoa humana, o qual estabelece que todas as pessoas têm o direito de serem tratadas com respeito e valorização de sua condição humana. Os quilombolas, assim como qualquer outra pessoa, devem ter sua dignidade preservada e respeitada em todas as esferas da vida social, política e cultural (Rodrigues; Guiguer, 2018).

A Constituição Federal prevê a garantia dos direitos sociais, econômicos e culturais. Os quilombolas possuem o direito de acesso à educação, saúde, moradia, trabalho, cultura, entre outros direitos fundamentais, com vistas a fomentar sua inclusão e desenvolvimento social. Por meio desses direitos, busca-se reduzir as disparidades sociais e proporcionar condições de vida dignas a todos os cidadãos.

No que tange à educação, o Artigo 208 da Constituição estabelece que o ensino fundamental é um direito assegurado a todos, devendo ser oferecido de maneira gratuita e obrigatória. Conseqüentemente, os quilombolas detêm o direito de acesso a uma educação básica de qualidade, com respeito às suas especificidades culturais e promoção da valorização de sua identidade étnica.

Cumprir também o Decreto nº 4.887/2003, promulgado em 20 de novembro de 2003, que tem como desiderato regulamentar o procedimento de regularização fundiária das terras ocupadas por comunidades remanescentes de quilombos, conforme estipulado no artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (Brasil, 2003).

Trata-se de uma legislação de substancial importância, a qual estabelece as diretrizes para a regularização fundiária de terras ocupadas por comunidades remanescentes de quilombos no território brasileiro. Tal decreto detém um inegável valor histórico e social, posto que reconhece e busca reparar os direitos territoriais dessas comunidades que, ao longo dos séculos, padeceram de marginalização e discriminação.

As comunidades remanescentes de quilombos são agremiações étnico-raciais provenientes dos antigos quilombos, os quais consistiam em comunidades formadas por pessoas negras que haviam fugido do sistema escravista. Ao longo dos anos, essas comunidades preservaram suas tradições, cultura e modo de vida, mantendo uma forte conexão com a terra na qual habitam. De acordo com o Art. 2:

Art. 2. Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.

§ 1º Para os fins deste Decreto, a caracterização dos remanescentes das comunidades dos quilombos será atestada mediante autodefinição da própria comunidade.

§ 2º São terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos as utilizadas para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural.

§ 3º Para a medição e demarcação das terras, serão levados em consideração critérios de territorialidade indicados pelos remanescentes das comunidades dos quilombos, sendo facultado à comunidade interessada apresentar as peças técnicas para a instrução procedimental. (Brasil, 2003, s/p).

Deste modo, o Art. 2º do Decreto estabelece parâmetros para o reconhecimento das comunidades quilombolas, levando em consideração a autodefinição destas, suas relações territoriais, a presunção de ancestralidade negra e a resistência histórica. Reconhece-se a relevância das terras ocupadas por tais comunidades para sua reprodução física, social, econômica e cultural, determinando que os critérios de territorialidade indicados pelas próprias comunidades sejam considerados na mensuração e demarcação dos terrenos.

Um dos aspectos primordiais do decreto é a criação do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), em que foi elaborado por uma equipe multidisciplinar, composta por antropólogos, historiadores, geógrafos e representantes das comunidades quilombolas, colaborando ao comprovar a ancestralidade, a continuidade histórica e a vinculação das comunidades às terras que ocupam, fundamentando o processo de titulação.

O decreto prevê também a participação das comunidades quilombolas em todas as etapas do processo de regularização fundiária. Tal previsão assegura que as decisões sejam tomadas de forma democrática e que os interesses das comunidades sejam levados em conta.

Nesta seara, incumbe ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, por intermédio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), a responsabilidade pela identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelas comunidades quilombolas. Contudo, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios também detêm competência concorrente nesse processo (Brasil, 2003).

A regularização fundiária proporcionada pelo Decreto nº 4.887/2003 vai além da mera questão da posse da terra, pois é um instrumento de promoção da cidadania



e garantia dos direitos fundamentais dessas comunidades, visto que, ao reconhecer e titular as terras quilombolas, o decreto almeja corrigir injustiças históricas e combater a exclusão social.

Mais recentemente, o Decreto 6.040/2007, instituído em 7 de fevereiro de 2007, estabelece a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Referido decreto tem como objetivo promover o desenvolvimento sustentável desses povos e comunidades, garantindo o reconhecimento, fortalecimento e salvaguarda de seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, bem como respeitando e valorizando sua identidade, formas de organização e instituições (Brasil, 2007).

A política estabelece objetivos específicos, tais como garantir territórios e recursos naturais para os povos e comunidades tradicionais, solucionar conflitos gerados pela implantação de Unidades de Conservação em territórios tradicionais, garantir direitos afetados por projetos e empreendimentos, promover a educação, saúde e inclusão social desses povos e comunidades, reconhecer e proteger seus conhecimentos e práticas tradicionais, entre outros (Brasil, 2007).

Outra legislação de importância é a Lei 12.288/2010, também conhecida como Estatuto da Igualdade Racial, a qual é um marco de relevância na legislação brasileira ao estabelecer direitos e garantias para a população negra, compreendendo os quilombolas (Brasil, 2010).

O propósito principal da Lei 12.288/2010 consiste em promover a igualdade de oportunidades, combater o racismo e valorizar a cultura afro-brasileira. A legislação específica destinada a tais comunidades reconhece sua importância histórica, social e cultural, e visa assegurar-lhes direitos fundamentais, bem como fomentar o desenvolvimento sustentável em seus territórios.

Art. 18. É assegurado aos remanescentes das comunidades dos quilombos o direito à preservação de seus usos, costumes, tradições e manifestos religiosos, sob a proteção do Estado.

Parágrafo único. A preservação dos documentos e dos sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos, tombados nos termos do § 5o do art. 216 da Constituição Federal, receberá especial atenção do poder público.

Art. 19. O poder público incentivará a celebração das personalidades e das datas comemorativas relacionadas à trajetória do samba e de outras manifestações culturais de matriz africana, bem como sua comemoração nas instituições de ensino públicas e privadas. (Brasil, 2010, s/p).

Os dispositivos mencionados consubstanciam relevantes garantias e incentivos concernentes à preservação e valorização da cultura afro-brasileira. O Artigo 18

reconhece o direito dos remanescentes das comunidades quilombolas de salvaguardar seus usos, costumes, tradições e manifestações religiosas, gozando da tutela estatal. Tal reconhecimento é indispensável para a preservação da identidade e do patrimônio cultural dessas comunidades, viabilizando a transmissão de suas práticas de geração em geração.

Enfatiza-se a importância da preservação dos documentos e sítios históricos dos antigos quilombos, os quais foram tombados conforme disposto no § 5º do Artigo 216 da Constituição Federal. Essa proteção especial por parte do poder público revela o reconhecimento da relevância histórica desses locais e a necessidade de salvaguardar a memória dos antigos quilombos, contribuindo para a valorização da história e da luta dessas comunidades.

Por sua vez, o Artigo 19 ressalta o papel do poder público em incentivar a celebração de personalidades e datas comemorativas relacionadas à trajetória do samba e outras expressões culturais de matriz africana. Destaca a importância de promover tais celebrações nas instituições de ensino públicas e privadas.

Tais medidas visam fortalecer a valorização e o reconhecimento da cultura afro-brasileira, fomentando uma maior inclusão e representatividade na sociedade. Tais dispositivos legais são essenciais para assegurar a proteção, promoção e preservação da diversidade cultural brasileira, notadamente das manifestações culturais afro-brasileiras, contribuindo para a construção de uma sociedade mais inclusiva e igualitária.

O Estatuto da Igualdade Racial também estabelece diversos direitos e garantias para os quilombolas. Um dos aspectos primordiais consiste no reconhecimento e regularização de suas terras, mediante o procedimento de titulação, assegurando a posse e a propriedade coletiva das áreas tradicionalmente ocupadas por essas comunidades.

O Artigo 31 preceitua que: "Aos remanescentes das comunidades quilombolas que estejam ocupando suas terras é conferida a propriedade definitiva, incumbindo ao Estado expedir-lhes os respectivos títulos" (Brasil, 2010, s/p). Tal prerrogativa é fundamental para preservar suas práticas culturais, seu modo de vida e garantir sua autonomia territorial.

Igualmente, a legislação prevê medidas de estímulo e apoio ao desenvolvimento sustentável das comunidades quilombolas, almejando promover a melhoria das condições de vida e a geração de renda. O Artigo 32 destaca que:

Art. 32. O Poder Executivo federal elaborará e desenvolverá políticas públicas especiais voltadas para o desenvolvimento sustentável dos remanescentes das comunidades dos quilombos, respeitando as tradições de proteção ambiental das comunidades. (Brasil, 2010, s/p).

Para tanto, estão previstos programas de acesso à terra, à habitação, à educação, à saúde, ao emprego, à cultura e ao lazer, dentre outros. Tais políticas visam mitigar as disparidades socioeconômicas enfrentadas pelas comunidades quilombolas ao longo dos anos.

No tocante à educação, por exemplo, o Estatuto da Igualdade Racial estabelece ações afirmativas voltadas a assegurar o acesso e a permanência dos quilombolas nas instituições de ensino, desde a educação básica até o ensino superior. Tais medidas englobam a reserva de vagas, a implementação de políticas inclusivas e o desenvolvimento de programas de formação e capacitação adequados às peculiaridades dessas comunidades.

Outro aspecto de relevo reside no combate à discriminação racial. O Estatuto institui sanções para atos de racismo e discriminação racial, buscando coibir tais práticas e fomentar a igualdade de oportunidades para todos. Ademais, a legislação prevê a criação de programas e ações de conscientização, visando desconstruir estereótipos e promover a valorização da cultura afro-brasileira, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

No parágrafo único do Artigo 7º é estabelecido que:

Os moradores das comunidades de remanescentes de quilombos serão beneficiários de incentivos específicos para a garantia do direito à saúde, incluindo melhorias nas condições ambientais, no saneamento básico, na segurança alimentar e nutricional e na atenção integral à saúde. (Brasil, 2010, s/p).

O dispositivo mencionado ressalta a importância de garantir o direito à saúde aos residentes das comunidades de remanescentes de quilombos, por meio de incentivos específicos, evidenciando a necessidade de aprimoramentos nas condições ambientais, no saneamento básico, na segurança alimentar e nutricional, bem como de uma atenção integral à saúde.

## **2 ASPECTOS DOS MODOS DE VIDA EXISTENTES NA COMUNIDADE DE BANGUELAS**

Neste capítulo, procede-se à análise da comunidade de Banguelas, destacando os principais modos de vida adotados por seus residentes e as estratégias econômicas empregadas para conciliar sua cultura com a exploração racional do meio ambiente.

Vale ressaltar que todas as informações obtidas neste capítulo sobre a produção de farinha, as práticas de extrativismo e demais aspectos relevantes resultam das entrevistas realizadas com a comunidade local, bem como da observação direta da realidade dos moradores.

Essas entrevistas forneceram informações relevantes não encontradas na literatura sobre os modos de vida, as estratégias econômicas e as práticas culturais da comunidade de Banguelas. Desse modo, a combinação de entrevistas e a observação direta permitiu uma compreensão dos aspectos que sustentam essa comunidade.

A história apresentada neste trabalho é fruto de uma construção coletiva, que vai além da visão do autor, haja vista que é compartilhada por todos aqueles que contribuíram para a sua elaboração (autoridade compartilhada), especialmente pelas vozes dos quilombolas da comunidade dos Banguelas. As memórias, experiências e saberes transmitidos por essas pessoas são parte integrante deste estudo, evidenciando que a história aqui retratada pertence a todos nós.

É por meio dessa troca de conhecimentos e vivências que se constrói uma narrativa plural, onde cada participante é coautor dessa jornada de compreensão e valorização. Também, ressalta-se que, apesar da dificuldade de acesso e a timidez das pessoas com quem não conhecem, percebe-se um interesse em participar desta pesquisa.

Compreendendo esses aspectos, é obtido uma visão das práticas e valores que sustentam essa comunidade singular, tendo em vista que é explorado os modos de vida na comunidade de Banguelas, destacando-se a religiosidade e a principal atividade econômica, que é a produção de farinha.

Ainda, é abordado outros modos de vida presentes nessa comunidade, destacando a diversidade de atividades e práticas que moldam o cotidiano dos seus habitantes, pois, compreendendo esses diferentes aspectos, obtém-se uma visão da

comunidade de Banguelas e das dinâmicas sociais que a permeiam.

Primeiramente, é apresentado a religiosidade na comunidade de Banguelas, investigando as crenças, rituais e práticas religiosas que influenciam a vida dos moradores. Também é abordado as principais religiões e tradições espirituais que coexistem nessa comunidade e o impacto dessas práticas no cotidiano dos indivíduos e na coesão social.

Em seguida, concentra-se a atenção na principal atividade econômica da comunidade de Banguelas, que é a produção de farinha. É explorado todo o processo de produção, desde o cultivo dos alimentos até a transformação em farinha, destacando a importância dessa atividade para a subsistência da comunidade, além das técnicas tradicionais, as ferramentas utilizadas e o envolvimento das famílias nessa atividade central.

Na terceira seção, é ampliado a análise para compreender outros modos de vida presentes na comunidade de Banguelas, principalmente as atividades complementares à produção de farinha, como pesca, artesanato, agricultura diversificada e comércio local, bem como outras práticas culturais, como festivais, danças e música, que fazem parte da expressão da identidade coletiva da comunidade.

Antes de abordar as principais questões da pesquisa, destaca-se que a presença de inúmeras páginas autorais neste trabalho se justifica pela abordagem metodológica adotada, onde a autoridade do conhecimento é compartilhada entre o autor e os participantes da pesquisa.

Grande parte do texto é dedicada à discussão das respostas fornecidas pelos membros da comunidade dos Banguelas, combinando as análises do autor com trechos e palavras dos próprios participantes, sendo reflexo do compromisso em dar voz às experiências e percepções dos quilombolas, garantindo que suas narrativas sejam integradas de forma expressiva ao estudo.

O texto autoral não busca impor uma visão externa, mas sim interpretar e contextualizar as informações fornecidas pelos entrevistados, respeitando e valorizando a autenticidade de suas contribuições. Dessa forma, o conteúdo do trabalho é uma construção coletiva, onde a discussão do autor está enraizada nos relatos dos participantes. Com base nisso, a escolha de uma narrativa autoral predominante, deste modo, é uma estratégia para manter a coesão do estudo, ao mesmo tempo em que se honra a participação ativa da comunidade na construção

desse conhecimento.

## 2.1 Aspectos históricos e geográficos de prainha

No presente tópico, serão abordados aspectos concernentes à história e geografia de Prainha, assim como da comunidade de Banguelas, com a finalidade de prover um contexto sólido para a compreensão da região. Mediante uma ampla análise, serão exploradas a evolução do município de Prainha e as características particulares da comunidade de Banguelas.

Inicialmente, dirigir-se-á a atenção ao âmbito mais amplo da região. Será descrita a localização geográfica de Prainha, identificando seus limites territoriais e características naturais distintivas. Serão examinadas as características demográficas, a organização administrativa e a relevância econômica do município.

Posteriormente, concentrar-se-á em uma porção específica de Prainha. Serão realçados a história da comunidade de Banguelas, expondo os eventos históricos relevantes que moldaram seu desenvolvimento ao longo do tempo. Também serão analisados os aspectos geográficos desse local, observando-se sua relação com a geografia física circundante e como tal contexto influenciou a vida dos habitantes de Banguelas.

### 2.1.1 O município de Prainha

O município de Prainha (Figura 1) encontra-se situado na região ocidental do estado do Pará, às margens do rio Amazonas, que atravessa o território municipal de oeste a leste. Prainha está inserida na Zona Fisiográfica do Baixo Amazonas, estabelecendo limites territoriais com outros municípios: ao norte com Almeirim, a leste com Porto de Moz, ao sul com Medicilândia e Uruará, e a oeste com Santarém e Monte Alegre.

**Figura 1:** Mapa de localização do Município de Prainha



Fonte: Adaptado de Prefeitura de Prainha (2023).

Consoante a Figura 1, percebe-se o destaque da posição geográfica junto ao Rio Amazonas de Prainha. O mapa evidencia os principais elementos hidrográficos da região, como os rios Camiuaú e Jauri, além de marcar áreas específicas como Poita Graide, São João, Lago do Mafurá, Pitaiga e Castainho. A representação cartográfica também inclui a delimitação da cidade de Prainha e as principais rodovias que conectam o município a localidades vizinhas. Essa configuração geográfica destaca a relevância dos cursos d'água na dinâmica socioeconômica e cultural da região, bem como sua integração com os municípios circunvizinhos, como Monte Alegre, Almeirim e Porto de Moz.

Com uma área total de 12.599,48 km<sup>2</sup>, Prainha corresponde a 1,01% do estado, 0,33% da região e 0,15% do território brasileiro. Conforme o Atlas de Desenvolvimento Humano de 2010 (o último realizado), o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) do município é de 0,523 (IBGE, 2023).

A sede de Prainha encontra-se localizada a uma distância de 558 km em linha reta da capital estadual, ocupando a 44<sup>a</sup> posição na escala de distâncias em relação a Belém. Suas coordenadas geográficas são 1° 48' 22" de latitude sul e 53° 28' 43" de

longitude oeste. É relevante salientar que Prainha é o único município paraense cujo território é dividido pelo rio Amazonas, conforme ilustrado na figura a seguir.

Cumprido destacar a localização privilegiada de Prainha, beneficiada pela proximidade com o imponente rio Amazonas e pela sua inserção na região do Baixo Amazonas. O município partilha fronteiras com distintas localidades, viabilizando a troca de experiências e o desenvolvimento de relações comerciais e culturais. Apesar de sua vasta extensão territorial, Prainha representa uma porcentagem relativamente diminuta em relação ao estado, à região e ao todo do território brasileiro, contudo, ostenta um potencial expressivo para o crescimento e o progresso.

O Índice de Desenvolvimento Humano figura como uma medida que avalia as condições de vida da população, considerando fatores como educação, saúde e renda. Detentor de um IDH de 0,62, Prainha reserva espaço para aprimoramentos e investimentos em setores essenciais para o bem-estar e o desenvolvimento de seus habitantes.

No que tange à distância de Belém, a capital estadual, a localização de Prainha apresenta um desafio logístico, uma vez que se encontra a uma distância considerável. Não obstante, essa distância também proporciona um ambiente mais tranquilo e isolado, distante da agitação das metrópoles, o que pode ser atrativo para aqueles que almejam uma vida mais serena e em comunhão com a natureza.

O município desfruta de uma plêiade de acidentes geográficos que contribuem para a sua estonteante beleza natural. Dentre os principais, destacam-se os rios Outeiro, Jauari, Guajará, Uruará e Curuá-Una. Prainha é acessível por via terrestre através da Rodovia PA-254, que conecta a cidade a Monte Alegre e Alenquer.

Do ponto de vista histórico, o município teve sua origem nas margens do rio Urubuquara, sob o nome de Outeiro. Contudo, devido às adversidades de acesso ao local, seus residentes deliberaram por trasladá-lo para as margens do rio Amazonas, almejando condições de vida e desenvolvimento mais propícias.

Em 1758, Prainha foi elevada à condição de freguesia por Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Posteriormente, por meio da Lei provincial nº 941, datada de 14 de agosto de 1879, alçou-se à categoria de vila, promovendo a ascensão de seu território à condição de município. A instalação oficial operou-se em 7 de janeiro de 1881. Entretanto, o município de Prainha foi extinto pelo Decreto nº 78, em 27 de dezembro de 1930, e seu território foi incorporado ao de Monte Alegre. Felizmente, a



autonomia foi restaurada mediante a Lei nº 8, de 31 de outubro de 1935, oportunizando a retomada de Prainha como município independente (IBGE, 2022).

Após a Proclamação da República, o município de Prainha prontamente aderiu ao novo regime, em sessão realizada em 28 de novembro de 1889. Essa adesão foi oficializada mediante um ofício, datado do mesmo dia, assinado por Antonio Maria de Souza, presidente, e pelos vereadores Manoel A. de Oliveira e Leopoldino Ferreira dos Santos, que comunicaram tal decisão ao governo provisório do Estado.

Prainha possui uma densidade habitacional de 21,17 habitantes por quilômetro quadrado. A população urbana do município totaliza 7.871 habitantes, enquanto a população rural alcança 22.189 habitantes. Do contingente populacional rural, 14.377 são do sexo masculino, ao passo que 12.924 são do sexo feminino (IBGE, 2023).

Em relação à coleta de resíduos domiciliares, esta abrange um total de 241 domicílios, o que representa 5,02% do total de 4.801 domicílios presentes no município. Quanto à taxa de desemprego em Prainha, ela é de 11,52%, enquanto a população economicamente ativa é composta por 8.536 habitantes (IBGE, 2023).

As principais atividades econômicas do município de Prainha incluem agricultura, pecuária, exploração florestal e pesca, empregando 4.514 residentes na zona urbana, o que corresponde a 59,76% das atividades econômicas. A indústria extrativista, a indústria de transformação e a distribuição de eletricidade e gás empregam 941 trabalhadores, representando 12,46% do total. As demais atividades complementam as principais observadas no município, conforme o censo de 2000 (IBGE, 2023).

A infraestrutura do município de Prainha apresenta as seguintes características: existem 14 unidades de saúde instaladas, disponibilizando 19 leitos para a população, o que corresponde a 0,64% por habitante. A principal causa de óbitos no município está relacionada a causas externas. Na área da educação, há 20 escolas da rede municipal que atendem ao ensino pré-escolar e fundamental, além de escolas estaduais responsáveis pelo ensino médio. O índice de desenvolvimento humano do município de Prainha é de 0,464 (IBGE, 2023).

Em relação ao abastecimento de água, o município de Prainha contava, em 2003, com 1.402 consumidores residenciais, 42 consumidores comerciais e 32 órgãos públicos (IBGE, 2023).

No que diz respeito ao transporte, de acordo com o departamento de trânsito do Pará, no ano de 2003, a frota existente no município de Prainha era composta por

113 veículos, distribuídos da seguinte forma: onze (11) motonetes, trinta e três (33) motocicletas, vinte e nove (29) automóveis, vinte e quatro (24) camionetes, quatro (4) ônibus e doze (12) caminhões. Esses números refletem a realidade da mobilidade na cidade naquele período.

O município de Prainha exhibe particularidades próprias, típicas das urbes amazônicas. Sob o enfoque econômico, ressaltam-se as atividades correlatas à pesca, agricultura e pecuária. A pesca possui importante função na economia local, sendo exercida tanto para fins de transação comercial em outras praças comerciais da circunscrição, quanto para a captura de animais aquáticos, que são submetidos à operação nos mares, rios e lagos.

Tal atividade revela-se como uma das mais relevantes no âmbito da exploração animal, mantendo-se como um traço distintivo do município, o qual é agraciado por diversos espelhos d'água de incomparável beleza, integrados à rudeza da paisagem regional. Essas atividades econômicas revelam-se imprescindíveis para a subsistência e desenvolvimento da comunidade local.

### 2.1.2 Aspectos históricos e geográficos da comunidade de Banguelas

Conforme registros do Dicionário Etimológico (2023), o termo "Banguela" é empregado em certas culturas afro para descrever a prática de alteração dentária, por razões estéticas ou religiosas. A palavra "Banguela" tem sua origem na língua alemã, mais precisamente na expressão "*ohne Biss*", que denota "sem mordida" ou "sem dentes". Com o passar do tempo, essa expressão foi adaptada para o vernáculo português e adquiriu o significado específico de indivíduo desprovido de dentes frontais.

Tais costumes também foram observados na Austrália, onde crianças tinham seus incisivos arrancados ou desgastados até a forma pontiaguda. No contexto da etnografia brasileira, esse vocábulo revela-se de interesse devido à sua conexão com Angola, importante fornecedora de escravizados durante o período Colonial (Beniste, 2020).

Segundo Beniste (2020), tal designação é utilizada de forma ampla para referir-se aos antigos habitantes africanos que foram capturados e trazidos ao Brasil durante o regime escravista. Os "Banguelas" eram aqueles conhecidos como escravizados, mais especificamente os negros que buscaram refúgio nas comunidades quilombolas.

Impende ressaltar a relevância histórica e cultural do termo "banguela", pois ele compreende uma prática de modificação dentária, remete à diáspora africana e ao legado dos quilombolas no Brasil.

Essa palavra traz consigo a memória de um período obscuro da história, porém também evidencia a resistência e a luta pela liberdade e igualdade. Assim, ao investigarmos o significado do termo "banguela", expandimos nosso conhecimento acerca da diversidade cultural e do impacto histórico da escravidão no Brasil.

Conforme relatos da comunidade atualmente conhecida como São João, igualmente referida como Lago dos Banguelas pela maioria dos residentes na localidade do rio Caminaú, e até mesmo por um pequeno grupo de habitantes da sede do município de Prainha, eles afirmam que:

A primeira pessoa a desbravar o local que na época não havia qualquer denominação e que hoje é conhecido como Comunidade São João no rio Caminaú, rio este que cruza uma grande extensão ao Norte do município de Prainha-Pará, foi o senhor Benedito Gomes da Fonsêca também chamado de Benedito Banguela por volta de 1921, pois o mesmo tinha medo que os "brancos" voltassem a tomar a iniciativa de aprisionar os negros utilizando-os à prática do trabalho escravo.

Benedito Gomes da Fonsêca revelava-se um indivíduo incansável, cuja existência era permeada por constantes deslocamentos pelas localidades de Monte Alegre, Santarém e, ocasionalmente, até a urbe de Oriximiná, em busca de ocupações para assegurar a subsistência daqueles que compartilhavam sua trajetória. Ao longo de múltiplos anos, ele explorou as reservas naturais das exuberantes e intocadas florestas da região, então desconhecidas pelos habitantes locais.

Com o passar do tempo, o modesto e sereno aglomerado populacional testemunhou um incremento de moradores, à medida que novos habitantes afluíam em busca de condições de vida mais auspiciosas. Tais recém-chegados consistiam em parentes próximos de Benedito Gomes da Fonsêca, procedentes das áreas de Oriximiná e Almeirim, compartilhando todos eles o mesmo apelido: Banguelas.

Benedito Gomes da Fonsêca destacava-se entre seus familiares como um líder inato, notório por suas habilidades e coragem, admiradas e respeitadas por todos. Era tido como o verdadeiro desbravador do lago em que todos habitavam, o que lhe conferia ainda maior prestígio e reconhecimento.

Após o passamento de Benedito Gomes da Fonsêca, cognominado Benedito Banguela, seu filho João Gomes da Fonsêca, igualmente chamado de João Banguela, assumiu a liderança do diminuto vilarejo. Desse modo, surgia mais um valoroso

indivíduo encarregado de comandar as atividades daquela localidade. O espírito de liderança ostentado por João representava uma continuidade das forças de seu progenitor, segundo afirmavam os residentes. Consistia numa perpetuação da organização coletiva edificada e posta em prática por seu pai ao longo dos anos.

Após alguns anos à frente de seu povo, João Banguela optou por erigir uma comunidade destinada à sua própria gente, a comunidade dos Banguelas. Entretanto, tal designação não seria decidida unicamente por ele; seria uma deliberação conjunta entre ele e seu povo, para batizar aquele pequeno povoado.

Em 20 de setembro de 1993, o Governador do Estado do Pará, por intermédio do Instituto de Terras do Pará (ITERPA), conferiu a Ana Gomes da Fonsêca o Documento de Título Definitivo de Terra, abarcando uma área de 99 hectares, 40 ares e 47 centiares, com um perímetro de 4.978,72 metros. Essa área recebeu o nome de Lago dos Banguelas.

Após o óbito de João Banguela, ocorrido no ano de 1994, os habitantes da comunidade deliberaram adotar a denominação de "Comunidade São João", como uma forma de reverência a São João Batista, um dos santos padroeiros das celebrações juninas amplamente festejadas em todo o território brasileiro. O dia consagrado a São João Batista, 24 de junho, é anualmente celebrado na mencionada comunidade, juntamente com a comemoração do aniversário de sua nomenclatura.

A tradição de transferir a liderança do pequeno aglomerado para outro indivíduo remontava ao seu primeiro habitante, que absorveu essa prática de seus antecessores e ancestrais. Com o intuito de preservar tal tradição, considerada um ritual pelos moradores, Dona Ana Gomes da Fonsêca, ou Ana Banguela, assumiu a posição de líder, dando continuidade às tradições dos Banguelas. Ela exercia o papel de orientadora, instrutora e, sobretudo, constituía a principal fonte de informações para os residentes.

Nos tempos atuais, Ana Banguela, na qualidade de líder da comunidade, é reverenciada e respeitada pelos moradores da Comunidade São João e seus familiares, bem como pelos habitantes da sede municipal de Prainha. Tal fato torna-se evidente pelo acontecimento ocorrido em 1998, quando Ana Gomes da Fonsêca foi tema do samba-enredo do Bloco Centro-Paz no carnaval da sede do município de Prainha, Pará, como comprovado na letra da música.

Enredo de carnaval

“Ana banguela”

Grito forte no terreiro.  
 Quem foi que disse que Aninha é feiticeira?  
 Foi o seu brilho singelo.  
 Que fez o bloco Centro-Paz ficar mais belo.  
 Oh Ana?  
 Ana vem agora nos mostrar, a sua essência que perfuma o meu ar.  
 Quero desvendar esse mistério, desse seu remédio mero que faz morto levantar.  
 Fez Aninha entrar na dança e a galera levantar.  
 Grito forte no terreiro.  
 Quem foi que disse que Aninha é feiticeira?  
 Foi o seu brilho singelo.  
 Que fez o bloco Centro-Paz ficar mais belo.  
 Seu olho de seca pimenteira, isso aqui não é besteira, é cultura milenar.  
 E hoje?  
 Hoje vimos homenagear.  
 Ana Banguela, por favor, pode chamar.

Autor e compositor, Paulo Sérgio de Arruda Azevedo.  
 Fevereiro de 1998, Prainha-Pará.

Durante nossa pesquisa, tivemos a oportunidade de coletar um depoimento de Ana Banguela, uma figura central na comunidade São João. Seu relato revela a rica história e as experiências vividas ao longo dos anos. Seguem suas palavras:

- Eu nasci aí em Almeirim, é eu tenho 88 (oitenta e oito) anos eu acho meu filho, vê aí no meu registro meu filho. É eu nasci lá, mas o meu pai com a minha mãe a Ana Gomes da Fonseca já moravam aqui no lago. O meu pai varou pra cá pro Caminaú andando, aí como não morava ninguém ele achou muito bonito o lago, tinha tudo meu filho, o peixe, a caça, tudo isso que ainda tem hoje, aí ele voltou pra Almeirim pra buscar a mamãe que ele tinha deixado lá pra trazer os nossos outros parentes aí foi quando eu nasci e aí eles vieram morar pra cá e é por isso que até hoje a gente, a nossa família ainda mora aqui meu filho como estão aqui olha só. Quando perguntado a respeito se Banguelas era um sobrenome foi respondido o seguinte:

- "O nome de Banguela era uma palavra usada como um tipo de apelido, eu acho meu filho, porque já veio desde o meu avô, o José da Fonsêca que era chamado de José Banguela. O meu avô o José Banguela que morava na cidade de Oriximiná. Segundo os cálculos feitos, isso ocorreu por volta de 1880 mais ou menos. Lá onde ele morava, ele era "cria" de um homem, é ele morava lá e trabalhava pra um senhor que atendia segundo o meu pai o Benedito Gomes da Fonseca falava pra nós que era pelo nome de Iveri Carvalho, irmão de um tal de Elízio Carvalho que também morava lá na mesma cidade que o meu avô. Além do meu avô o meu pai, o Benedito Gomes da Fonseca quando veio pra cá pra essas bandas ele já tinha o apelido Banguela e que do meu pai foi passando pra todos nós que fazemos parte desta comunidade, tanto é que no documento das terras aqui do lago, da comunidade está com o nome de Lago dos Banguelas no rio Caminaú, mas como foi que esse nome foi dado pro meu avô, eu não sei direito, eu não posso te falar se realmente tem alguma coisa a ver com esses Banguelas que tu me perguntasse que vieram lá da África meu filho. O que eu sei é que nós ainda temos parentes que moram lá em Oriximiná e que os Castros que moram aí no Parú também são nossos primos." Eles já vieram lá em Prainha pra dançar e tocar o Gambá, mais ou menos há uns 27 anos. Eles também são negros. Eles eram grandes e que o que comandava é o que chefiava falou que os avós dele vieram de lá da África.

Em 1995, mediante a iniciativa do Senhor Natalias Batista de Oliveira, foi

erigida a primeira instituição escolar na comunidade. Aproximadamente uma década antes, por volta de 1985, o Senhor Natalias havia edificado um Barracão onde as efemérides sacras, notadamente a noite de Natal, eram solenemente celebradas. Essa celebração anual se configurava como a mais preeminente para todos os moradores. Nessa época, o Senhor Natalias, que era esposo de Ana Gomes da Fonsêca, deliberou ceder o barracão para que pudesse abrigar a primeira escola, satisfazendo, assim, algumas demandas da comunidade.

Kléber José Oliveira Rodrigues, residente e integrante da família Banguela, exerceu a função de docente do ensino fundamental (1<sup>a</sup> à 4<sup>a</sup> série) de 1995 a 2000. Posteriormente a esse período, passou a auxiliar o agente comunitário de saúde da localidade, entretanto, sem auferir remuneração pecuniária. Kléber também é produtor de farinha de mandioca e detém unicamente o Certificado de Conclusão do Ensino Fundamental.

No início do ano de 2006, a Comunidade São João recebeu a visita do primeiro representante da Igreja Católica, o padre Ronaldo. Este foi convidado a participar, ou melhor, a officiar uma missa para a solenidade oficial de inauguração e batismo da capela de São João, situada na própria comunidade. Após a celebração litúrgica, aproveitando o ensejo, o padre Ronaldo celebrou, mediante solicitação dos moradores, seis matrimônios e vinte e dois batizados de membros da referida comunidade.

A Comunidade São João está situada nas proximidades do Lago São João, localizado à margem direita do rio Caminaú, no extremo norte do município de Prainha, no Pará. Ela confronta com as comunidades de Ponta Grande, ao norte, e Castanha, em proximidade com a Comunidade do Pitanga, ao sul, ambas às margens do rio Caminaú. Encontra-se adjacente à Comunidade do Fufunheco, a oeste, e ao Lago do Mafurá, também a oeste. A Comunidade São João dista aproximadamente 30 km da sede municipal de Prainha, em linha reta. O percurso pelo rio Caminaú até a comunidade São João demanda de 2 a 3 horas e meia de viagem em embarcação motorizada.

A Figura 2 representa uma visão parcial da encantadora Comunidade de Banguelas, proporcionando um panorama pitoresco. Ao analisarmos atentamente a imagem, podemos observar algumas residências dispersas ao longo do terreno, conferindo uma sensação de tranquilidade e privacidade aos moradores. É interessante notar também a presença de um corpo hídrico, possivelmente um rio ou

lago, que contribui para a beleza natural da região.

**Figura 2:** Vista parcial da Comunidade de Banguelas, com destaque para o rio, as embarcações locais e uma área residencial ao fundo



Fonte: Acervo do autor (2023).

Conforme acima, a Figura 2 evidencia aspectos naturais e estruturais que compõem a dinâmica local. O rio, elemento principal da imagem, contribui na mobilidade, subsistência e interação social da comunidade. As embarcações tradicionais, como canoas e barcos de pequeno porte, refletem a adaptação às condições ambientais e a dependência dos recursos hídricos. Ao fundo, observa-se uma área residencial com construções rústicas que demonstram a integração entre a habitação e o entorno natural, exemplificando a coexistência harmoniosa entre os moradores e o ambiente, enfatizando a relevância dos recursos naturais na organização socioeconômica local.

A exuberância vegetativa que se estende integralmente por toda a área é uma característica distintiva da Comunidade de Banguelas. Árvores magníficas, arbustos saudáveis e uma diversidade de espécies vegetais concebem um ambiente harmonioso e acolhedor. Essa abundância de vegetação, além de embelezar a paisagem,



corroborar na preservação do ecossistema local, provendo abrigo e alimento a uma pluralidade de espécies animais.

A visão parcial, revela uma atmosfera serena e intimista, onde a natureza prevalece. A escassez de edificações densas e a predominância da vegetação transmitem uma sensação de congruência com o meio ambiente, tornando a Comunidade de Banguelas um local atraente para aqueles que almejam conectar-se com a natureza e adotar um estilo de vida mais tranquilo.

Adicionalmente, cumpre destacar as características das coberturas das moradias na Comunidade de Banguelas, as quais contribuem para a singularidade estética e diversidade da região. Ao analisarmos a Figura 3, constatamos que as coberturas se compõem de distintos materiais, tais como telha brasilite, cavaco e palha.

**Figura 3:** Residências de madeira elevadas, típicas da Comunidade de Banguelas, adaptadas às condições locais



Fonte: Acervo do autor (2023).

A Figura 3 é exemplo de residências de madeira elevadas, características da



Comunidade de Banguelas, projetadas para se adaptar às condições ambientais locais. A construção sobre palafitas também é espelho de uma prática arquitetônica tradicional que combina funcionalidade e sustentabilidade, garantindo proteção contra umidade e insetos. Ainda, o uso de materiais locais para a edificação demonstra o aproveitamento dos recursos disponíveis, evidenciando a relação direta entre os moradores e o ambiente natural em que estão inseridos.

A presença da telha brasilite confere às edificações um aspecto tradicional e duradouro. Esse tipo de telha, reconhecido por sua resistência e propriedades isolantes, é amplamente empregado na construção civil, proporcionando resguardo contra as intempéries e assegurando a longevidade das coberturas.

Outrossim, algumas residências ostentam coberturas feitas de cavaco, um material característico da região, consistindo em pequenos fragmentos de madeira. Essa escolha confere um aspecto rústico às edificações, realçando a conexão com a natureza e os recursos disponíveis localmente, conforme a Figura 4.

**Figura 4:** Vista lateral de uma residência de madeira elevada, típica da Comunidade de Banguelas, com estrutura simples e características que refletem os recursos disponíveis



Fonte: Acervo do autor (2023).

Ainda mais, outra opção encontrada na Comunidade de Banguelas é a utilização de coberturas de palha, remetendo a um estilo mais tradicional e folclórico. A palha, usualmente obtida das folhas secas de palmeiras, é uma alternativa sustentável e frequentemente empregada em áreas rurais. Sua presença nas coberturas das moradias acrescenta um toque de autenticidade e preserva a cultura local.

No que concerne às paredes, também é notória a diversidade. Algumas residências possuem paredes de tábuas, recurso comumente utilizado em construções mais antigas, conferindo um aspecto rústico e charmoso ao ambiente. Essa técnica construtiva ressalta a história e tradição da comunidade, proporcionando um ambiente acolhedor e aconchegante.

Por outro lado, outras moradias apresentam paredes de palha, que proporcionam uma estética mais orgânica e integrada à natureza. A palha, com suas fibras naturais, cria uma atmosfera singular e remete a um estilo de vida simples e em sintonia com o entorno.

Quanto ao assoalho das residências, a Figura 5 apresenta que apenas uma casa faz uso da paxiúba como material empregado. A paxiúba é uma espécie de palmeira abundante na região, e sua utilização no assoalho representa uma escolha sustentável e autêntica. Essa opção confere um toque de rusticidade e originalidade à habitação, proporcionando uma sensação de conexão com a natureza.

No entanto, a maioria das casas apresenta assoalhos feitos de tábuas, uma opção tradicional e durável. Esse tipo de piso proporciona uma superfície estável e resistente, ao mesmo tempo em que mantém a estética rústica característica das construções na Comunidade de Banguelas.

**Figura 5:** Imagem de perfil de uma casa na Comunidade de Banguelas, construída em madeira com cobertura de palha, destacando aspectos arquitetônicos locais



Fonte: Acervo do autor (2023).

A Figura 5 retrata uma casa de madeira com cobertura de palha, característica da Comunidade de Banguelas, representando uma arquitetura tradicional. A simplicidade da construção reflete o uso de materiais naturais disponíveis na região, evidenciando práticas sustentáveis e um profundo conhecimento das necessidades locais, bem como a presença de moradores na imagem destaca a relação entre o espaço habitacional e a dinâmica social da comunidade, reforçando a importância dessas estruturas como parte integrante da identidade cultural e da organização familiar local.

A comunidade de Banguelas alberga um total de 25 edificações, das quais 14 são residências (correspondendo a 56% do total), uma é uma instituição escolar (representando 4%), outra é uma capela (representando também 4%), e as restantes nove são casas de forno (correspondendo a 36% do total), conforme consignado na Tabela 1.

**Tabela 1:** Edificações que existem em Banguelas:

<b>Edificações</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Valor Relativo (EM %)</b>
Casas	14	56
Escola	1	4
Capela	1	4
Casas de forno	9	36
<b>TOTAL</b>	<b>25</b>	<b>100</b>

Fonte: Autor (2023).

No que se refere ao perfil demográfico, a comunidade ostenta um contingente populacional de 80 habitantes, distribuídos entre 40 indivíduos do sexo masculino (representando 50%) e 40 do sexo feminino (também perfazendo 50%). Verifica-se a presença de 27 homens adultos (correspondendo a 33,75%), 19 mulheres adultas (representando 23,75%), 13 meninos (correspondendo a 16,25%) e 21 meninas (representando 26,25%), conforme constatado na Tabela 2.

**Tabela 2:** Perfil populacional de Banguelas

<b>Categoria</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Valor Relativo (EM %)</b>
Homens adultos	27	33,75
Mulheres adultas	19	23,75
Homens crianças	13	16,25
Mulheres crianças	21	26,25
<b>TOTAL</b>	<b>80</b>	<b>100</b>

Fonte: Autor (2023).

A Tabela 2 apresenta o perfil populacional da comunidade de Banguelas, com base na quantificação e valor relativo das distintas categorias. A partir dos dados fornecidos, é possível constatar que a população adulta é composta por um total de 46 indivíduos, dos quais 27 são homens adultos e 19 são mulheres adultas, perfazendo um percentual de 57,5% em relação à população total.

A referida tabela revela a presença de crianças na comunidade, com um total de 34 indivíduos, sendo 13 do sexo masculino e 21 do sexo feminino. As crianças correspondem a 42,5% do conjunto populacional de Banguelas. Ao examinarmos os valores relativos em percentual, constatamos que os homens adultos representam a maior proporção da população, com 33,75%. Em sequência, temos as mulheres

adultas, com 23,75%, e as mulheres crianças, com 26,25%. Os homens crianças apresentam a menor representatividade, com 6,25%.

Outrossim, proporciona uma visão do perfil demográfico de Banguelas, enfatizando a distribuição por gênero e faixa etária, em que pode ser útil para a compreensão da composição da comunidade e auxiliar no planejamento de políticas e serviços que atendam às necessidades específicas de cada grupo.

## 2.2 Religiosidade

No pequeno povoado em questão, cujo registro histórico remonta ao período em que o Senhor Benedito Gomes da Fonsêca e sua família estabeleceram-se aproximadamente no ano de 1921, não havia presente um representante formal de qualquer entidade eclesiástica, religiosa ou sectária. Todavia, a ausência de tal figura não obstruiu o florescimento da fé naquela comunidade. A fé enraizava-se em suas convicções, impelindo-os à busca por proteção divina.

Crer-se em um “Ser supremo”, adorado desde tempos imemoriais e considerado como único e todo-poderoso, era o cerne dessa comunidade. De acordo com Mircea Eliade, em *O Sagrado e o Profano*, a crença em uma entidade divina transcendente tem sido uma característica central em muitas culturas ao longo da história, onde a percepção do sagrado molda o comportamento coletivo (Eliade, 1992).

As tradições religiosas eram transmitidas de geração em geração, seja de forma oral, seja por intermédio de rituais sagrados. Clifford Geertz, em sua obra *A Interpretação das Culturas*, destaca que a transmissão de práticas religiosas e valores morais através de narrativas e rituais é uma forma de perpetuação cultural essencial para a coesão e continuidade de grupos sociais (Geertz, 1989). Os mais idosos instruíam as crianças acerca da importância da fé e de como cultivá-la, moldando a ética e o comportamento da comunidade.

Ainda que desprovido de um líder religioso de presença física, o povoado encontrava meios de externar sua devoção e adoração. Tal fenômeno, conforme analisado por Eliade, mostra a capacidade das comunidades religiosas de se organizarem em torno de um centro simbólico, sem a necessidade de uma autoridade física, realizando celebrações coletivas que consolidam a unidade social.

A fé em Deus igualmente refletia-se no cotidiano da comunidade. Nos



momentos de colheitas abundantes e de escassez, como afirma Victor Turner em *O Processo Ritual*, os rituais religiosos corroboram em momentos de crise e abundância, reafirmando a fé coletiva em um poder maior que guia a vida social e natural (Turner, 1974).

Desse modo, a fé em Deus configurava-se como a mola propulsora que impelia aquele exíguo povoado. A religiosidade conectava-os a algo transcendente, transpondo suas preocupações individuais e proporcionando-lhes um senso de propósito e significado em suas existências. Apesar da ausência de um representante direto de uma instituição religiosa, encontravam na sua devoção a força necessária para enfrentar os desafios da existência, confiando que estavam amparados pela tutela divina.

Um ato de tão notória devoção ensejava a congregação dos moradores nas residências uns dos outros todas as quartas-feiras, sextas-feiras e domingos, ao longo de todas as semanas e meses do ano, com a finalidade de render louvores, orações e agradecimentos pelas dádivas recebidas e pela proteção contra todos os infortúnios. Tal ato devocional era levado a cada lar pelos seus habitantes, de forma que nenhuma moradia ficasse à margem, visando a benção de todos. Essa prática religiosa seguia um ciclo incessante, reiniciando-se após a visitação de todas as casas, quando os fiéis louvavam em nome do Senhor.

A origem dessa devoção remontava aos antepassados do Senhor Benedito Gomes da Fonsêca, os quais transmitiram tais ensinamentos às gerações subsequentes. A religião preponderante na pequena comunidade era o catolicismo. Sob essa tradição católica, a veneração a São João era patente, inclusive na escolha de nomes para diversos elementos da comunidade. O próprio nome do povoado, da capela, da escola, do igarapé e do lago refletiam essa devoção a São João.

A veneração a São João configurava-se como uma parte da vivência religiosa da comunidade. São João, conhecido como o santo festeiro, era celebrado com efusividade, notadamente nas festividades juninas, que representavam um momento de destaque no calendário religioso e cultural da região. Durante tais festividades, os moradores congregavam-se para celebrar por meio de danças, músicas, iguarias típicas e fogueiras, em uma atmosfera de regozijo e devoção.

A escolha de São João como padroeiro da comunidade e como referência na nomenclatura dos diversos lugares denotava o respeito e a devoção que os moradores nutriam por ele. A capela dedicada a São João representava um local de

encontro para a comunidade, onde as celebrações religiosas ocorriam regularmente, fortalecendo os vínculos entre os fiéis e reafirmando a sua fé.

A instituição educacional, cujo nome também é atribuído a São João, oferecia instrução formal e transmitia os valores e preceitos da religião católica, proporcionando uma formação que amalgamava fé e conhecimento. Os apelativos do igarapé e do lago também refletiam essa conexão com São João, possivelmente em virtude de sua proximidade com a capela, simbolizando a relevância da água como elemento purificador e renovador do espírito.

Desta maneira, a devoção a São João permeava todas as esferas da vida na mencionada comunidade. Representava uma manifestação genuína de fé, evidenciada nas visitas recorrentes entre os lares, nas preces e nos momentos de exaltação. Tal devoção fortalecia os laços comunitários, congregando os moradores em torno de uma crença compartilhada e de uma devoção comum. O nome de São João estava presentificado em cada recanto do mencionado povoado, simbolizando a importância da religião católica e a convicção na salvaguarda divina.

A devoção a São João permanece vívida e ativa na referida comunidade, refletindo-se tanto nas residências dos moradores quanto na modesta capela católica erigida em honra ao venerável santo. A mencionada capela tornou-se um *locus* de congregação e devoção para os fiéis, mormente aos domingos, quando a coletividade se congrega para participar dos rituais religiosos.

Os domingos na capela são ocasiões singulares, repletas de preces, missas e demais formas de expressão da fé católica. Os moradores se confraternizam com o intuito de partilhar momentos de exaltação, reflexão e comunhão espiritual. Através das preces, eles procuram fortificar sua ligação com o divino e revitalizar sua fé.

A construção da capela nos primórdios de 2006 consubstanciou-se em um marco na história religiosa da comunidade. A edificação simboliza a consolidação e a concretização da devoção a São João, ao oferecer um espaço sagrado onde os fiéis podem se reunir e render culto ao santo padroeiro.

Além das liturgias dominicais, a capela é também utilizada para outras atividades religiosas ao longo do ano. Nela, são celebrados ritos especiais em ocasiões importantes do calendário litúrgico, tais como a Semana Santa, o Natal e outras festividades religiosas. Esses momentos propiciam união e celebração para a comunidade, reforçando os vínculos de fé e devoção entre seus membros.

A capela de São João possui importante função na transmissão da fé católica

às novas gerações. Através da catequese e de programas de educação religiosa, as crianças e os jovens da comunidade são instruídos acerca dos ensinamentos da Igreja Católica, sendo incentivados a participar ativamente das práticas religiosas. Essa transmissão de valores e tradições religiosas contribui para a perpetuação da devoção a São João ao longo das gerações.

A predominância do catolicismo na população brasileira é uma característica marcante da história religiosa do país, como aponta Sérgio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil*, ao discutir a influência das instituições coloniais portuguesas, incluindo a Igreja Católica, na formação cultural e social do Brasil (Holanda, 1936). A influência do catolicismo remonta ao período da colonização, quando os portugueses introduziram a sua fé e estabeleceram a Igreja Católica como a religião oficial do Estado, conforme descrito por Luiz Felipe de Alencastro em *O Trato dos Viventes*, que delinea o papel da Igreja nas missões e na educação dos indígenas (Alencastro, 2000).

Ao longo de séculos, o catolicismo cooperou na vida religiosa e social do Brasil, moldando a cultura, os valores e as tradições do povo brasileiro. Segundo Ronaldo Vainfas, em *A Heresia dos Índios*, a Igreja Católica influenciou a estruturação da sociedade brasileira colonial, exercendo grande influência na esfera espiritual e na política e educação, estabelecendo os marcos que perduram até os dias atuais (Vainfas, 1995).

Além do catolicismo, o Brasil abriga uma notável diversidade religiosa, enriquecida por influências provenientes de diversas culturas e tradições. Entre as religiões presentes no país, destacam-se as religiões afro-brasileiras, cujas raízes, como explica Roger Bastide em *O Candomblé da Bahia*, são uma manifestação de resistência e preservação das culturas africanas trazidas pelos povos escravizados. Essas religiões encontram-se, sobretudo, em grandes centros urbanos do Norte do país, como o Pará e o Maranhão, onde, como afirma Bastide, a prática religiosa afro-brasileira se fundiu com elementos da cultura católica, gerando novas formas de religiosidade sincrética (Bastide, 2001).

As religiões afro-brasileiras têm suas raízes na resistência e preservação da cultura dos povos africanos, que encontraram nas terras brasileiras um ambiente propício para a manutenção de suas tradições religiosas. Pierre Verger, em *Orixás*, descreve como, mesmo diante da opressão e da tentativa de supressão de suas crenças durante o período da escravidão, essas religiões conseguiram sobreviver e



se adaptar às condições brasileiras, incorporando elementos da cultura local (Verger, 1981).

Ao longo dos séculos, o Cristianismo, especialmente a Igreja Católica Romana, tem exercido um importante papel na vida religiosa do Brasil. Desde o período Colonial, a religião católica foi introduzida no país por missionários que acompanharam os exploradores e colonizadores portugueses, como documenta Caio Prado Júnior em *Formação do Brasil Contemporâneo*. A Igreja Católica estabeleceu-se como a religião predominante no Brasil, exercendo uma influência considerável na formação da cultura e das tradições do povo brasileiro (Prado Júnior, 1994).

Efetivamente, o Brasil é reconhecido como o país de maior expressão católica no mundo, com uma parcela significativa de sua população declarando-se adepta dessa religião. Segundo Vainfas (1995), a presença católica é notória em diversas esferas da sociedade brasileira, desde as festividades religiosas populares até a arquitetura de igrejas históricas que pontuam as cidades brasileiras.

Bem como, a devoção ao catolicismo permeia a vida cotidiana de muitos brasileiros. A participação em celebrações religiosas, como missas e novenas, é uma prática corrente em comunidades por todo o país. Ademais, muitos brasileiros mantêm em suas residências símbolos e imagens religiosas, manifestando assim sua fé e devoção.

A presença e o reconhecimento de alguma forma de religião constituem características inerentes a todas as comunidades humanas. Desde os primórdios da história, a busca por uma conexão com o divino e a expressão do sentimento religioso têm sido elementos universais e constantes ao longo do tempo.

As religiões surgem como um esforço humano para compreender o desconhecido, buscando atribuir significado e obter respostas diante dos mistérios inerentes à existência. Abrangendo uma diversidade de sistemas de crenças, rituais e práticas, estas se configuram moldadas pela cultura, contexto histórico e experiências individuais e coletivas de cada sociedade.

Independentemente do período histórico ou local geográfico, é possível encontrar evidências da presença de crenças religiosas. Conforme argumenta Karen Armstrong em *Uma História de Deus*, desde as antigas civilizações mesopotâmicas, egípcias e gregas até as sociedades contemporâneas, cada cultura desenvolveu suas próprias formas de religião, adaptando-as às suas necessidades e concepções de mundo. Armstrong (1993) explica que a evolução das religiões está intimamente ligada

à necessidade humana de atribuir sentido à existência e à busca de conexão com o sagrado.

A fé religiosa permeia todas as esferas da vida humana, influenciando valores, comportamentos, normas sociais e até mesmo estruturas políticas. Desafiando a racionalidade, fundamenta-se em elementos como a espiritualidade, a moralidade e a transcendência, oferecendo respostas existenciais que transcendem os limites da compreensão científica. Mircea Eliade, em *O Sagrado e o Profano* (1957), reforça essa ideia, argumentando que a religião oferece uma dimensão de transcendência que vai além da razão, preenchendo as lacunas deixadas pela ciência ao abordar questões relacionadas ao propósito e significado da vida (Eliade, 1957).

A edificação da pequena capela dedicada a São João na comunidade representa um marco importante na história religiosa local. Após anos de devoção e pregação realizadas nas residências dos habitantes, a comunidade obteve êxito em concretizar seu anseio de possuir um espaço sagrado próprio, onde pudessem reunir-se para render louvores e rezar em comunhão.

A capela, erguida no início de 2006, é fruto de um esforço coletivo e solidário. Os moradores uniram suas forças e habilidades para que a construção se tornasse uma realidade. Mesmo diante de recursos limitados, buscaram soluções criativas e econômicas, como a doação das telhas brancas por uma residente da sede do município. Essa generosidade e apoio mútuo refletem o espírito comunitário que permeia a devoção à divindade local.

Cada detalhe da capela foi cuidadosamente trabalhado pelos próprios moradores. O assoalho e as paredes foram construídos com madeiras beneficiadas, fruto do esforço coletivo para aquisição e preparo dos materiais necessários. Cada etapa da construção foi realizada com dedicação e amor, refletindo o compromisso e devoção da comunidade para com sua fé.

Além da colaboração física, a mão de obra também foi integralmente providenciada pelos próprios moradores. Estes se revezaram, dedicando seu tempo e esforço para erguer cada parede, assentar cada telha e finalizar cada detalhe. A capela se tornou um símbolo tangível da união e força da comunidade, um lugar onde todos se sentem parte integrante da construção espiritual que ali ocorre.

A capela de São João, além de ser um espaço de devoção, também se converteu em um local de encontros e celebrações comunitárias. Nas missas e orações realizadas ali, os moradores encontram um momento de conexão com o

sagrado e de fortalecimento dos laços de amizade e solidariedade entre si. A capela se tornou um ponto de referência para a comunidade, um local de encontro e devoção que fortalece a identidade religiosa e cultural da região.

A edificação e a manutenção da capela constituem exemplos do poder da fé e do compromisso coletivo, pois, simboliza a devoção a São João e o esforço conjunto em preservar e fortalecer as tradições religiosas que permeiam a vida da comunidade. A capela é uma testemunha do comprometimento e da resistência dos moradores, os quais encontram na religião uma fonte de inspiração e esperança para enfrentar os desafios cotidianos.

A generosa doação efetuada pelo Padre José Ronaldo no ano de 2006 contribuiu para a conclusão da capela, evidenciando o apoio e o reconhecimento da comunidade religiosa diante de suas necessidades, haja vista que por meio desse auxílio financeiro, os moradores puderam adquirir os materiais para finalizar a construção e assegurar um espaço apropriado para a realização das celebrações religiosas.

Uma das principais ocasiões em que a comunidade expressa sua devoção a São João é no dia 24 de junho, quando é solenizada uma cerimônia religiosa na capela. Nesse dia, a capela é adornada com flores e elementos que simbolizam a devoção ao santo. À noite, uma missa especial é celebrada, congregando todos os moradores em um momento de comunhão e adoração.

Durante a festividade, a praia adjacente à capela assume o epicentro das atividades. Uma fogueira é acesa, iluminando o ambiente e conferindo uma atmosfera acolhedora. Outrossim, fogos de artifício são disparados, criando um espetáculo de luzes e cores em honra a São João, que é amplamente reverenciado pela comunidade.

Além das cerimônias religiosas, os moradores promovem festividades com a elaboração de pratos típicos, como canjica, pamonha, quentão e pé-de-moleque, entre outras iguarias que integram as tradições juninas. A participação de comunidades vizinhas, membros da Igreja Católica da cidade de Prainha e demais interessados enriquece a celebração, fortalecendo os laços entre as distintas comunidades religiosas.

Essa festividade representa um momento especial de confraternização e compartilhamento, no qual todos se unem em torno da fé cristã e da devoção a São João. Além das atividades religiosas, as danças típicas, como o quadrilheiro e o

carimbó, animam o evento, proporcionando alegria e descontração à ocasião, reafirmando a fé e a devoção dos moradores, consolidando ainda mais a relevância da capela e de São João em suas vidas. Trata-se de um momento no qual todos se devotam a honrar o santo padroeiro, mantendo viva essa tradição por mais de uma década. Embora seja uma celebração simples, é rica em significado e representa a essência da devoção cristã na referida comunidade.

A festividade anual fortalece os vínculos entre os moradores e estimula a participação de pessoas provenientes de diferentes origens, enriquecendo, assim, o intercâmbio cultural e religioso, bem como a presença de membros da Igreja Católica da cidade de Prainha e de comunidades vizinhas promove um intercâmbio de experiências e expressões de fé, contribuindo para o crescimento espiritual de todos os envolvidos.

### 2.3 Atividade econômica da comunidade: a produção de farinha

A atividade econômica é uma das formas de manejo sustentável passíveis de adoção e implementação por diversos atores sociais, que abarcam desde indivíduos e famílias até grupos e comunidades integralmente. Segundo José Eli da Veiga, o manejo sustentável de recursos naturais se tornou uma prática cada vez mais relevante no contexto das atividades econômicas, especialmente em comunidades que dependem diretamente dos recursos naturais para sua subsistência. Independentemente do contexto no qual se insere, tal prática converte-se na principal fonte de lucratividade comercial, assumindo, assim, um papel central na busca por uma existência mais sustentável.

É imprescindível ressaltar que tal não deve ser a única preocupação daqueles que a exercem ou naquelas localidades onde é realizada. Segundo Enrique Leff, a sustentabilidade econômica precisa estar vinculada à dimensão social e ambiental, uma vez que a exploração dos recursos naturais de forma isolada pode comprometer a viabilidade a longo prazo dessas atividades e das comunidades que dependem delas. A atividade econômica não pode ser concebida como a única ação responsável capaz de conferir benefícios e assegurar os meios necessários para a subsistência (Leff, 1996).

Ao relacionarmos a atividade econômica ao conceito de economia, compreendemos que esta está ligada à ideia de economizar, ou seja, preservar,

conservar, limitar, dentre outros aspectos. De acordo com Amartya Sen, em *Desenvolvimento como Liberdade*, a economia deve ser entendida como um processo que permite a preservação dos recursos, garantindo a liberdade e a dignidade das comunidades (Sen, 1999). Tal relação torna-se patente na comunidade de São João, onde é praticada a atividade extrativista dos recursos naturais, o que, como assinala Veiga (2005), representa um exemplo de economia sustentável em que a conservação dos recursos naturais é fundamental para a sobrevivência e prosperidade da comunidade.

Dentre as práticas mais corriqueiras nessa localidade, sobressai o cultivo da mandioca com o propósito de produzir farinha. O processo produtivo da mandioca e, conseqüentemente, da farinha, engloba diversas etapas que serão delineadas a seguir. Inicialmente, faz-se mister preparar o solo para o plantio da mandioca.

Os agricultores empregam técnicas tradicionais, tais como a queima de porções de matas para a abertura de roçados, com vistas à higienização e fertilização do terreno. Tal prática, embora ancestral, exige cuidado e atenção para evitar prejuízos ao meio ambiente, como o desmatamento excessivo.

Após a preparação do solo, dá-se início ao plantio das manivas, que são fragmentos do caule da mandioca. Essas manivas são dispostas no solo, respeitando-se o espaçamento adequado para o seu desenvolvimento salutar. Posteriormente, procede-se à cobertura das manivas com terra, protegendo-as e garantindo a germinação.

Durante o crescimento das plantas, é fundamental efetuar práticas de manejo, como a adubação e o controle de pragas e doenças. Os agricultores utilizam técnicas tradicionais e conhecimentos transmitidos de geração em geração para assegurar o crescimento saudável e produtivo das mandiocas.

Após transcorrer um período de aproximadamente um ano desde o início do cultivo, ensejando o amadurecimento das raízes da mandioca, chega o momento oportuno para a colheita. Nesse contexto, os agricultores procedem à retirada das mandiocas do solo, empregando instrumentos apropriados a fim de salvaguardar a integridade das raízes. A mencionada etapa requer zelo e habilidade, haja vista que as mandiocas são de natureza delicada e sujeitas a se fraturarem com facilidade.

Uma vez concluída a colheita, as mandiocas são submetidas a um processo de lavagem, visando à remoção das partículas de solo aderidas às raízes, para, em seguida, serem despojadas de sua casca. As raízes são, então, submetidas à

trituração, mediante o uso de um ralador manual ou máquinas específicas, transformando-as em uma substância fibrosa denominada "massa de mandioca". Essa massa é, então, submetida a um processo de prensagem, visando à extração do líquido contendo o amido da mandioca.

O líquido assim extraído é submetido a um processo de decantação, no qual ocorre a separação das impurezas presentes no amido. Em seguida, o amido é submetido à fase de secagem, mediante a utilização de fornos ou estruturas tradicionais, tais como o tipiti. Durante o procedimento de secagem, verifica-se a transformação do amido em farinha, a qual será utilizada na confecção de uma variedade de pratos e iguarias típicas da região. Por derradeiro, a farinha é acondicionada em recipientes apropriados, resguardando-a da umidade e da ação de insetos, assegurando, desse modo, sua qualidade e longevidade.

Tais são as principais fases que compõem o processo produtivo da mandioca e da farinha. A comunidade de Banguelas, ao preservar tal tradição de geração em geração, evidencia o papel central exercido pela atividade econômica em prol de sua sustentabilidade e da preservação dos recursos naturais. Impõe-se, pois, valorizar e reverenciar tais práticas tradicionais, sempre envidando esforços no sentido de conjugar o desenvolvimento econômico com a preservação ambiental e social.

#### 2.4 Desmatamento

O processo de plantio de mandioca na comunidade de São João não se limita à mera atividade de desmatamento da área, envolvendo, ao contrário, uma série de etapas de planejamento e aplicação de técnicas específicas, que viabilizam uma utilização sustentável do solo e contribuem para a produção de mandiocas de excelência.

Após a realização da roçagem e derrubada da área designada ao plantio, procede-se à miudagem, que consiste na remoção de galhos, folhas e obstáculos de menor proporção, os quais poderiam obstruir o desenvolvimento das mudas. A mencionada contribui na importância no sentido de garantir que as mandiocas disponham de espaço adequado para crescer e absorver os nutrientes do solo.

Em certos casos, se faz imperativo realizar a prática da coivara, que consiste na queima dos resíduos vegetais decorrentes do desmatamento. Tal técnica auxilia na erradicação de pragas e doenças que possam encontrar-se presentes na área, além

de liberar nutrientes no solo mediante o aporte das cinzas. Entretanto, é de rigor enfatizar que a coivara deve ser realizada de forma controlada e consciente, atentando-se aos impactos ambientais e evitando-se a disseminação incontrolada do fogo.

Findadas todas essas fases de preparação da área, procede-se ao plantio propriamente dito. As mudas de mandioca são posicionadas com extremo cuidado no solo, observando-se a distância adequada entre elas, visando a assegurar um crescimento saudável. Cumpre ressaltar a importância de se atentar à profundidade do plantio e ao espaçamento entre as fileiras, de maneira a propiciar o desenvolvimento adequado das raízes e a facilitar as atividades de manejo, tais como a colheita.

Ao longo de todo o processo, a correta medição da área assume caráter fundamental. Os responsáveis pela roçagem utilizam uma vara como instrumento de medida, tomando por base a braça marítima, a qual corresponde a 2,20 metros. Tal medida é empregada para percorrer a área derrubada e calcular com precisão a extensão exata destinada ao plantio. A tarefa, correspondente a uma unidade de medida equivalente a 25 braças marítimas quadradas, é empregada para determinar a quantidade de área necessária para o cultivo.

Dessa maneira, o cálculo preciso das dimensões e a correta medição da área asseguram que haja espaço suficiente para o desenvolvimento saudável das mandiocas, evitando-se o desperdício de recursos e maximizando-se a produtividade. Tais etapas de planejamento e aplicação de técnicas específicas mostram-se essenciais para garantir um plantio adequado e eficiente na comunidade de São João, promovendo a sustentabilidade ambiental e contribuindo para a obtenção de mandiocas de elevada qualidade.

A prática de desbastamento assume importância na preparação do solo destinado ao cultivo de mandioca na comunidade de São João, consistindo na remoção seletiva de vegetação menos densa, tal como pequenas árvores em fase de crescimento, capim e touceiras, que estejam presentes no recinto onde se pretende efetivar a plantação de mandioca. Para tal mister, os residentes da mencionada comunidade empregam uma variedade de instrumentos, tais como foice, roçadeira, terçado e machado, todos munidos de lâminas de ferro que devem ostentar afiação impecável.

Tais instrumentos são eleitos em conformidade com a densidade e o gênero da

vegetação a ser suprimida. A foice é empregada no corte do capim e das touceiras, enquanto a roçadeira se evidencia como eficaz na remoção de vegetação de porte mediano. O terçado e o machado, por sua vez, são empregados para a derrubada de árvores de porte majestoso. Ressalta-se a importância da conservação afiada das lâminas dessas ferramentas, eis que tal condição facilita o corte e confere maior eficiência ao labor.

Após a desbastagem, procede-se à derrubada das árvores de maior envergadura, sendo que, nesse estágio, o recurso à motosserra se afigura como imprescindível. Tal aparelho motorizado viabiliza o corte e a remoção das árvores, ensejando a realização do trabalho de maneira mais célere e eficiente. Contudo, cumpre sublinhar a necessidade de manuseio cuidadoso da motosserra, observando-se todas as medidas de segurança, tais como a utilização de equipamentos de proteção individual e a habilitação adequada para operar a máquina.

Com o desbastamento e a derrubada das árvores consumados, o solo se acha apto a receber o plantio da mandioca. Tais práticas, levadas a cabo pelos moradores da comunidade de São João, evidenciam o conhecimento e a destreza que detêm no manejo do ambiente natural, empregando técnicas e instrumentos apropriados para preparar o terreno de forma eficaz. O cuidado dispensado à manutenção e ao adequado estado de conservação das ferramentas reflete a importância atribuída à preservação e à responsável utilização dos recursos disponíveis.

No decorrer da derrubada das árvores, os moradores da comunidade de São João empregam técnicas que visam a garantir que o trabalho seja realizado de acordo com suas expectativas. Tais técnicas são fundamentais para salvaguardar a segurança dos roceiros e o êxito da derrubada.

Uma das técnicas empregadas consiste na observação da direção do vento. Os roceiros precisam discernir o sentido do vento, de modo a proceder à derrubada das árvores de grande porte em direção contrária, isto é, o corte deve ser efetuado a favor do vento. Tal medida assume relevância a fim de prevenir acidentes e assegurar que as árvores tombem de forma controlada, afastadas dos trabalhadores.

Os lavradores analisam o local onde estão laborando, em busca de identificar a melhor rota de fuga, caso algum contratempo venha a ocorrer. Tal cautela denota a preocupação com a incolumidade pessoal e a necessidade de estar preparado para lidar com eventualidades durante a derrubada das árvores.

Outro aspecto de importância é a orientação para que as árvores sejam



suprimidas de modo a tombarem dentro da área que está sendo trabalhada. Segundo José Augusto Pádua, em *Um Sopro de Destruição*, essa prática tem por escopo otimizar a utilização dos recursos naturais e evitar que as árvores desabem em regiões indesejadas, como áreas preservadas ou destinadas a outras atividades, viabilizando, assim, a posterior manipulação e aproveitamento da madeira de forma sustentável. Pádua destaca que o manejo adequado da supressão de árvores é uma técnica tradicional que visa minimizar impactos ambientais, além de maximizar o uso dos recursos naturais (Pádua, 2002).

Após a derrubada das árvores, os moradores da comunidade empreendem o aproveitamento das árvores de grande envergadura para a extração de madeira. De acordo com John Hemming, a utilização sustentável da madeira pelas comunidades locais, como ocorre na Amazônia e em outras regiões tropicais, é uma prática que remonta a séculos. Essa madeira é destinada à construção de habitações e estruturas similares no interior da própria comunidade, o que, como Hemming afirma, demonstra uma abordagem equilibrada entre a exploração e a conservação dos recursos naturais (Hemming, 2008).

Em sequência, procede-se à fragmentação da área desmatada. Tal ação envolve a divisão dos troncos e galhos em segmentos menores, tornando mais viável a posterior manipulação e o aproveitamento dos resíduos. Segundo Stephen Bunker, a fragmentação controlada da vegetação após o desmatamento é uma técnica que facilita o controle do fogo e a preparação do solo para o plantio, sendo amplamente utilizada em práticas de agricultura itinerante (Bunker, 1985).

Os roceiros, ademais, realizam uma espécie de higienização ao redor da área desmatada, segregando os galhos e as árvores entre a zona desmatada e a área preservada. Essa segregação tem como propósito garantir o controle do fogo, limitando a combustão ao material destinado ao plantio da mandioca, coibindo, assim, a disseminação incontrolada do incêndio. Bunker (1985) ressalta que essa técnica é importante para a prevenção de incêndios descontrolados, garantindo que apenas a área destinada ao cultivo seja afetada pelo fogo, preservando, assim, as áreas vizinhas.

## 2.5 Queimada

A queima controlada é uma prática recorrente empreendida pela comunidade

examinada, visando à preparação do solo para o plantio da mandioca. Segundo Bunker (1985), a queima controlada é uma técnica ancestral utilizada por agricultores em várias regiões tropicais, especialmente na Amazônia, com o objetivo de preparar o solo para o cultivo. Tal técnica envolve a incineração da área que foi previamente desmatada, conferindo-lhe condições propícias ao crescimento das plantas. De modo geral, a queima é realizada no mês de novembro, após um período de aproximadamente 30 dias de espera, permitindo que os detritos vegetais estejam suficientemente secos, como descrito por Bunker em sua análise das práticas agrícolas tradicionais.

Trata-se de uma estratégia que tem sido empregada por séculos pelos agricultores, com o intuito de limpar a vegetação e abrir espaço para a lavoura. Emilio Moran, reforça que a queima controlada, conhecida como agricultura de corte e queima, é uma prática antiga que tem permitido a sobrevivência de comunidades rurais ao longo dos séculos. Moran (1993) destaca que essa técnica facilita o manejo do solo, ajuda no controle de pragas e na renovação dos nutrientes do solo.

No caso específico da mandioca, essa prática é de especial importância, uma vez que a planta requer condições específicas para um desenvolvimento adequado. Segundo Eduardo Viveiros de Castro, a mandioca é um dos cultivos mais importantes nas comunidades amazônicas, e a queima controlada contribui na preparação do solo para o seu plantio. A queima auxilia na eliminação da matéria orgânica acumulada, das ervas daninhas e dos resíduos vegetais, proporcionando um ambiente mais favorável ao crescimento da mandioca. Como observa Viveiros de Castro, essa prática é uma adaptação sustentável às condições naturais da região, promovendo uma agricultura de subsistência (Castro, 2002).

Quando a queima não alcança o resultado esperado e o fogo não consome integralmente os resíduos, os roceiros recorrem à técnica conhecida como coivara. A coivara consiste em uma prática utilizada para lidar com os resquícios de árvores não queimados durante a primeira queima. Esses resíduos são reunidos em diferentes partes do roçado e submetidos a uma nova incineração, visando uma melhor preparação do solo para o plantio da mandioca.

A coivara faz parte do processo de preparação do solo, uma vez que auxilia na eliminação dos resíduos vegetais remanescentes. Ao reunir e submeter novamente a combustão a esses detritos, é possível reduzir a presença de materiais indesejados que poderiam prejudicar o desenvolvimento saudável das mandiocas.

Essa prática também contribui para a limpeza do terreno, removendo possíveis obstáculos para o plantio, tais como galhos, troncos e arbustos. Com a eliminação desses obstáculos, o cultivo da mandioca torna-se mais facilitado, permitindo que as plantas cresçam sem competição por recursos e espaço.

Para os praticantes do manejo do roçado de mandioca, a queima controlada é imprescindível para adequar o solo ao plantio, além de evitar que os tubérculos e as plantas sofram com a sombra excessiva. O excesso de sombreamento dificulta o crescimento saudável das plantas e contribui para a deterioração prematura dos tubérculos, ocasionando prejuízos aos produtores de farinha de mandioca.

O período ideal para a realização da queima controlada compreende os meses de outubro e novembro. Contudo, em situações em que tal prática não pode ser concluída devido a condições climáticas adversas, tais como chuvas intensas ou ventos fortes, a execução da técnica pode ser comprometida. A prática da queima controlada para o plantio da mandioca é uma tradição ancestral. Os roceiros adquiriram, ao longo dos anos, conhecimento empírico acerca dos benefícios dessa técnica para o desenvolvimento saudável das mandiocas e a obtenção de uma colheita mais abundante.

## 2.6 Plantio

O plantio do roçado de mandioca é um processo que envolve múltiplas etapas, desde a preparação dos caules até a colheita. Previamente ao início do plantio, os caules de mandioca são seccionados em pedaços menores, com aproximadamente 20 cm de comprimento cada. Esses fragmentos são cortados de forma transversal, a fim de assegurar o desenvolvimento saudável das mudas.

Posteriormente, utiliza-se a enxada para escavar as covas onde os pedaços de mandioca serão depositados e sepultados horizontalmente. É imperativo não ultrapassar uma profundidade de 20 cm na cova. Tal precaução se faz necessária para viabilizar o crescimento adequado tanto da árvore de mandioca quanto das batatas.

Com o intuito de estabelecer uma distância apropriada entre as covas, os agricultores empregam o cabo da enxada como uma medida aproximada. Geralmente, a distância varia entre 50 cm e 1 m, permitindo um espaçamento adequado para o desenvolvimento das plantas. Enquanto as covas são escavadas, alguns agricultores vão colocando os pedaços de mandioca, ao passo que outros se

incumbem de sepultá-los, garantindo, assim, uma colaboração eficiente.

Há duas formas comuns de plantio do roçado de mandioca: em fileiras ou em padrão de zigue-zague. No plantio em fileiras, as covas são dispostas em uma linha reta. Por sua vez, no plantio em padrão de zigue-zague, as covas são organizadas de forma triangular, gerando um arranjo irregular. Essa alternância na disposição das plantas contribui para otimizar o espaço e facilitar o manejo do roçado.

A escolha do momento adequado para o plantio é importante para o êxito da cultura, tendo em vista que em geral o plantio do roçado de mandioca ocorre entre os meses de dezembro e janeiro, levando em consideração o período das chuvas. Importa evitar o plantio durante períodos chuvosos intensos, pois o excesso de água pode comprometer o desenvolvimento das mudas, culminando na deterioração das raízes.

Após o plantio, faz-se necessário fornecer assistência contínua ao roçado ao longo do ano. Isso abrange a tarefa de eliminar o crescimento de vegetação indesejada entre os plantios de mandioca, bem como monitorar e combater eventuais ataques de insetos e pragas, sendo importante resguardar o roçado contra animais domesticados e selvagens, tendo em vista que, frequentemente, não é cercado.

A assistência ao roçado é prestada até o dia da colheita, mediante a dedicação contínua dos agricultores ao longo do ano, a fim de assegurar o adequado zelo pelo crescimento salutar das plantações. Cumpre salientar que os roçados de mandioca podem apresentar variação de tamanho, oscilando entre 5 e 20 tarefas, consoante a escala produtiva adotada.

Ressalta-se, de modo válido, que o caule destinado ao plantio da mandioca deve ser utilizado em um prazo máximo de 15 dias, desde que mantido em posição vertical no solo. Caso contrário, ao ser acomodado horizontalmente com apoio, o referido caule manifestará a capacidade de brotar e iniciar o processo de crescimento.

Após o procedimento de plantio, o período de desenvolvimento da mandioca requer constante atenção e cuidados. Ao longo do ano, os agricultores prestam assistência ao roçado, dedicando-se a laborar para assegurar o crescimento saudável das plantas e a obtenção de produtividade máxima. Entre as tarefas fundamentais está o controle do indesejado crescimento de plantas invasoras.

À medida que o tempo transcorre, o matagal passa a surgir entre as fileiras de mandioca, competindo pelos nutrientes e recursos essenciais ao cultivo, prejudicando o desenvolvimento das plantações.

## 2.7 Colheita

A colheita das mandiocas no roçado é uma atividade que demanda considerável esforço físico e habilidade por parte dos colhedores. A técnica manual empregada para extrair os pés de mandioca do solo requer vigor e atenção a fim de assegurar que os tubérculos não sofram danos durante a colheita. Os colhedores devem possuir mãos firmes e delicadas ao segurar o caule da mandioca, dado que os tubérculos se assemelham a raízes que sustentam as árvores no solo. Um movimento brusco ou uma pressão excessiva podem resultar na fratura ou no aprisionamento das batatas no subsolo.

Uma vez arrancadas do solo, dá-se início ao procedimento de separação dos tubérculos das plantas. Tal processo pode ser efetuado manualmente, mediante o emprego das mãos dos colhedores, ou com o auxílio de um terçado, implemento semelhante a um facão utilizado para seccionar as batatas das raízes principais.

Em algumas ocasiões, durante a colheita, verifica-se a ruptura de uma mandioca, resultando na permanência de parte dela enterrada no solo. Para solucionar tal questão, os colhedores se utilizam de uma enxada para escavar na área em que o pé de mandioca foi arrancado, a fim de localizar a batata que permaneceu sepultada. Tal prática reveste-se de essencialidade, porquanto, caso a batata não seja encontrada e removida, esta deteriorar-se-á rapidamente e comprometerá o subsequente plantio.

Uma vez colhidas e separadas das plantas, as mandiocas são conduzidas para a casa de forno ou casa de farinha, conforme evidenciado na Figura 6.

**Figura 6:** Transporte tradicional de mandioca em aturás, destacando a prática comunitária e o uso de técnicas locais na Comunidade de Banguelas



Fonte: Acervo do autor (2023).

A Figura 6 apresenta o transporte tradicional de mandioca utilizando aturás, prática amplamente difundida na Comunidade de Banguelas. Essa atividade evidencia o uso de técnicas locais adaptadas às condições socioculturais e ambientais da região, destacando a funcionalidade dos aturás na logística agrícola. A cena também apresenta a dimensão comunitária do trabalho, com a colaboração entre os moradores no manejo e transporte dos produtos.

As mencionadas estruturas são responsáveis pela atividade de processamento da mandioca com vistas à produção de farinha e demais produtos derivados. Os colhedores, por sua vez, se utilizam de aturás ou sacas de sarrapilha para acondicionar as mandiocas durante o transporte. Tais recipientes são transportados nas costas dos próprios proprietários do roçado, em geral membros da família, que enfrentam uma trilha desafiadora aberta em meio à densa vegetação florestal.

O percurso entre o roçado e a casa de forno pode se revelar exaustivo, demandando esforço físico dos transportadores, haja vista que o tempo despendido para percorrer tal distância varia de acordo com a localização de cada roçado, podendo demandar entre 25 minutos e uma hora de caminhada. A topografia



acidentada, a densidade da vegetação e outros obstáculos naturais tornam a travessia entre o roçado e a casa de forno um desafio constante para os agricultores.

Ao chegarem à casa de forno com seus utensílios repletos de mandiocas, os roceiros depositam-nas diretamente no solo para dar início ao processo de beneficiamento. Principalmente, as mandiocas são descascadas e raspadas a fim de se produzir a farinha comum.

Por sua vez, para a fabricação da farinha tucumolhe ou puba (Figura 7), que é confeccionada a partir de mandiocas deterioradas, as mandiocas são conduzidas diretamente às margens do lago, onde permanecem embebidas em água dentro de uma estrutura submersa em um casco. No dia seguinte, tais mandiocas serão descascadas e raspadas.

**Figura 7:** Processo tradicional de mandioca tucumolhe, imersa em água para fermentação, prática comum na Comunidade de Banguelas



Fonte: Acervo do autor (2023).

Conforme a Figura 7, o referido procedimento de descascar e raspar as mandiocas reveste-se de fundamental importância para a remoção da casca e da camada externa da raiz, denominada "fibra". Essa etapa preparatória torna a mandioca apta para a subsequente fase de produção da farinha, na qual a mesma

será triturada, prensada e torrada com vistas à obtenção do produto final. Cabe destacar que a mandioca apodrecida, empregada na fabricação da farinha tucumolhe ou puba, é submetida a um processo de fermentação natural, o qual confere às mencionadas variedades de farinha um sabor característico.

É pertinente observar que o labor dos roceiros não se limita unicamente à colheita e ao transporte das mandiocas, pois faz parte da preparação das raízes antes de sua transformação em farinha. Segundo Gilberto Freyre, em *Casa-Grande & Senzala*, a produção de farinha de mandioca no Brasil envolve uma série de práticas tradicionais que refletem a cultura agrícola das comunidades rurais, onde o conhecimento e as técnicas de cultivo são passados de geração em geração. A habilidade e o conhecimento adquiridos ao longo dos anos permitem que tais indivíduos executem as tarefas com destreza, garantindo, assim, a qualidade do produto final (Freyre, 1993).

Tal trabalho é usualmente realizado de maneira coletiva, com membros da família e da comunidade unindo esforços para cumprir as etapas necessárias no processo de produção da farinha de mandioca. De acordo com Darcy Ribeiro, em *O Povo Brasileiro* (1995), o trabalho agrícola em comunidades tradicionais no Brasil, como o manejo da mandioca, está enraizado em práticas de cooperação e solidariedade entre os membros da comunidade. Ribeiro (1995) destaca que o trabalho coletivo fortalece os laços sociais e contribui para a transmissão de saberes práticos e culturais.

A colheita da mandioca demanda um planejamento em relação ao seu período de cultivo. Após o plantio das mudas de mandioca no roçado, é imprescindível aguardar um lapso temporal aproximado de um ano até que as raízes estejam aptas a serem colhidas. Isso implica que o processo de colheita somente poderá ser iniciado após a conclusão integral de um ciclo de crescimento.

O instante no qual o roçado é implantado repercute diretamente no período em que a colheita se efetuará. Por exemplo, se o plantio for executado em dezembro, a colheita terá início em dezembro do ano subsequente. Similarmente, caso o plantio seja empreendido em janeiro, a colheita ocorrerá em janeiro do ano consecutivo. Tal intervalo temporal é necessário para que as plantas se desenvolvam e acumulem a quantidade desejada de amido em suas raízes.

O processo de maturação da mandioca é gradativo, e ao longo desse período, as raízes crescem e se fortificam no solo. As condições climáticas, o manejo adequado



do roçado, a qualidade do solo e o controle de pragas e doenças também colaboram no cultivo sadio da cultura. É imperativo que os agricultores estejam vigilantes a tais aspectos e adotem medidas apropriadas para assegurar o crescimento adequado das mandiocas durante todo o ciclo de cultivo.

A espera de um ano para efetuar a colheita da mandioca também está relacionada à qualidade das raízes. Nesse período, as raízes acumulam amido, que é um componente para a produção de farinha e outros derivados da mandioca, sendo responsável por conferir à farinha sua textura e características desejadas, influenciando igualmente em seu sabor e qualidade.

Nesta seara, a compreensão desse ciclo de crescimento e a sincronização apropriada entre o plantio e a colheita são de importância para o sucesso da produção de mandioca, haja vista que os agricultores experientes levam em consideração fatores como o clima, a demanda do mercado e a disponibilidade de mão de obra ao planejarem o cultivo. Dessa maneira, são capazes de otimizar a produção, garantindo um fornecimento de mandioca ao longo do ano e maximizando os benefícios econômicos e alimentares provenientes dessa relevante cultura.

## 2.8 A fabricação da farinha

Após a integral descarga de todas as mandiocas no solo da casa de forno, os roceiros iniciam o procedimento de desvestimento e escoriação da mandioca mediante o uso de facões e raspadeiras (Figura 8). Essa incumbência é executada de forma conjunta, englobando todos os integrantes da família, sem distinção de gênero ou idade, pois todos contribuem de forma ativa. Acomodados no chão ou sobre pequenas tábuas, cada um desempenha suas habilidades com destreza.

**Figura 8:** Processo comunitário de raspagem da mandioca na Comunidade de Banguelas, envolvendo moradores de diferentes faixas etárias em uma atividade tradicional



Fonte: Acervo do autor (2023).

A Figura acima retrata o processo comunitário de raspagem da mandioca na Comunidade de Banguelas, evidenciando a participação ativa de moradores de diferentes faixas etárias em uma atividade tradicional para a subsistência local. Essa prática coletiva conjectura a organização social da comunidade, onde o trabalho em grupo otimiza a produção, fortalece os laços comunitários e a transmissão de saberes culturais entre gerações. Da mesma maneira, a imagem destaca o uso de técnicas manuais e ferramentas simples, ilustrando a manutenção de métodos tradicionais de manejo da mandioca, que possuem importância econômica e cultural na vida dos moradores.

Ao longo dessa atividade, um ambiente de comunhão se instaura, propiciando momentos de conversação e interação entre os laboriosos. Apesar do diálogo fluir de modo livre, não há perda de concentração ou seriedade no labor executado por cada indivíduo. Tais diálogos convertem-se em um complemento à atmosfera colaborativa, reforçando os laços familiares enquanto se empreende a tarefa conjunta.

Os temas abordados nas conversas variam, desde narrativas do campo e experiências vivenciadas até discussões acerca da colheita e dos desafios

enfrentados. Enquanto os roceiros desvestem e escoriam a mandioca com habilidade e concentração, compartilham saberes e aprendizados, transmitindo conhecimentos e tradições de geração em geração.

Esse ambiente laboral colaborativo também propicia que os mais jovens aprendam com os mais experientes, absorvendo as técnicas específicas da atividade e os valores culturais e familiares que permeiam o processo. Dessa forma, a tradição da mandiocultura mantém-se viva, preservando os costumes e a identidade dessa comunidade.

À medida que as mandiocas vão sendo desvestidas e escoriadas, a pilha de tubérculos transforma-se em montes de mandioca pronta para a próxima etapa de preparação, assim, consolidando os vínculos entre os membros da família, inculcando um senso de pertencimento e orgulho pela tradição agrícola que sustenta suas existências.

Ao término da atividade, quando todas as mandiocas foram devidamente processadas, instaura-se um sentimento de conquista coletiva. A família contempla o fruto de seu labor conjunto, conscientes de que cada indivíduo colaborou na transformação da matéria-prima em alimento, desse modo, reforçando os laços familiares e enaltecendo a importância do trabalho em equipe e da preservação das tradições, enriquecendo a identidade cultural dessa comunidade rural.

Após serem exoneradas de suas cascas e submetidas ao ato de raspagem, as mandiocas são diligentemente dispostas nos aturás, recipientes especificamente concebidos para seu transporte até as margens do lago. Ao alcançar seu destino, as mandiocas são imersas em água e aí permanecem submersas até o dia subsequente. Para esse desiderato, utiliza-se uma carapaça perfurada, imersa nas águas, onde as mandiocas são alojadas. Essa técnica tradicional viabiliza a absorção de água pelas raízes, além de propiciar uma etapa de fermentação natural, concorrendo para a transformação da mandioca em massa.

Na alvorada seguinte, as mandiocas são cautelosamente retiradas da água e higienizadas. Em seguida, são novamente inseridas nos aturás e transportadas à casa de forno. Nesse local, uma a uma, as mandiocas são inseridas e submetidas ao crivo da tarisca, uma lâmina constituída de aço e madeira empregada para converter as raízes em massa. Nesse ínterim, a mandioca é maturada, triturada e fragmentada, ou seja, é convertida a uma consistência assemelhada a massa.

Enquanto a mandioca é submetida ao processo de maturação (Figura 9), um

recipiente estrategicamente posicionado abaixo da tarisca acolhe a massa resultante, onde a massa coletada encontrará ulterior aplicação. A massa é então conduzida à masseira, onde, com o auxílio das mãos, é procedida à sua mistura, amassando e incorporando todos os ingredientes.

**Figura 9:** Mandioca sevada, obtida através de um processo mecanizado tradicional, utilizando equipamentos simples e rústicos na Comunidade de Banguelas



Fonte: Acervo do autor (2023).

O tipiti é uma prensa artesanal utilizada para extrair o excesso de líquido da massa de mandioca, obtendo-se, assim, uma consistência mais rígida e apropriada ao preparo de diversos pratos típicos. A massa é depositada no interior do tipiti, que é comprimido manualmente, viabilizando a exsudação do líquido e resultando em uma massa mais compacta e moldável.

A partir desse momento, a massa de mandioca se encontra pronta para ser empregada nas mais distintas confecções culinárias. Seja com o fito de se elaborar farinha, beijus, bolos ou quaisquer outros alimentos tradicionais, a massa de mandioca obtida por intermédio desse processo artesanal porta consigo o labor árduo e a percepção transmitida de geração em geração. Cada etapa do processo, desde a desvestida até a manipulação final da massa, implica um conhecimento ancestral,



uma ligação com a terra e uma valorização das tradições e da cultura local.

Assim sendo, a transformação das mandiocas em massa representa um ciclo de trabalho coletivo e diligente, que extrapola a mera preparação de alimentos. Segundo Luís da Câmara Cascudo, em *História da Alimentação no Brasil*, o processo de transformação da mandioca vai além do aspecto culinário, pois está ligado à formação cultural e histórica das comunidades rurais. O autor ressalta que a produção de farinha de mandioca, além de ser uma atividade econômica, é um elemento central na construção da identidade comunitária e familiar (Cascudo, 2017).

Estabelece-se em um processo que carrega consigo a história, a identidade e a união familiar, preservando uma tradição milenar que nutre o corpo e o espírito da comunidade. De acordo com Câmara Cascudo (2017), a produção de mandioca e seus derivados, como a farinha, é uma prática que remonta a tempos pré-coloniais, sendo transmitida ao longo das gerações como uma herança cultural inestimável. Cascudo destaca que a mandioca, além de seu valor nutricional, tem um papel simbólico nas festividades e na vida cotidiana das comunidades, sendo um elo que mantém vivas as tradições familiares e comunitárias.

No decorrer do processo de emprego do tipiti, a massa de mandioca é escrupulosamente acomodada para ser submetida a apertões e espremimentos, com o escopo de extrair o líquido que a compõe, denominado soro. Nessa fase, o desiderato é conferir à massa o máximo de enxugamento e secura viáveis, antes de prosseguir para o estágio subsequente: a peneiração.

Após ser submetida ao tipiti, a massa de mandioca é transferida para a masseira, onde sofrerá o ato de ser coada por meio de peneira. Tal etapa assume caráter relevante para reter eventual presença de diminutos fragmentos de mandioca que não foram integralmente desvitalizados durante o processo na tarisca. Após ser peneirada, a massa é novamente alojada na masseira, pronta para ser conduzida ao forno, onde será submetida ao escaldamento, em conformidade com o ilustrado na Figura 10.

**Figura 10:** Processo de torrefação da farinha na Comunidade de Banguelas, realizado em um forno artesanal



Fonte: Acervo do autor (2023).

Corroborando com a imagem da Figura 10, ressalta-se que o escaldamento é uma técnica que implica na exposição da massa de mandioca a um calor intenso proveniente do forno, com o intuito de coagular suas proteínas e reduzir sua umidade. Essa etapa contribui para a obtenção de uma textura mais firme e estável, além de auxiliar na preservação e longevidade da massa ao longo do tempo.

Após o escaldamento, a massa de mandioca adquire uma consistência apropriada para o armazenamento e uso subsequente. Esse processo, que abarca desde a remoção do líquido no tipiti até o escaldamento no forno, é de importância para assegurar a qualidade e durabilidade da massa de mandioca, destinada a diversas preparações culinárias.

Cumprе ressaltar que todo o processo descrito é realizado com diligência e perícia, transmitidos de geração em geração, dessa forma, enaltecendo a preparação dos alimentos e a conexão com a terra, a valorização dos recursos naturais e a salvaguarda da cultura local.

A massa de mandioca resultante desse procedimento representa uma base

importante para a culinária tradicional, sendo empregada em receitas típicas como beijus, bolos, sequilhos e outros pratos diversos, assim, incorporando o sabor e a versatilidade da mandioca e o esforço coletivo, o conhecimento transmitido oralmente e a valorização de uma tradição que perdura ao longo das gerações.

## 2.9 A comercialização da farinha

Para que a totalidade da produção de farinha seja conduzida à sede do município de Prainha e possa ser comercializada, um processo logístico é estabelecido. Inicialmente, as sacas de farinha são transportadas nas costas dos residentes até as margens do lago. O percurso pode variar de 20 a 60 metros até o local onde está ancorado o motor rabeta, que será utilizado para o transporte.

A partir das margens do lago, tem início uma jornada pelo rio Caminaú. Os residentes utilizam o motor rabeta para descer o rio até o Cafezal do Otaviano ou o Porto do Cunha, que atuam como pontos de embarque e desembarque da região. A duração da viagem varia de aproximadamente 2 horas e 30 minutos a 3 horas e 30 minutos, dependendo das condições do rio e da velocidade do motor rabeta.

Ao chegar no Cafezal do Otaviano ou no Porto do Cunha, toda a produção de farinha é transferida para um veículo de transporte, que pode ser uma caminhonete ou um caminhão de três quartos. Esse veículo é responsável por transportar a carga até as residências dos parentes dos moradores na sede do município de Prainha. A partir dessas residências, a farinha é então levada diretamente aos comerciantes locais para ser comercializada.

O valor do frete varia de acordo com o tipo de veículo contratado. Para caminhonete, o frete é de R\$ 25,00, enquanto para caminhão de três quartos, o valor é de R\$ 40,00. Esses custos são considerados no processo de precificação final da farinha.

No comércio local, a saca de farinha, contendo 50 kg, é comercializada por R\$ 50,00, equivalente a um preço de R\$ 1,00 por quilograma. É importante ressaltar que essa é a precificação vigente durante o verão, quando a produção é mais intensa. Já durante o inverno, o preço por quilograma aumenta para R\$ 1,50, resultando em um preço de R\$ 75,00 por saca de 50 kg. Isso representa um incremento de 50% em relação ao valor praticado no verão.

Para ilustrar o impacto dessas variações de preço, consideremos o exemplo de

um produtor que vende 10 sacas de farinha, cada uma com 50 kg, durante o mês de agosto, no verão. Nesse caso, são comercializados 500 kg de farinha, resultando em um faturamento de R\$ 500,00, considerando o preço de R\$ 1,00 por quilograma. Já no inverno, em março, o mesmo produtor vende as mesmas 10 sacas, totalizando 500 kg de farinha, porém com um preço de R\$ 1,50 por quilograma. Isso resulta em um faturamento de R\$ 750,00, devido ao aumento de 50% no valor.

Essa oscilação no valor entre as estações do ano ocorre em virtude do aumento da produção durante o período de verão, resultando em uma maior disponibilidade de farinha no mercado local. Por sua vez, no inverno, a produção é reduzida devido às intensas precipitações pluviométricas, o que dificulta o processo de fabricação da farinha, embora não afete o cultivo da mandioca.

Os recursos financeiros provenientes da comercialização da farinha são destinados pelos produtores à aquisição de diversos produtos essenciais ao longo do mês. Isso engloba o combustível para os motores e as lamparinas, os materiais de estiva em geral, além do pagamento do frete do veículo que os transportará de volta à comunidade, quando regressarem das margens do rio Jaurí.

## 2.10 Produtos alimentícios derivados da mandioca

Para que a subsistência dos agricultores não se restrinja unicamente às atividades de produção e comercialização de farinha de mandioca, eles prezam e seguem os ensinamentos legados por seus antepassados. Segundo Luís da Câmara Cascudo, o conhecimento tradicional transmitido entre gerações contribui na vida das comunidades rurais, onde os saberes sobre o cultivo e a transformação da mandioca são preservados como patrimônio cultural (Cascudo, 1967).

Além do conhecimento transmitido de forma sucessiva sobre o cultivo da mandioca e a confecção da farinha, os habitantes dessa comunidade também preservam tradições culinárias que têm sido mantidas há mais de oito décadas. De acordo com Sérgio Buarque de Holanda, as tradições culinárias em comunidades rurais brasileiras refletem uma continuidade histórica que está diretamente relacionada ao modo de vida agrícola. Ele argumenta que esses costumes gastronômicos fortalecem os laços familiares e conectam os moradores às suas raízes culturais (Holanda, 1936).

Neste caso, o processo de obtenção do tucupi tem início durante a produção



da farinha de mandioca, quando a massa de mandioca espremida no tipiti resulta no derramamento de um líquido conhecido como soro ou tucupi. Esse líquido, coletado em um recipiente, não está pronto para o consumo direto, porém será utilizado no processo de preparo do tucupi.

A fim de transformar o soro em tucupi pronto para consumo, o líquido é introduzido em uma panela juntamente com alhos, folhas de chicória, sal e, caso desejado, uma pequena quantidade de açúcar. Após o processo de fervura, o tucupi adquire sua consistência e sabor peculiares, estando pronto para ser apreciado em diversas elaborações culinárias.

Uma das receitas mais renomadas que faz uso do tucupi é o "Peixe no Tucupi", um prato icônico da região. Nessa preparação, o peixe é frito juntamente com ingredientes como cheiro-verde, cebola, alho, tomate, pimenta-de-cheiro, óleo de soja e sal. Em seguida, o peixe é adicionado ao tucupi já fervido, e uma pequena quantidade de água é acrescida para que a mistura possa ferver até que o peixe esteja cozido e pronto para ser degustado. A combinação do sabor marcante do tucupi com os ingredientes do peixe resulta em uma explosão de sabores que encanta os paladares mais exigentes.

Além do famoso "Peixe no Tucupi", o tucupi também é utilizado como um complemento em outras preparações culinárias, sobretudo em pratos que envolvem carne ou peixe. O tucupi com pimenta, conhecido por sua picância e sabor marcante, é bastante apreciado e possui a função adicional de prolongar a conservação do tucupi, proporcionando uma experiência gastronômica singular.

A produção da farinha fina de tapioca é um procedimento que requer dedicação e paciência ao longo de um período de tempo prolongado. Observa-se, com interesse, a distinção desse produto alimentar na região, uma vez que se encontra disponível tanto na forma de farinha fina, como em pó ou em grãos, apresentando-se na forma de grumos.

Com o intuito de produzir a farinha fina, é imprescindível seguir uma série de passos. Inicialmente, a massa de tapioca, após ter sido submetida à seivação, é misturada com água potável em um recipiente. Subseqüentemente, essa massa é colocada em uma bolsa de algodão, na qual duas pessoas realizam um movimento de vai e vem amassando-a com as mãos. Tal processo almeja extrair integralmente todo o líquido contido na massa, promovendo, assim, a separação dos resíduos provenientes da mandioca.

Todo o líquido extraído é coletado em um recipiente e deve permanecer nesse estado até o dia seguinte. No dia seguinte, água é adicionada à massa que se encontra no fundo do recipiente. Essa massa, já transformada em tapioca, resulta do líquido extraído da massa de mandioca, através do qual a pasta de tapioca é formada. Em seguida, a pasta é novamente amassada com as mãos, até que um novo líquido seja formado, devendo este repousar até o dia subsequente. Tal processo é repetido por mais duas vezes, ao longo de mais dois dias.

Após todo esse período de preparação, a farinha fina de tapioca está apta para ser utilizada na elaboração de seus subprodutos. Para obter a farinha fina desejada, é necessário um mínimo de quatro dias de trabalho, evidenciando o zelo e a dedicação envolvidos na produção desse alimento típico da região.

A tapioca, seja na forma de farinha fina, em pó ou em grãos encaroçados, desfruta de um lugar especial na culinária local, sendo apreciada em variadas preparações culinárias e valorizada por suas características singulares. Seu sabor e textura são apreciados por inúmeras pessoas, o que a torna uma iguaria versátil e popular na região.

A fabricação da farinha de tapioca, tanto na forma de grãos encaroçados quanto granulada, configura-se como um processo que demanda cautela e atenção em cada fase. A tapioca, um produto alimentício amplamente apreciado, tem seu processo de produção iniciado a partir da massa de mandioca submetida à sevação.

Com o intuito de fabricar a farinha de tapioca, a massa é misturada com água potável em um recipiente. Em seguida, é colocada em uma bolsa de algodão, onde duas pessoas executam movimentos de vai e vem, amassando a massa manualmente. Essa ação visa extrair completamente todo o líquido contido na massa, resultando na separação dos resíduos provenientes da mandioca.

Após a extração do líquido, a remanescente massa contida na bolsa de algodão é transferida para outro recipiente. É nesse momento que se procede à junção com o líquido anteriormente coletado. Tal processo pode ser repetido por até duas vezes, a fim de assegurar a completa remoção dos resíduos provenientes da massa de mandioca.

É necessário afirmar que todo o líquido que tenha passado pela bolsa de algodão deve permanecer no recipiente, sendo deixado em repouso até o dia subsequente. No dia seguinte, acrescenta-se água à massa que se encontra no fundo do recipiente. Essa massa já é considerada tapioca, visto que é a partir do líquido

extraído da massa de mandioca que a pasta de tapioca se forma.

A pasta de tapioca, então, é transferida para uma masseira ou bacia, onde é laboriosamente trabalhada manualmente, a fim de moldar os grumos. Esses grumos são retirados e depositados em outro recipiente. O processo de formação dos grumos é repetido até que toda a massa seja moldada nesse formato. Em seguida, os grumos são submetidos a um forno pré-aquecido para serem submetidos ao escaldamento.

Após retirados do forno, são submetidos a mais um processo de peneiramento e retornam ao forno para serem torrados. A etapa de torrefação da farinha de tapioca, seja ela encaroçada ou granulada, consiste em movimentar os grumos de um lado para outro utilizando um utensílio de cipó, como uma vassoura de cipó, um cacho seco de açaí ou bonecas, como são denominados. Essa movimentação é realizada no interior do forno, de maneira gradual, a fim de garantir um processo de torrefação uniforme.

O cuidado e a atenção em cada etapa da fabricação da farinha de tapioca revestem-se de fundamental importância para garantir um produto final de elevada qualidade. A utilização de técnicas tradicionais, tais como o emprego da bolsa de algodão e a manipulação dos grumos no forno, contribuem para preservar a genuinidade desse alimento tão apreciado em nossa localidade.

O mingau de tapioca configura-se como um delicioso alimento derivado da farinha de tapioca, quer esta se apresente na forma granulada, quer na forma encaroçada. Com o intuito de preparar referido mingau, torna-se necessário depositar uma quantidade adequada de grãos de tapioca em um recipiente que esteja exposto à ação do calor, contendo água em estado de fervura.

A seguir, adiciona-se uma porção de leite, arroz, açúcar e sal a gosto. Essa mistura deve ser submetida à fervura por um período aproximado de 50 minutos, propiciando a completa fusão dos ingredientes e a obtenção de uma consistência cremosa para o mingau. Ao término do tempo de cocção, ele estará pronto para ser degustado.

Ainda mais, a farinha de tapioca granulada desfruta de ampla utilização no preparo do vinho de açaí. Tal combinação resulta em uma bebida saborosa e refrescante, amplamente apreciada em diversas regiões. A textura e o sabor característicos da farinha de tapioca granulada harmonizam-se perfeitamente com o marcante sabor do vinho de açaí, propiciando uma combinação singular.

Outro alimento derivado da tapioca é o beiju de tapioca, um alimento elaborado

a partir da tapioca em sua forma de farinha fina. Com o intuito de preparar o beiju de tapioca, a tapioca é submetida a um crivo com pequenos orifícios ou é afinada, para, em seguida, ser trabalhada manualmente. Tal etapa visa a incorporar à tapioca uma porção de sal a gosto e coco ralado, conferindo ao beiju um sabor especial.

A massa preparada é, então, colocada em uma frigideira ou em outra panela previamente aquecida, com o intuito de evitar a aderência e o enegrecimento da tapioca. Após um período aproximado de três minutos, procede-se à dobra da massa de um lado para o outro, aguardando-se alguns minutos adicionais para que a massa se funda de forma integral na frigideira. Posteriormente, é removida e é possível aplicar manteiga, intensificando ainda mais seu sabor.

Convém ressaltar, outrossim, que a farinha fina de tapioca é amplamente empregada na fritura de peixes. Ao ser adicionada ao recipiente no qual a fritura é levada a cabo, a aludida farinha impede a aderência do peixe, simplificando o processo de preparação e garantindo uma fritura mais eficaz.

Tanto o mingau de tapioca, o beiju de tapioca quanto o uso da farinha fina de tapioca em outras receitas evidenciam a versatilidade e o valor culinário do referido ingrediente tradicional. A tapioca e suas diversas modalidades de preparo encontram-se presentes na culinária local, conquistando paladares e enriquecendo o panorama alimentar de nossa região.

O beiju sica representa um alimento tradicional derivado da massa de mandioca sevada, a qual é submetida a um processo cuidadoso e específico a fim de atingir sua forma final. Após o processo de seva, a mandioca é depositada em um recipiente e, então, é acrescentada água para viabilizar o preparo da massa.

Em seguida, a massa é drenada mediante a utilização de um tipiti, um instrumento constituído de fibras vegetais. Tal procedimento visa a remover o excesso de líquido presente na massa, conferindo-lhe um estado adequado para a próxima etapa. Após a drenagem, a massa é submetida a uma peneira, com o intuito de assegurar a consistência e a textura desejadas.

Posteriormente a essa primeira etapa de filtragem, a massa é reintroduzida na masseira, onde são fragmentados pequenos pedaços. Essa técnica é repetida por mais duas vezes, a fim de garantir que a massa atinja a textura e a uniformidade pretendidas. Logo após, a massa é levada ao forno para ser escaldada, contribuindo, assim, para a conclusão de seu preparo.

Após o escaldamento, a massa é novamente inserida na masseira e passada

pela peneira, o que assegura a qualidade definitiva do beiju. É nesse momento que o beiju é moldado manualmente, adotando a forma de círculos com diâmetro aproximado de 10 a 15 cm. Os beijus são achatados e virados em ambos os lados, com o propósito de garantir uma torra uniforme e evitar queimaduras indesejáveis.

A fim de manter a firmeza e preservar o sabor e a textura do beiju sica, este é armazenado em latas dotadas de tampas. Esse tipo de armazenamento adequado previne a perda de qualidade do alimento, mantendo-o fresco e crocante por um período mais prolongado.

O beiju sica, com sua forma circular, textura singular e sabor característico, é um alimento que representa a riqueza gastronômica da mandioca e suas diversas preparações. Ao conservar técnicas tradicionais e utilizar ingredientes de excelência, o beiju sica transforma-se em uma iguaria regional apreciada, proporcionando uma experiência culinária singular e satisfatória.

Na região em questão, destaca-se a ampla utilização do beiju pé-de-moleque como alimento, o qual é um delicioso produto derivado da massa de mandioca sevada. Tal massa é submetida a um processo a fim de alcançar sua forma e sabor característicos. Após o processo de seva e a preparação da mencionada massa, procede-se à sua inserção na masseira, onde é devidamente trabalhada e recebe os cuidados necessários.

Inicialmente, a massa é submetida à drenagem por meio do uso do tucupi, que consiste em uma espécie de peneira confeccionada com fibras vegetais. Esse procedimento possibilita a remoção do excesso de líquido presente na massa, assegurando que esta adquira a consistência adequada para a etapa subsequente. Em seguida, a massa é novamente passada por uma peneira, garantindo sua textura final.

Após a peneiração, a massa é devolvida à masseira, onde pequenos fragmentos são quebrados, repetindo-se essa técnica por mais duas vezes. Tal processo visa obter uma massa uniforme e conferir a textura desejada ao beiju pé-de-moleque. Posteriormente, a massa é conduzida ao forno para ser submetida ao escaldamento, etapa que culmina em seu completo preparo.

Após o escaldamento, a massa é novamente reintroduzida na masseira e submetida à peneiração, garantindo a qualidade definitiva do beiju. Nessa fase, o beiju é moldado manualmente e são adicionados coco ralado, sal e açúcar a gosto. Tais ingredientes conferem um sabor especial ao beiju pé-de-moleque, complementando

sua textura e proporcionando uma experiência gastronômica singular.

Visando preservar e resguardar o beiju pé-de-moleque, este é envolto por folhas de sororoca, que o envolvem integralmente. Tais folhas auxiliam na manutenção da umidade e do sabor do alimento, além de acrescentarem um toque de aroma característico. O beiju pé-de-moleque possui formato circular, com aproximadamente 20 cm de diâmetro, e é achatado antes de ser conduzido ao forno para assar.

Destaca-se crueira, um ingrediente versátil derivado da mandioca, amplamente utilizado na culinária para a criação de pratos deliciosos e nutritivos. Obtida a partir da mandioca descascada ou ralada, a crueira passa por um cuidadoso processo antes de estar pronto para o consumo.

Após o descascamento ou a raspagem da mandioca, esta é direcionada à maseira, onde é submetida à drenagem no tipiti. Trata-se de um equipamento tradicional, geralmente confeccionado com palha trançada, que permite a separação do líquido da mandioca dos resíduos sólidos. Em seguida, a massa é passada por uma peneira, garantindo a remoção dos pequenos fragmentos que não foram completamente separados durante o processo anterior.

Os resíduos sólidos que são retidos no utensílio de filtragem são depositados em recipientes apropriados e transportados para um local determinado no pátio da residência, onde são expostos à ação solar por alguns dias. Tal procedimento de dessecação apresenta-se como etapa fundamental para salvaguardar a estabilidade e a longevidade da crueira, viabilizando, assim, seu armazenamento e posterior consumo.

Uma vez que a crueira se encontra devidamente seca, está pronta para ser utilizada em distintas preparações culinárias. Uma das modalidades mais comuns para usufruir de seu aproveitamento consiste na sua incorporação em mingaus. Para tanto, basta adicionar a crueira em um recipiente de cocção com água e submeter à fonte de calor. Ademais, é possível acrescentar leite, sal e açúcar a gosto, permitindo que ferva por aproximadamente 30 minutos. Como resultado, obtém-se um mingau de consistência cremosa e saboroso, ideal para ser degustado em qualquer período do dia.

Outra opção culinária que faz uso da crueira é a confecção de bolos. Para essa finalidade, a crueira é colocada em uma vasilha, onde são adicionados ovos, sal, açúcar e leite a gosto. A mistura é habilmente transformada em uma massa pastosa e

homogênea, podendo ser moldada manualmente em pequenas porções. Esses pedaços são então fritos em um recipiente com óleo aquecido, resultando em um bolo de crueira dourado e crocante. Esse saboroso quitute é frequentemente acompanhado por uma xícara de café, constituindo uma combinação perfeita para um lanche ou café da tarde.

Cabe ressaltar, ainda, que a crueira configura-se como um ingrediente versátil derivado da mandioca, amplamente empregado na culinária com o intuito de conceber pratos deliciosos e nutritivos. Obtida a partir da mandioca previamente descascada ou raspada, a crueira é submetida a um processo cauteloso antes de se tornar apta para o consumo.

Após a etapa de descascamento ou raspagem da mandioca, esta é encaminhada à masseira, onde é inserida no tipiti para drenagem. Trata-se de um utensílio tradicional, usualmente confeccionado com palha entrelaçada, possibilitando a separação do líquido da mandioca dos resíduos sólidos. Posteriormente, a massa é submetida a uma nova filtragem por meio de uma peneira, com a finalidade de assegurar a remoção dos fragmentos menores que não foram completamente segregados no procedimento anterior.

Os resíduos sólidos que ficam retidos na peneira são depositados em recipientes apropriados e conduzidos a uma área designada no pátio da habitação, onde são expostos ao calor solar por determinados dias, assim, atuando na garantia da estabilidade e durabilidade da crueira, possibilitando seu armazenamento e consumo posterior.

Uma vez que a crueira se encontra devidamente seca, está pronta para ser utilizada em distintas preparações culinárias. Uma das modalidades mais comuns para usufruir de seu aproveitamento consiste na sua incorporação em mingaus. Para tanto, basta adicionar a crueira em um recipiente de cocção com água e levar ao fogo. É possível acrescentar leite, sal e açúcar a gosto, deixando ferver por aproximadamente 30 minutos. Como resultado, obtém-se um mingau de consistência cremosa e saboroso, perfeito para ser degustado em qualquer período do dia.

Outra opção culinária que faz uso da crueira é a confecção de bolos. Para prepará-los, a crueira é disposta em uma vasilha, onde são adicionados ovos, sal, açúcar e leite a gosto. A mistura é cuidadosamente transformada em uma massa pastosa e consistente, que pode ser moldada manualmente em pequenos bolinhos. Esses bolinhos são então fritos em uma panela com óleo quente, resultando em um

bolo de crueira dourado e crocante. Esse delicioso quitute é frequentemente acompanhado de uma xícara de café, tornando-se uma combinação perfeita para um lanche ou café da tarde.

## 2.11 O extrativismo

Dentro da comunidade, constata-se uma abundância de fontes de riquezas naturais, e os residentes dedicam-se à atividade de extração de produtos com fins de utilização local. Nesse contexto, destaca-se a prática do extrativismo vegetal, que consiste na coleta de recursos vegetais desprovida de objetivos comerciais. Tal modalidade de extração se destaca pela obtenção de madeira e frutos.

A extração de madeira é empregada na construção de habitações e estruturas similares. A madeira é aproveitada na confecção de cascos, remos, masseiras e outros utensílios úteis. Grande parte do suprimento madeireiro provém de árvores abatidas durante o processo de preparação para o plantio da mandioca, quando ocorre a supressão das árvores e o beneficiamento da madeira antes da incineração da área.

Cabe ressaltar que é rara a derrubada de árvores no interior da mata com vistas à extração e ao beneficiamento da madeira. Algumas árvores também são destinadas à produção de lenha, seja para a utilização em fogões a lenha, seja para a torra da farinha. Há casos em que construções são erigidas sem que a madeira seja beneficiada mediante o emprego de motosserra.

Antecedendo a aparição do motosserra, os moradores se valiam de uma serra peculiar, conhecida como serrotão, cujo comprimento alcançava cerca de três metros e apresentava duas alças de madeira em suas extremidades. Essa serra era manipulada simultaneamente por duas pessoas.

Após o abate das árvores, procedia-se ao corte destas em toras, visando facilitar seu transporte até o local onde seriam carregadas e inseridas em armações de madeira em forma de vigas, as quais possuíam altura mínima de dois metros. Nessas estruturas, realizava-se o beneficiamento da madeira a fim de obter peças utilizadas na construção de residências, cascos de embarcações e outras edificações. Por meio da prática coletiva, chegava-se a obter até sete dúzias de tábuas de quatorze palmos diariamente.

Dessa forma, a comunidade subsiste mediante uma exploração responsável



dos recursos naturais disponíveis em seu território. A extração de madeira e outros produtos vegetais ocorre de maneira consciente, tendo-se em consideração a preservação do meio ambiente e a utilização dos recursos de modo sustentável.

No tocante à extração de frutos na comunidade, destaca-se sua função como complemento alimentar dos moradores, contribuindo para o sustento das famílias e reduzindo os gastos com alimentos, bem como proporciona uma alimentação apreciada por todos. Dentre os frutos extraídos, merecem destaque o açaí, a bacaba, o café, o coco, o cupuaçu, a goiaba, o limão, a manga e outros.

O açaí e a bacaba são utilizados para a produção de vinho, sendo apreciados quando consumidos em conjunto com peixes e carnes (salmourados), ou mesmo apenas com farinha e açúcar. O café é consumido acompanhado de beijus ou após as refeições. O coco, por sua vez, é um ingrediente versátil que pode ser empregado tanto na preparação de alimentos quanto no consumo de sua água refrescante.

O cupuaçu é utilizado na produção de vinho e de doces, constituindo um relevante recurso de ordem alimentar. A goiaba, por sua vez, pode ser consumida in natura, prescindindo-se de qualquer processo de industrialização, ou então submetida à transformação em doce. O limão é utilizado na preparação de sucos, atuando também como remédio e como agente de higienização para carnes provenientes da caça e da pesca. Quanto à manga, esta pode ser consumida tanto de forma isolada quanto acompanhada pela adição de farinha.

Paralelamente à extração de recursos vegetais, a comunidade em questão igualmente se dedica à prática do extrativismo animal, o qual se realiza desprovido de propósitos comerciais. Dentre os produtos de origem animal obtidos por meio dessa atividade, destacam-se a carne proveniente da caça, os peixes, os ovos, a carne de aves (sejam elas domesticadas ou não), o mel de abelha e a carne suína. Existem subprodutos derivados desses animais que são empregados para outros fins, tais como a banha de porco, o mel de abelha, o fel da paca, o saburá ou cera do mel, e demais.

A Figura 11 apresenta uma das principais atividades de extrativismo na região, que é a pesca.

**Figura 11:** Pescador da Comunidade de Banguelas exibindo o peixe capturado, ao lado de uma canoa tradicional



Fonte: Acervo do autor (2023).

A Figura 11 apresenta um pescador da Comunidade de Banguelas exibindo o peixe capturado, ao lado de uma canoa tradicional. A imagem espelha a relevância da pesca artesanal como uma atividade de subsistência e econômica para a comunidade, destacando a integração dos moradores com o ambiente fluvial. Outrossim, a captura de um peixe de grande porte reforça a importância dos recursos naturais disponíveis nos rios para a manutenção da segurança alimentar e do modo de vida ribeirinho.

Ressalta-se que quando um pirarucu é capturado por qualquer um dos moradores, a carne é compartilhada entre todas as chefias de família, fomentando-se, assim, um espírito de cooperação e solidariedade inerente à comunidade. Dessarte, a extração de frutos e produtos de origem animal é necessária na subsistência do grupo, oferecendo uma diversidade de alimentos nutritivos e saborosos. Tal prática enaltece a cultura local e fortalece os laços entre os moradores, os quais compartilham os recursos naturais de maneira sustentável, assegurando, assim, o sustento e o bem-estar coletivo.

## 2.12 Preservação

Após análise dos fatos expostos no presente estudo, torna-se manifesta a abordagem adotada pelos habitantes da comunidade em relação à utilização dos recursos naturais existentes em sua localidade. Em suas práticas, eles visam usufruir somente o necessário, evitando a exploração excessiva e assegurando, assim, a sustentabilidade dos ecossistemas locais.

Destaca-se, de modo relevante, que as florestas situadas às margens do lago não são submetidas a desmatamentos indiscriminados para a realização de atividades agrícolas (conforme pode ser notado na Figura 12).

**Figura 12:** Lago de Urumaú, Prainha



Fonte: Acervo do autor (2023).

A supressão vegetal ocorre unicamente em situações específicas, como na edificação de moradias, sendo, inclusive, realizada de forma controlada. Tal fato demonstra a consciência dos residentes no que tange a evitar o desflorestamento meramente para fins de limpeza das imediações lacustres.

Por intermédio dessas atitudes, torna-se compreensível que eles almejam evitar a desmedida devastação florestal, reconhecendo o valor, a importância e os

benefícios conferidos pelos recursos naturais à subsistência e permanência de toda a coletividade, levando em consideração o bem-estar imediato da comunidade e o equilíbrio e a harmonia de todo o ambiente em que se inserem.

Os depoimentos prestados pelos moradores e as atividades descritas no presente estudo constituem evidências irrefutáveis de que a preservação dos recursos naturais é uma prática reflexiva, consciente e meritória. Os residentes reconhecem os limites dos recursos e a imprescindibilidade de protegê-los com vistas a assegurar sua sustentabilidade a longo prazo.

Essa postura responsável em relação ao meio ambiente reflete a consciência da comunidade quanto à preservação dos recursos naturais para as gerações vindouras. Tal consciência ambiental representa um exemplo digno de admiração, revelando que é plenamente factível conviver em harmonia com a natureza e utilizar os recursos de maneira consciente e sustentável.

A gente não derruba a mata da beira do lago porque a gente anda uns quinze metros por dentro da mata e consegue matar uma caça, e se a gente derrubar vai ficar mais difícil pra encontrar elas, as caças depois né, porque elas vão embora daqui de perto, vão mais pra longe. Tem gente que pode até pensar que a gente é preguiçoso porque tem a mata aqui perto da casa e a gente não roça e nem derruba, mas se derrubar fica ruim até pros peixes que aí não vai ter mato na beira do lago, e aí eles vão embora e vai ficar mais difícil. A gente sabe que se a gente for derrubar a mata da beira do lago depois vai fazer falta e aí pra onde é que nós vamos depois? Do jeito que tá difícil na cidade, é melhor a gente cuidar do que é nosso isso aqui não é de outra pessoa, é daqui que gente tira o nosso sustento, se a gente não cuidar quem vai? Ninguém. (Raimundo Oliveira, popular Cói).

Esse mato que tem aqui na beira do lago ajuda quando a gente quer comer uma caça porque a caça vem aqui perto de casa e aí dá pra gente matar, mas se a gente derrubar ou então queimar só pra ficar mais limpo, mais bonito, elas não vão mais voltar pra cá, elas vão embora, então é isso, se tirar esse mato aqui da beira do lago os peixes vão varar do lago e procurar outro lugar onde tenha esse mato aí o capim. Um dia desse eu matei uma caça aqui perto de casa. Desde quando nós viemos pra cá já tinha tudo isso aqui e porquê que a gente vai acabar se é a gente que mora aqui. (Pivete)

Se a derruba a mata aqui perto da casa pra fazer o roçado as caças ficam assustadas da gente e por causa do barulho e aí elas não vão mais vim no roçado e aí elas vão embora pra mais longe daqui. O roçado fica longe da casa e não tem muito barulho, porque se ficar tudo limpo não vai ter onde a caça se esconder e até os peixes se assustam e foge daqui. (Bernaldo M da Fonsêca)

O testemunho apresentado traz considerações de relevância ímpar acerca da preservação da floresta adjacente ao lago e sua conexão com a subsistência e o sustento da comunidade local. Os indivíduos mencionam que a vegetação não é suprimida, pois a mata desempenha relevância na caça e na pesca, assegurando-lhes o provimento alimentar.

Ao manter a floresta em estado preservado, eles têm a capacidade de adentrá-la por alguns metros e obter êxito na empreitada de caçar, garantindo, desse modo, uma fonte de proteína para sua subsistência. Caso ocorresse o desmatamento da mata, as presas se distanciariam, tornando-se mais árdua a tarefa de localizá-las novamente, uma vez que buscariam refúgio em áreas mais distantes. Os peixes também seriam afetados, pois a ausência de vegetação nas margens do lago os compelia a migrar para outros territórios em busca de abrigo e alimento.

Denota-se, pois, a compreensão dos indivíduos acerca da importância da preservação ambiental para sua própria sustentabilidade. Segundo José Augusto Pádua, em *Um Sopro de Destruição*, muitas comunidades rurais no Brasil entendem a preservação ambiental como uma questão de sobrevivência, reconhecendo que o equilíbrio entre a exploração dos recursos naturais e a conservação é essencial para a continuidade de sua subsistência. Apesar de tais atitudes poderem ser interpretadas como inação ou descuido por alguns, eles reconhecem que a mata próxima de suas residências representa um recurso inestimável e indispensável para salvaguardar seu sustento (Pádua, 2002).

Estão cientes de que, caso haja o desaparecimento da floresta, haverá uma lacuna no futuro, levando-os a questionar onde buscarão os recursos naturais necessários. Para Alfredo Wagner Berno de Almeida, em *Terras de Quilombo, Terras Indígenas, “Babaçuais Livres” e Cidadania*, muitas dessas comunidades têm uma relação de interdependência com o meio ambiente, onde a degradação dos recursos naturais significaria o colapso de seu modo de vida (Almeida, 2006).

Diante das adversidades enfrentadas no meio urbano, esses indivíduos valorizam o que possuem em sua localidade e assumem a responsabilidade de preservar esse ambiente. Conforme observa Maristella Svampa, em *Ecología Política y Extractivismo en América Latina*, o surgimento de uma consciência ambiental entre as populações rurais se baseia na percepção de que os recursos naturais são limitados e de que a responsabilidade por sua conservação recai, em grande parte, sobre as próprias comunidades. Compreendem que, se eles próprios não se dedicarem a zelar por essa região, ninguém o fará (Svampa, 2019). Tal consciência patenteia uma conexão entre a comunidade e a natureza ao seu redor, como analisado por Pádua (2002), ao destacar a relação simbiótica entre a proteção ambiental e a sobrevivência das populações locais.

O depoimento de Pivete reforça a importância desse ambiente natural para a

obtenção de caça. Relata sua recente experiência de caçar um animal próximo de sua residência e ressalta que tal ambiente já se fazia presente quando eles chegaram à localidade. Para ele, não há sentido em pôr fim a algo que é parte integral de sua forma de vida.

Bernaldo M da Fonsêca acrescenta que, ao desmatar a floresta para a prática do roçado, as presas se assustam com o ruído e se afastam. O roçado, situado a uma distância considerável das habitações, é um espaço mais tranquilo e preservado, onde a caça ainda pode ser encontrada. Enfatiza que, caso toda a vegetação seja suprimida, as presas não terão onde se esconder e até mesmo os peixes se amedrontarão e fugirão.

Esses depoimentos realçam a sabedoria e o conhecimento local acerca da importância da preservação ambiental para a subsistência da comunidade. A manutenção da floresta nas margens do lago é imperativa para assegurar o suprimento alimentar, tanto por meio da caça quanto da pesca.

### 2.13 A permanência da comunidade

Após haver transcorrido um longo período dedicado à conversação com os habitantes, tratando de temas relativos à pesquisa em curso e até mesmo de assuntos alheios ao âmbito direto da vida comunitária, percebi, de forma clara e inequívoca, a completa falta de interesse destes em abandonar o local onde a grande maioria deles nasceu, cresceu e estabeleceu sua família.

Tal conexão com o território e a comunidade manifesta-se em cada expressão verbalizada e em cada gesto dos moradores locais. Segundo Milton Santos, em *O Espaço do Cidadão*, a relação entre a comunidade e seu território não se limita ao uso dos recursos naturais, tendo em vista que envolve uma dimensão simbólica e afetiva que fortalece os laços sociais e culturais. Ainda que residam numa região remota, carente de recursos tecnológicos, tal condição em nada diminui ou restringe o pensamento existente em cada chefe de família, e mesmo naqueles desprovidos dessa posição. Santos (1993) argumenta que, em comunidades afastadas dos grandes centros urbanos, o espaço geográfico é vivenciado de maneira mais expressiva, permitindo uma valorização da serenidade e da liberdade que o ambiente natural oferece.

Eles valorizam a serenidade, a liberdade e as oportunidades encontradas em

seu ambiente natural. Conforme destaca Eduardo Galeano, em *As Veias Abertas da América Latina*, comunidades tradicionais frequentemente reconhecem a importância de viver em harmonia com a natureza, priorizando a qualidade de vida e a autonomia sobre a acumulação de bens materiais. Galeano (1971) observa que essa visão de mundo contrasta com a lógica capitalista de acumulação, valorizando o equilíbrio entre homem e meio ambiente.

Essa realidade, assim como outras que pude observar, despertou em mim grande admiração. A oportunidade de aprender junto a uma pequena povoação, cujos primeiros moradores e os mais idosos que ainda ali residem não tiveram acesso à instrução formal, nem mesmo a oportunidade de frequentar uma escola, é verdadeiramente fascinante. Mesmo diante dessa ausência de educação formal, tais indivíduos possuem um pensamento reflexivo e respeitável acerca da vida.

As habilidades, técnicas e conhecimentos transmitidos de geração em geração constituem verdadeiros tesouros. Desde seus antepassados, os habitantes aprenderam a viver em harmonia com a natureza, a valorizar os recursos naturais e a preservar o equilíbrio do ecossistema. Esses ensinamentos perpetuam-se e são transmitidos, enriquecendo as gerações que crescem imersas em tamanha opulência.

Num mundo cada vez mais obcecado pelo progresso tecnológico e pela acumulação de riquezas materiais, a comunidade que tive a oportunidade de conhecer é um exemplo inspirador. Eles nos recordam que a verdadeira riqueza reside nas relações humanas, na conexão com a natureza e no respeito pelos ensinamentos dos antepassados. Trata-se de uma lição que podemos extrair deles: a felicidade e a plenitude podem ser encontradas no seio das coisas simples da vida.

A política empregada e seguida por todos é, indubitavelmente, uma política voltada para a "comunidade". Trata-se de uma política distinta daquela retratada nos periódicos, revistas, noticiários televisivos e outros meios informativos, nos quais são veiculados atos ou ações de representantes que deturpam o verdadeiro significado da política. Os habitantes, uma parcela pequena, porém insignificante, da população, têm ciência do autêntico significado desta palavra, não obstante isso não implique desconhecimento de uma meta de vida que não interfira ou prejudique a si próprios.

A filosofia adotada espelha fielmente o *modus vivendi* deste povo, que, quiçá, desconheça o verdadeiro significado e a origem da Filosofia, bem como a prática de filosofar, pensar e agir com seus termos técnicos. Contudo, eles abraçam uma filosofia de vida desprovida desses termos, não se trata da filosofia enquanto disciplina do

currículo escolar, dos padrões institucionais de ensino (escolas, universidades), mas sim da filosofia de viver, a filosofia, ainda que submersa, mas cuja existência é reconhecida em cada ser enquanto ser racional.

A ética permeia todos os sentidos, todos os valores, todos os lugares onde a vida se faz presente. Não se trata de compreender o significado da ética em todos os lugares onde há vida, mas sim do fato de que, caso haja respeito por uma determinada liberdade de cada ser, seja ele irracional ou racional, então haverá a presença da ética.

Deste modo, podemos inferir que o elemento que mais contribuiu para a construção de uma corrente de pensamento, ou melhor, que conseguiu até o presente momento estabelecer normas e fazer com que estas sejam seguidas, inquestionavelmente, foi a educação recebida e transmitida desde tempos remotos, por intermédio de seus ancestrais.

Esta modalidade de educação, fundada na vivência e no aprendizado prático, moldou uma sociedade em que o senso de responsabilidade, respeito e cooperação. A transmissão de valores e conhecimentos de geração em geração, por meio da experiência cotidiana, possibilitou que a comunidade desenvolvesse uma estrutura social sólida e duradoura.

É inspirador testemunhar como esta parcela diminuta da população encontrou nas tradições, nos ensinamentos ancestrais e no mútuo respeito os pilares para uma convivência harmoniosa. Eles nos demonstram que é viável construir uma sociedade embasada em valores éticos, em que a política verdadeiramente se orienta para o bem comum e em que a educação se configura como um processo contínuo, arraigado na própria existência.

É por meio destas ações que se vislumbra a identidade cultural da comunidade. Importa salientar que a educação básica, do 1º ao 4º ano do Ensino Fundamental, é ofertada na comunidade, com assistência a todas as crianças em idade escolar. Mesmo durante o período letivo, as crianças colaboram nas práticas relacionadas ao manejo do roçado, mas não durante o horário escolar.

Nessa perspectiva de vida, é possível constatar a presença de diversas técnicas e métodos desenvolvidos e empregados por indivíduos que podem ser considerados profissionais, ainda que não tenham frequentado instituições educacionais a fim de obter um diploma de valor acadêmico conferido por uma faculdade. Entretanto, essas pessoas possuem habilidades que se enquadram



facilmente nos conceitos das ciências sociais, que se dedicam ao estudo do comportamento e dos costumes humanos, como a cultura.

Esses conceitos podem ser encontrados nas obras de estudiosos como Clyde Kluckhohn, Bronislaw Malinowski, Pêrsio dos Santos Oliveira, Freud e nos conhecimentos antropológicos em geral. As habilidades e conhecimentos dos membros da comunidade são tão enraizados que se tornam profissionais em suas próprias práticas culturais, aplicando técnicas e conhecimentos transmitidos ao longo das gerações.

Tais práticas e habilidades vão além da mera execução de tarefas cotidianas. Elas carregam consigo um conhecimento da cultura e de suas raízes, fornecendo uma base sólida para a compreensão dos aspectos sociais, históricos e simbólicos presentes na vida comunitária.

É fascinante observar como essa comunidade, mesmo desprovida de formação acadêmica tradicional, consegue preservar e transmitir um conhecimento tão rico e complexo. São guardiões de uma sabedoria ancestral, capazes de aplicar conceitos e práticas que se harmonizam perfeitamente com os estudos científicos e antropológicos acerca da cultura humana.

A valorização dessas habilidades e a incorporação dos conceitos científicos à sua cultura evidenciam a capacidade de adaptação e ressignificação que essa comunidade possui. Demonstram que o conhecimento não se restringe às instituições formais, mas pode ser construído e transmitido de formas diversas, incorporando as próprias vivências e tradições.

Percebeu-se também que os habitantes da comunidade São João evidenciam um menor interesse em empreender a realocação de suas residências, mesmo cientes da inacessibilidade de certos bens materiais que podem ser obtidos nas áreas urbanas. Tal circunstância pode ser interpretada à luz das concepções freudianas acerca do controle do desejo e da sublimação da libido. Nesse contexto, a mencionada comunidade parece encontrar prazer e satisfação em seu modo de existir, valorizando aspectos que transcendem o âmbito dos bens materiais.

A conexão com a identidade cultural, a simplicidade da vida comunitária, a preservação das tradições e a harmonia com a natureza podem ser compreendidas como formas de sublimação da libido, direcionando a energia para aspectos não necessariamente vinculados ao prazer sexual. Desse modo, os habitantes encontram satisfação e plenitude em seu convívio comunitário, reforçando a concepção de que a

existência não se circunscreve meramente à acumulação de riquezas materiais.

É notável observar como essa comunidade manifesta uma compreensão implícita dos conceitos freudianos, ainda que não tenham tido contato direto com a teoria psicanalítica. Eles parecem equilibrar os impulsos primários e as demandas sociais, valorizando uma forma de vida que ressoa com a noção de sublimação da libido. Por meio dessa perspectiva, eles cultivam uma harmonia entre o indivíduo e a comunidade, buscando prazer e satisfação de maneiras que transcendem o âmbito puramente sexual.

Apesar da existência de alguns recursos tecnológicos na comunidade, tais como televisão, aparelho de som, antena parabólica e motor de luz, estes são utilizados apenas de maneira ocasional, normalmente uma vez ao dia. Entretanto, tais recursos não têm sido capazes de influenciar os moradores a abandonarem a comunidade ou a alterarem sua perspectiva quanto à permanência no local.

Ao contrário, as escassas horas em que os meios de comunicação são utilizados apenas reforçam as convicções de cada indivíduo sobre a vida na cidade. Tal fato decorre do conteúdo transmitido pelos meios de comunicação, que apresenta a realidade urbana, aspecto que, aliado às lições legadas pelos antepassados, fortalece ainda mais a opção de viver em um ambiente de dimensões reduzidas, dotado de recursos tecnológicos limitados, mas que se revela grandioso devido à riqueza e aos recursos naturais presentes.

As verdadeiras riquezas tangíveis são encontradas na humildade e simplicidade de cada indivíduo na comunidade. Não obstante, isso não implica que sejam as únicas formas de riqueza, uma vez que diversas outras contribuem para uma compreensão acerca dos motivos pelos quais os moradores optam por permanecer no local. A conexão com a natureza e a valorização dos recursos naturais presentes na comunidade constituem elementos basilares na decisão de permanência.

A comunidade encontra beleza e plenitude nas riquezas imateriais que ultrapassam as facilidades tecnológicas. A simplicidade da vida cotidiana, a convivência harmoniosa entre os moradores, a solidariedade e a preservação dos valores tradicionais são aspectos que adquirem ainda maior relevância diante da exposição à realidade urbana proporcionada pelos meios de comunicação. Tais experiências corroboram a compreensão de que a vida na cidade pode ser permeada por desafios, agitação e despersonalização, ao passo que, na comunidade, a despeito das limitações tecnológicas, a essência humana e os laços sociais são preservados.

Os habitantes da comunidade atribuem grande valor à autonomia, à liberdade e à oportunidade de viver em consonância com a natureza. Encontram, assim, satisfação e plenitude nos detalhes mais singelos, nas relações interpessoais e na simplicidade da rotina. Essa decisão consciente de permanecer na comunidade é fortalecida pela transmissão de saberes e valores ancestrais, os quais enfatizam a importância de preservar a identidade cultural, a conexão com o ambiente natural e o apreço pelas relações interpessoais.

Dessa maneira, a comunidade de São João se destaca como um exemplo vivo de como a força da tradição, aliada à consciência acerca do impacto da cultura de massa e das influências externas, pode salvaguardar um modo de vida fundamentado em valores humanos e em uma relação harmônica com o meio ambiente. Essa resistência cultural constitui fatores determinantes na escolha dos residentes de permanecerem em seu âmbito comunitário, onde encontram um lar e um sentimento de pertencimento e uma riqueza inestimável em sua forma de existir.

Eu gosto de morar aqui porque tem mais facilidade do que na cidade, o peixe, a caça, o sustento, a tranquilidade. A cidade hoje em dia tá muito violenta e aqui a gente vive mais tranquilo. (Kleber José O. Rodrigues)

Eu gosto de morar aqui porque a gente tá solto, na cidade a gente tá preso. Eu tenho minha terra pra trabalhar, nós temos livres de marginais e de muitas coisas mais, graças a Deus. Eu gosto de morar aqui, não precisa ter muito dinheiro, a comida é mais fácil, mas eu não estudei, nunca estudei em escola e a lapiseira que usei pra estudar foi o terçado, o machado e a foice e a escola que estudei foi isso aqui o roçado. (Bernaldo M. da Fonsêca)

Eu gosto de morar aqui, eu tenho um filho que mora do meu lado, o rancho é mais fácil, dá pra comer uma fruta de vez em quando, vivo longe de confusão, por aí a gente tá mais aperrado do que por aqui pelo centro, mora aqui na minha casinha eu e Deus, tá todo mundo perto do outro né parente, eu tenho meu ruçadinho que dá pra fazer a minha farinha aí tiro um pouco pra bóia e eu vendo o resto na cidade e compro as coisa pra mim né parente, aí viu na cidade mais mermo pra receber o negócio do meu apusento lá no curreio né parentena e compro também a minha dispezinha, eu naci e me criei aqui na bera do lago parente, hoje eu tu cum setenta anos de idade, mas eu prefiro morar aqui do que na cidade, eu nunca istudei, nem um dia, só trabalhei até hoje. (Minervino M. da Fonseca)

Aqui é muito bom mano Deus defenda a gente num tem estranho no meio da gente, é só da família, tudo conhecido né mano, a minha mãe tá aqui em casa com nós, a gente tem o nosso roçado, nossa casinha num é nova nem bonita, mas é melhor do que na cidade, a cidade é muito violenta Deus defenda, aqui não, aqui a gente tem liberdade, na cidade a gente já num pode mais sair, tem risco de pegar uma cacetada, uma porrada, uma facada que Deus defenda, a não, aqui é melhor sim mano, Deus defenda a gente ter que ir morar pra cidade. (Maria Gomes)

Meu filho eu gosto de morar pra cá porque eu me dou e sou muito bem tratada e na cidade tudo é comprado e muitas das vezes não tinha dinheiro era outras pessoas que me davam, to longe da violência, to perto da minha família né,

tô longe de briga né meu filho, então é muito bom, olha só um vento desse, nem tem muito barulho, aqui a gente nem tem medo de sair, de dormir, é por isso né meu filho. (Ana Gomes da Fonseca)

Os testemunhos apresentados refletem as opiniões e experiências de diversos indivíduos que expressam seu contentamento em residir em áreas rurais, em contraposição às áreas urbanas. Cada um destes ressalta múltiplos aspectos positivos encontrados em seu meio rural, contrastando-os com os desafios e problemas enfrentados nas cidades.

Kleber José O. Rodrigues menciona o apreço por viver no local devido à facilidade em obter alimentos, tais como peixe e caça, e o sustento proporcionado por tais recursos naturais. Enfatiza a serenidade encontrada em sua comunidade, contrastando-a com a cidade, que considera mais violenta. A sensação de segurança e a conexão com a natureza são aspectos de relevância para ele.

Bernaldo M. da Fonsêca também valoriza a liberdade encontrada no ambiente rural. Destaca a posse de terra, onde pode trabalhar e alcançar autossuficiência. Menciona a ausência de problemas com delinquentes e outras questões que frequentemente afligem as áreas urbanas. Sua vivência é caracterizada por uma vida simples e em sintonia com a natureza, em que a terra e as ferramentas de trabalho são suas "escolas".

Minervino M. da Fonseca ressalta a proximidade com sua família e a serenidade encontrada em seu ambiente rural. Menciona a facilidade de obter alimentos, como a farinha, e a possibilidade de vendê-los na cidade para adquirir outras necessidades. Ainda que não tenha tido acesso à educação formal, enfatiza sua preferência por viver no campo, embasado em sua experiência de vida e trabalho.

Maria Gomes destaca a segurança e a ausência de estranhos em sua comunidade rural, onde todos são conhecidos e fazem parte da família. Expressa preocupação com a violência nas cidades e valoriza a liberdade encontrada em seu ambiente rural. A possibilidade de sair de casa sem receios e a tranquilidade para dormir são aspectos que ressalta como vantagens de residir no campo.

Ana Gomes da Fonseca enfatiza o tratamento respeitoso que recebe em sua comunidade rural, em contraste com a cidade, onde sentia-se dependente de outras pessoas. Aprecia a distância da violência e a proximidade de sua família. A paz e a tranquilidade também são destacadas como benefícios de viver no campo.

Tais depoimentos refletem perspectivas distintas acerca das vantagens de

habitar áreas rurais, as quais incluem facilidade de subsistência, conexão com a natureza, segurança, liberdade, proximidade familiar e tranquilidade. Evidenciam a preferência destes indivíduos por uma vida simples, afastada dos problemas enfrentados nas áreas urbanas. Cada um deles possui suas próprias vivências e razões para valorizar a vida no campo, proporcionando um quadro diversificado das vantagens percebidas por aqueles que optam por residir distantes dos centros urbanos.

### **3 CARTILHA EDUCATIVA: CONSCIENTIZAÇÃO E VALORIZAÇÃO DA CULTURA QUILOMBOLA**

A cartilha a seguir foi elaborada com o intuito de ser um recurso educacional acessível e visualmente atraente, utilizando o aplicativo Canva como principal ferramenta de *design*. A escolha do Canva se deu pela sua versatilidade e pela variedade de recursos disponíveis, que permitiram a criação de um material didático que fosse ao mesmo tempo informativo e esteticamente agradável. Com base nisso, o *design* foi planejado para garantir que o conteúdo fosse apresentado de forma simples e organizada, facilitando a compreensão dos leitores e tornando a leitura mais fluida.

O material em questão é uma proposta educativa que visa conscientizar e valorizar as comunidades quilombolas. Sua distribuição será realizada de forma estratégica em locais públicos de fácil acesso, como a única escola da região, que corrobora na educação local, e o cartório de Prainha, instituição importante para a comunidade e onde o autor da cartilha já exerceu atividades profissionais. Esses espaços foram escolhidos por serem pontos de encontro e referência para os moradores, permitindo alcançar um público diversificado, incluindo estudantes, educadores, líderes comunitários e cidadãos em geral. Com isso, busca-se fortalecer o conhecimento sobre as comunidades quilombolas, fomentar o diálogo sobre sua importância histórica e cultural e incentivar a preservação de seus saberes e práticas para as futuras gerações.

O conteúdo da cartilha foi desenvolvido a partir de uma revisão da literatura, que incluiu estudos e textos sobre as práticas culturais, sociais, econômicas e ambientais das comunidades quilombolas em geral, permitindo a construção de uma base teórica e que as informações apresentadas refletissem as realidades e as problemáticas enfrentadas por essas comunidades.

A seção específica que aborda a comunidade dos Banguelas foi realizada com base nas informações obtidas diretamente através de questionários e observações em campo, realizados durante visitas à comunidade, as quais possibilitaram um contato direto com os moradores, proporcionando um entendimento das suas práticas e modos de vida.

No que se refere à sua relevância, a cartilha corrobora na transmissão do conhecimento histórico de maneira acessível e estruturada. Sua importância reside

na capacidade de apresentar conteúdos difíceis de forma simplificada, tornando-os compreensíveis para diferentes faixas etárias e níveis de escolaridade. Segundo o historiador José Wilson Moura Santos:

[...] a cartilha atende perfeitamente aos nossos objetivos no ensino de História, haja vista que a mesma pode ser e deve ser utilizada como instrumento pedagógico por qualquer disciplina do currículo escolar e abordar sobre qualquer assunto com o intuito de ensinar e/ou informar. (Santos, 2020, p. 4).

Também, a cartilha possibilita a sistematização do conhecimento, organizando as informações de modo sequencial e coerente, o que facilita a assimilação dos conceitos históricos pelos estudantes. Nas palavras de Brum e Magalhães (2019, p. 16):

Percebemos a necessidade de materiais educativos e propostas pedagógicas que tratem das culturas e das imagens dos cotidianos dos/as alunos/as colocando em discussões seus gostos, olhares, prazeres e experiências estéticas, pois dentro do processo educacional, elas não são apresentadas na velocidade em que elas são produzidas e interpretadas e, a todo instante, nossos/as alunos/as apresentam novas visualidades e contextos em sala de aula. Cabe ressaltar que as imagens apresentadas nos livros didáticos, muitas vezes, não acompanham as necessidades e os desejos de aprendizagens dos alunos/as, sendo que as que estão fora dos livros didáticos se apresentam muito mais sedutoras e atraentes.

Dessa maneira, conforme explica a pesquisadora Yelva Sousa Almeida Santana, ao adotar uma linguagem direta, a cartilha promove a democratização do saber histórico, permitindo que todos os alunos, independentemente de suas condições socioeconômicas, tenham acesso ao aprendizado. Essa característica inclusiva é importante em um país como o Brasil, onde as desigualdades educacionais são marcantes. Através da cartilha, os conteúdos históricos podem ser disseminados de forma mais equitativa, contribuindo para a formação de uma consciência crítica sobre o passado e suas implicações no presente (Santana, 2024).

Além de seu valor pedagógico, a cartilha também atua como um suporte didático que complementa outras metodologias de ensino, pois, pode ser utilizada como material de leitura e como guia para atividades em sala de aula, proporcionando aos professores um recurso adicional para enriquecer suas aulas. Ao abordar temas conectados à realidade dos alunos, a cartilha se torna um veículo de aproximação entre o conteúdo histórico e a vida cotidiana dos estudantes, estimulando o interesse e a curiosidade pelo estudo da História.

Assim, a cartilha é um paradidático que atende ao ensino de História por ser um recurso pedagógico que se destina a facilitar o aprendizado do aluno à medida que se compõe de uma linguagem simples que promove a

compreensão de conceitos científicos e do tema abordado, atrativo ao utilizar imagens do cotidiano do público alvo e se propõe a tratar de um tema específico. (Santos, 2020, p. 4).

Com base nisso, na página 1, ao abrir com o título "Raízes de Resiliência - Cultura, Sustentabilidade e Vida nas Comunidades Quilombolas: aprender para preservar e valorizar", a cartilha já estabelece um compromisso com a educação e a valorização dessas comunidades, sugerindo que o aprendizado aqui é uma ferramenta para a preservação e o reconhecimento de uma herança (Maltêz *et al.*, 2010).

Na página 2, o sumário nos orienta pelos diversos aspectos que serão abordados ao longo da cartilha, indicando que a abordagem vai desde uma introdução geral até tópicos específicos como sustentabilidade, tradições culturais, desafios enfrentados pelas comunidades e o papel da educação na preservação e transmissão desses saberes. De tal modo, organiza o conteúdo e reafirma a necessidade de uma visão integrada para entender a riqueza das comunidades quilombolas.

Na página 3, a introdução reforça a missão da cartilha, que é servir como uma ferramenta educativa para os membros das próprias comunidades quilombolas e para aqueles que desejam aprender mais sobre essa parte da história e cultura brasileiras. Esse propósito educativo é principal para a cartilha, pois não se trata tão-somente de transmitir informações, mas sim de engajar o leitor em um processo de aprendizagem que reconhece e valoriza a resistência e a resiliência dessas comunidades.




**RAÍZES DE RESILIÊNCIA -  
CULTURA, SUSTENTABILIDADE E  
VIDA NAS COMUNIDADES  
QUILOMBOLAS: APRENDER PARA  
PRESERVAR E VALORIZAR**



---

Fernando O'Grady Cabral Junior



## SUMÁRIO

- 1** Introdução
- 2** O que são comunidades quilombolas?
- 3** Sustentabilidade e respeito à natureza
- 4** Tradições e cultura
- 5** A importância da comunidade
- 6** Educação e transmissão de saberes
- 7** Desafios e resistência
- 8** Exemplo de vida: a Comunidade de Banguelas
- 9** Como apoiar as comunidades quilombolas?
- 10** Educação antirracista e o Ensino de História

---

## BEM-VINDOS À NOSSA CARTILHA

As comunidades quilombolas do Brasil são guardiãs de uma importante história, cultura e modos de vida que resistiram ao longo dos séculos. Com raízes na luta por liberdade e na busca por um espaço próprio, essas comunidades preservam tradições que são espelho da resiliência e a sabedoria de seus ancestrais.

Com base nisso, este material tem como objetivo apresentar os principais aspectos que moldam a vida nas comunidades quilombolas.



Assim, esta cartilha foi elaborada para ser uma ferramenta educativa para membros das próprias comunidades e para aqueles que desejam aprender mais sobre essa parte da história.

Ademais, as páginas 4 e 5 da cartilha se dedicam à explicação sobre as comunidades quilombolas, suas origens, significados e importância contemporânea. Essa abordagem é informativa e necessária para contextualizar o leitor sobre a relevância histórica e cultural dessas comunidades no Brasil, pois, entender quem são os quilombolas, como esses grupos se formaram e o papel que desempenham na sociedade atual é categórico para construir um conhecimento sobre a diversidade cultural brasileira e a resistência negra ao longo dos séculos.

Ao abordar quem são os quilombolas na página 4, a cartilha permite que o leitor compreenda as raízes históricas dessas comunidades, que surgiram como forma de

resistência ao sistema escravocrata imposto no período Colonial. Para Santos e Chaves (2007), essa resistência foi uma luta por liberdade física e pela preservação de uma identidade cultural, que, mesmo diante de inúmeras adversidades, conseguiu sobreviver e se transformar ao longo do tempo. Logo, trazer essa narrativa à luz é essencial para valorizar as lutas enfrentadas pelos afrodescendentes e reconhecer a importância dos quilombos como espaços de liberdade e construção de novas formas de organização social e cultural.

Por conseguinte, ao seguir na página 5 com a discussão sobre as práticas culturais e sociais dos quilombolas, a cartilha amplia a visão do leitor sobre a importância dessas comunidades na preservação da cultura e do meio ambiente, buscando apresentar de forma clara que os quilombolas mantêm viva uma forma de vida que valoriza a sustentabilidade, o respeito à natureza e a transmissão de saberes tradicionais.

A inclusão dessas páginas na cartilha também destaca a importância de promover o reconhecimento dos direitos das comunidades quilombolas, um aspecto que está diretamente ligado à manutenção de suas tradições e territórios. Consoante ressaltam Almeida e Nascimento (2022), a valorização dessas comunidades vai além do aspecto cultural, pois toca em questões de justiça social, onde a luta por reconhecimento e respeito aos seus direitos é uma continuação da luta histórica contra a opressão.

## QUEM SÃO OS QUILOMBOLAS?

As comunidades quilombolas são formadas por descendentes de africanos escravizados que fugiram da escravidão e criaram seus próprios territórios, chamados de quilombos. Esses grupos se estabeleceram em áreas isoladas, onde puderam viver em liberdade, preservar suas tradições e construir uma nova vida.



As origens dos quilombos remontam ao período colonial, quando o Brasil ainda era uma colônia de Portugal. Durante esse tempo, milhares de africanos foram trazidos ao país para trabalhar como escravos.

Em busca de liberdade, muitos desses africanos fugiam das fazendas e engenhos e se refugiavam em áreas afastadas, formando comunidades autossustentáveis.

---

## QUEM SÃO OS QUILOMBOLAS?

Essas comunidades desenvolveram uma rica cultura, baseada em tradições africanas, que se misturaram com influências indígenas e europeias ao longo dos anos.

Os quilombolas preservaram suas próprias formas de organização social, religião, danças, músicas e culinária, contribuindo para a diversidade cultural do Brasil.



Hoje, as comunidades quilombolas contribuem na preservação da cultura e do meio ambiente. Pois, elas mantêm vivas tradições ancestrais e promovem práticas sustentáveis que respeitam a natureza e garantem a sobrevivência das futuras gerações.

Além do mais, as comunidades quilombolas lutam por seus direitos e pelo reconhecimento de seus territórios, garantindo que sua história e cultura continuem a ser valorizadas e protegidas.

A cartilha, ao abordar o tema da sustentabilidade e do respeito à natureza nas páginas 6 e 7, cumpre um papel ao destacar a relação inerente entre as comunidades quilombolas e o meio ambiente. A inclusão desses tópicos vai além ao ressaltar a importância de uma visão de mundo que valoriza a terra como um elemento fundamental e sagrado, visto que tal perspectiva é importante em um contexto contemporâneo onde o desequilíbrio ambiental e as crises ecológicas se intensificam globalmente.

Ao explorar o modo como as comunidades quilombolas manejam os recursos naturais com cuidado e responsabilidade, a cartilha evidencia a sabedoria ancestral

que se mantém viva através das gerações, que, muitas vezes negligenciada pelo discurso hegemônico, oferece soluções práticas e sustentáveis que são de relevância singular para os problemas ambientais atuais. As práticas de agricultura familiar e pesca artesanal, descritas com destaque, mostram que é possível viver em harmonia com a natureza sem comprometer a capacidade de sobrevivência das futuras gerações.

A valorização da agricultura orgânica e do manejo florestal, conforme apresentado, enfatiza a importância de uma abordagem que vai contra a lógica destrutiva do agronegócio e da exploração predatória dos recursos naturais. Essa abordagem, ao invés de esgotar a terra, busca perpetuar um ciclo de respeito e renovação (Ferreira; Pontes; Paula, 2018).

Dessa maneira, ao inserir essas páginas, a cartilha substancia a necessidade de repensar nossas práticas e aprender com essas comunidades que, há séculos, aplicam conceitos de sustentabilidade que hoje são vistos como avanços no campo da ecologia. Além do mais, ao dar visibilidade a essas práticas, a cartilha contribui ao legitimar e promover o reconhecimento das comunidades quilombolas como guardiãs de um conhecimento ecológico.

## VIVENDO EM HARMONIA COM A TERRA

As comunidades quilombolas sempre souberam que a terra é mais do que um simples recurso. Ela é a base de sua vida e cultura. Por isso, vivem em harmonia com a natureza, adotando práticas que respeitam e preservam o meio ambiente.



A agricultura familiar é um exemplo importante, em que os quilombolas cultivam alimentos de forma orgânica, sem o uso de agrotóxicos, valorizando o solo e mantendo-o fértil para as próximas gerações. O plantio é feito de maneira tradicional, respeitando os ciclos naturais e garantindo alimentos saudáveis para a comunidade.





---

## VIVENDO EM HARMONIA COM A TERRA

Além da agricultura, os quilombolas utilizam os recursos naturais de forma consciente. Frutos são coletados das florestas com cuidado, e a pesca é realizada de maneira artesanal, sem prejudicar os rios e a fauna aquática. Eles entendem que cada elemento da natureza tem seu valor e precisa ser protegido.



A preservação das florestas também é importante para os quilombolas. Eles sabem que as matas são essenciais para a manutenção do clima, a proteção dos rios e a garantia de alimentos e remédios naturais. Por isso, manejam o solo e os recursos florestais com respeito, garantindo que sua terra continue viva e próspera para os que virão depois.



As páginas 8 e 9 da cartilha, por sua vez, destacam as tradições e a oralidade como bases para a preservação da identidade coletiva. Ao explorar essa temática, a cartilha celebra a diversidade cultural quilombola e ressalta a importância de compreender e valorizar as manifestações culturais como formas de resistência e afirmação de identidade em um contexto marcado por desafios históricos e sociais.

A cultura quilombola, representada por práticas como danças, festas e a música, carrega em si o valor de entretenimento e a função de manter viva a história e os saberes ancestrais (Furtado; Carmo, 2024). A escolha de destacar a roda de samba e as festas juninas nas páginas mencionadas transcende a simples descrição

de eventos culturais, pois grifa como essas manifestações atuam como veículos de coesão social e memória coletiva, funcionando como elos que conectam o passado ao presente, permitindo que cada geração quilombola se reconheça em sua história e fortaleça seu senso de pertencimento.

Também, ao tratar da oralidade, a cartilha acerta ao colocar em evidência um dos aspectos mais basilares da cultura quilombola, que é a transmissão de conhecimento através da palavra falada. As histórias contadas de geração em geração são mais do que narrativas; elas são formas de preservação de valores, conhecimentos e ensinamentos que moldam a identidade dessas comunidades. Conforme Lima (2019, p. 10) nos ensina:

[...] compreende-se que para grupos minoritários como os quilombolas e indígenas, que foram excluídos do processo educacional cujo principal mecanismo é a escrita, a oralidade passou a ser um dos principais instrumentos para a construção da história e da identidade desse grupo e, quando se faz uma análise sobre o asseguramento dos direitos destes grupos, percebe-se que a oralidade vai ser o principal elemento utilizado por eles.

Ao inserir esses conteúdos, a cartilha reafirma a importância de reconhecer e valorizar as manifestações culturais das comunidades quilombolas como expressões legítimas e necessárias para a construção de uma sociedade mais consciente de sua diversidade.

A inclusão dessas páginas destaca a necessidade de preservar essas práticas culturais, especialmente em um mundo onde a globalização e a modernidade, ao mesmo tempo que conectam diferentes culturas, frequentemente ameaçam diluir as especificidades culturais de grupos minoritários. De acordo com as explicações de Valentim e Trindade (2011, p. 297-298):

Na chegada destes novos valores, marcadamente midiáticos, ocorrem outros impactos que podem ser denominados de sócio-culturais e que não incidem de forma direta na subsistência das famílias, mas que dizem respeito ao patrimônio imaterial das comunidades. Entre estes, são identificados pelos próprios quilombolas: a diminuição dos grupos folclóricos, o desaparecimento de folguedos, bem como a crescente adesão às igrejas pentecostais e a atual invisibilidade das tradicionais [...]

Nesta seara, essas tradições, que carregam consigo a identidade, a história e o saber ancestral dessas comunidades, enfrentam o risco de serem perdidas para as gerações futuras.

## A CULTURA QUE NOS UNE

A cultura das comunidades quilombolas é cheia de tradições que passam de geração em geração. As danças, festas e músicas são formas de celebração e maneiras de manter viva a história e os saberes ancestrais.

Uma das tradições mais conhecidas é a roda de samba, onde todos se reúnem para cantar e dançar ao som de tambores e outros instrumentos. A música é alegre, cheia de ritmo, e a dança envolve todos, dos mais jovens aos mais velhos, criando um forte senso de comunidade e pertencimento.



---

## A CULTURA QUE NOS UNE

As festas juninas são outro momento especial, onde a comunidade celebra com quadrilhas, fogueiras e comidas típicas. Essas festas são formas de reafirmar a identidade cultural quilombola, trazendo à tona a importância dos costumes e das tradições.



Outra questão é que oralidade tem um papel necessário na preservação da cultura quilombola. As histórias dos antepassados, os ensinamentos e os conhecimentos sobre a natureza e a vida são transmitidos de boca em boca, de pais para filhos.

Essa tradição de contar histórias mantém a memória viva, assegurando que as novas gerações conheçam suas raízes e saibam a importância de sua herança cultural.



A abordagem das páginas 10 e 11 da cartilha destaca a importância da educação e da transmissão de saberes nas comunidades quilombolas, bem como os problemas enfrentados por esses grupos na preservação de sua identidade cultural e na luta por direitos fundamentais. A ênfase na educação quilombola, como apresentado na página 10, é basilar, pois a perpetuação dos conhecimentos e práticas tradicionais através das gerações é uma das principais formas de resistência e resiliência cultural (Yoshida; Penna, 2021).

O aprendizado, que ocorre principalmente de maneira informal, é necessário para manter viva a identidade dessas comunidades, que muitas vezes têm suas

tradições ameaçadas pela modernização e pelas pressões externas. Nesse sentido, a educação vai além do simples repasse de informações; pois, é a base de sustentação da construção da autonomia e da continuidade das práticas culturais.

Já a importância da página 11 está em expor os problemas que as comunidades quilombolas enfrentam em sua luta diária por justiça e dignidade. A luta pela terra, que já perdura por séculos, simboliza a resistência dessas comunidades contra as forças que historicamente buscaram despojá-las de seus direitos.

Além da questão territorial, os quilombolas passam por dificuldades no acesso a serviços básicos, como educação e saúde, especialmente em áreas isoladas. Outrossim, a inclusão da escravidão moderna como uma preocupação real dessas comunidades aponta para um medo de que as opressões do passado possam se manifestar de novas formas, colocando em risco a autonomia duramente conquistada.

A cartilha, ao abordar esses temas, cumpre um papel de conscientização e valorização das lutas quilombolas como uma questão de justiça social e forma de garantir que suas histórias, culturas e modos de vida continuem a existir e a enriquecer a diversidade cultural do Brasil.

## APRENDER E ENSINAR: A EDUCAÇÃO QUILOMBOLA

Nas comunidades quilombolas, a educação é passada de geração em geração. A educação informal, onde pais, avós e outros membros mais velhos da comunidade ensinam os mais jovens, é uma parte desse processo.

Eles compartilham suas experiências sobre a terra, as plantas, os costumes e as histórias dos antepassados, garantindo que a cultura quilombola continue viva e forte.



## ENFRENTANDO OS DESAFIOS COM CORAGEM

Porém, as comunidades quilombolas enfrentam muitos desafios na busca por justiça e dignidade.

A luta pela terra, que já dura séculos, ainda é uma das batalhas mais difíceis. Muitos quilombolas ainda lutam para garantir o direito de viver em suas terras ancestrais, enfrentando ameaças de desapropriação e violência.

Além disso, o acesso a direitos básicos como educação, saúde e infraestrutura é limitado, especialmente em áreas mais isoladas.



Outro problema é a preservação da identidade cultural. A pressão da modernidade e a falta de reconhecimento colocam em risco as tradições e saberes que são a base da vida quilombola.

Há também o medo da "escravidão moderna," uma preocupação real de que as mesmas forças opressoras do passado possam se manifestar de novas maneiras, ameaçando sua autonomia.



## BANGUELAS: UM EXEMPLO DE SUSTENTABILIDADE E TRADIÇÃO

A comunidade de Banguelas, localizada em Prainha (PA), é um grupo de quilombolas que tem preservado, ao longo de gerações, uma maneira de viver que respeita a natureza e mantém vivas as tradições culturais que foram passadas pelos seus antepassados.

Uma das práticas mais marcantes em Banguelas é a produção de farinha de mandioca, atividade que sustenta as famílias e preserva técnicas tradicionais de cultivo e preparo.



Fonte: Autoria própria (2023).

O processo é realizado de forma coletiva, envolvendo toda a comunidade, desde o plantio até a colheita e produção final.

A mandioca é cultivada em roçados preparados com cuidado, utilizando técnicas de manejo sustentável que evitam o esgotamento do solo e a degradação ambiental.

A inclusão das páginas 12, 13 e 14 é necessária para ilustrar os conceitos apresentados ao longo do material. Ao focar na comunidade de Banguelas, essas páginas exemplificam de maneira prática a aplicação dos valores discutidos, como sustentabilidade, preservação cultural e resistência.

A escolha por destacar a comunidade estudada serve para mostrar que os princípios gerais abordados na cartilha são realidades vividas por comunidades quilombolas específicas. A produção de farinha de mandioca, descrita na página 12, simboliza mais do que um simples processo agrícola; tendo em vista que é espelho da resiliência cultural, o saber ancestral e a economia de subsistência sustentável que



caracteriza essas comunidades. A forma coletiva como o trabalho é realizado é um exemplo vivo de como a cooperação e o compartilhamento de conhecimentos fortalecem a coesão social e garantem a continuidade das tradições.

As páginas 13 e 14 expandem essa visão, apresentando a força e a determinação com que a comunidade de Banguelas enfrenta problemas contemporâneos, como a preservação da cultura e do meio ambiente em um mundo cada vez mais pressionado pela modernidade e pela exploração. A prática do extrativismo consciente, a celebração de festas tradicionais e a proteção da floresta e dos rios são retratadas como atividades cotidianas e atos de resistência cultural e ambiental.

Deste modo, ao dedicar espaço para a comunidade de Banguelas, a cartilha valoriza essa comunidade em particular e destaca a importância de se olhar para o local e o específico como formas de entender o global e o universal. A narrativa de Banguelas serve como uma ponte entre a teoria e a prática, mostrando que as raízes da resiliência quilombola estão entrelaçadas com o cuidado da terra, a preservação cultural e a luta por direitos.

---

## ENFRENTANDO OS DESAFIOS COM CORAGEM

A comunidade de Banguelas se destaca pela sua rica cultura e tradições, em que a religiosidade é um elemento presente na vida dos moradores;

As festas juninas, que incluem danças, músicas e comidas típicas, são momentos de união e celebração cultural dos quilombolas.



Como já citado, a floresta e os rios ao redor da comunidade são altamente preservados.



Fonte: Autoria própria (2023).

## ENFRENTANDO OS DESAFIOS COM CORAGEM

A comunidade pratica o extrativismo de forma consciente, utilizando apenas o que é necessário para sua subsistência. A caça, a pesca e a coleta de frutos são realizadas de maneira que não comprometem o equilíbrio ecológico da região. A floresta e os rios ao redor da comunidade são preservados. A floresta e os rios ao redor da comunidade são preservados.



Fonte: Aatoria própria (2023).



Fonte: Aatoria própria (2023).

Posteriormente, as páginas 15, 16 e 17 da cartilha oferecem um caminho para a conscientização e a ação em prol das comunidades quilombolas. A página 15, que discute maneiras concretas de apoio às comunidades, avigora a ideia de que a preservação e o fortalecimento da cultura quilombola são responsabilidades de toda a sociedade e não exclusivamente do Poder Público.

Ao incentivar o consumo de produtos quilombolas, a participação em eventos culturais, o engajamento na luta por direitos e a abertura ao diálogo, a cartilha promove a solidariedade e a cooperação como colunas para a resistência e a sobrevivência dessas comunidades.

Da mesma forma, a página 16 aborda a educação antirracista e a importância do ensino da História quilombola, ressaltando a necessidade de uma educação que promova a equidade e o reconhecimento das contribuições das populações afrodescendentes. Ao citar a Lei nº 10.639/2003, a cartilha enfatiza a urgência de se construir uma sociedade mais justa, onde todas as vozes, especialmente as marginalizadas, sejam ouvidas e respeitadas.

A conclusão da cartilha, na página 17, retoma o título e a ideia central do material, reforçando a mensagem de que a preservação das culturas quilombolas é um dever de todos. Ela serve como um convite à reflexão e à ação, lembrando que a resistência das comunidades quilombolas é, em última instância, uma luta pela preservação de um patrimônio cultural inestimável que pertence a toda a humanidade. Dessa forma, a cartilha se posiciona como uma ferramenta para a educação e a mobilização social, contribuindo para a construção de um futuro em que a diversidade seja valorizada e as injustiças históricas, finalmente, superadas.

## JUNTOS SOMOS MAIS FORTES

Para que continuem a resistir, existir e prosperar, é essencial que recebam o apoio de todos nós. Existem diversas maneiras de colaborar com essas comunidades, ajudando a fortalecer sua autonomia e a valorizar seu patrimônio cultural, tais como:



**Consumir produtos quilombolas:** compre alimentos, artesanatos e outros itens produzidos pelas comunidades para fortalecer sua economia local.



**Valorizar e respeitar a cultura:** participe de eventos, festivais e celebrações quilombolas, aprendendo e divulgando suas tradições.



**Apoiar a luta por direitos:** engaje-se em campanhas, assine petições e apoie a regularização fundiária.



**Ouvir e dialogar:** esteja aberto a entender as necessidades e demandas dos quilombolas, promovendo um diálogo respeitoso e inclusivo.



**DIVULGUE ESTE MATERIAL COM  
FAMÍLIA E AMIGOS!**

## EDUCAÇÃO ANTIRRAÇISTA E O ENSINO DE HISTÓRIA QUILOMBOLA

Diante deste contexto de busca de melhorias, a educação antirracista é essencial para a construção de uma sociedade mais igualitária. Assim, a Lei nº 10.639/2003, por exemplo, tornou obrigatório o ensino da História da África e dos Afro-Brasileiros em todas as escolas do país.

Ensinar a história das comunidades quilombolas é um ato de resistência e de reconhecimento da luta e da resiliência dessas populações. Ao abordar essas temáticas nas salas de aula, promovemos uma educação que combate o racismo e valoriza a diversidade cultural.

Igualmente, essas práticas educativas ajudam a construir um futuro onde todas as vozes, especialmente as que foram historicamente marginalizadas, sejam ouvidas e respeitadas.



"Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, por sua origem ou ainda por sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender, e se podem aprender a odiar, elas podem ser ensinadas a amar."

- Nelson Mandela

## **RAÍZES DE RESILIÊNCIA - CULTURA, SUSTENTABILIDADE E VIDA NAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS: APRENDER PARA PRESERVAR E VALORIZAR**



Fernando O'Grady Cabral Junior

Ao final deste capítulo, é preciso destacar que a abordagem das práticas culturais, das lutas e das resistências das comunidades quilombolas fortalece a identidade dessas populações e enriquece a compreensão histórica de nossa sociedade como um todo. A cartilha, ao oferecer caminhos de apoio e ao promover a educação antirracista, prepara o terreno para uma discussão mais ampla sobre a importância do produto educacional no Ensino de História.

Logo, o produto educacional apresentando, materializado na forma de uma cartilha, possui uma relevância no Ensino de História ao oferecer uma abordagem

para a compreensão das dinâmicas históricas das comunidades quilombolas. Consoante a perspectiva de Kilma Maísa de Lima Gondim:

Do ponto de vista metodológico, a cartilha serve como um produto educacional que serve mais do que a função de transmissão de conhecimento, pois pode atuar como uma ferramenta de intervenção social, considerando que através dela busca-se impactar positivamente a comunidade, promovendo a conscientização e a mobilização. (Gondim, 2024, p. 119).

A importância deste material ultrapassa sua função informativa, posicionando-se como uma ferramenta para o desenvolvimento de uma educação mais inclusiva e engajada com as realidades culturais e sociais que moldam a identidade nacional. No cerne deste produto educacional, destaca-se o uso da História Oral, uma metodologia que enriquece o ensino histórico ao permitir a preservação e valorização das memórias coletivas de grupos tradicionalmente marginalizados.

A História Oral é uma abordagem metodológica que privilegia as vozes daqueles que muitas vezes foram silenciados nos registros históricos tradicionais. Ao incluir depoimentos, narrativas e memórias das comunidades quilombolas, a cartilha amplia o escopo do ensino histórico, incorporando perspectivas que são espelhos das experiências vividas e as lutas dessas comunidades.

Nesta perspectiva, essa prática preserva o patrimônio imaterial das culturas quilombolas e proporciona aos estudantes uma compreensão empática dos processos históricos que influenciam as realidades atuais. Ao ouvir diretamente as vozes dos protagonistas da história, os alunos são convidados a questionar as narrativas oficiais e a refletir sobre as várias camadas que compõem a memória coletiva de um povo.

Conforme Freire (1987) defende que a educação deve ser um processo de conscientização (ou "conscientização"), no qual os educandos não são somente receptores passivos de conhecimento, mas sim agentes ativos na construção de seu próprio saber. Nesse sentido, a cartilha que utiliza a História Oral como eixo central alinha-se com a proposta freireana de uma educação libertadora, na medida em que possibilita aos alunos se verem como sujeitos da história, cujas vozes e experiências são imprescindíveis para a compreensão do passado e do presente.

O produto educacional, ao utilizar a História Oral como eixo central, oferece uma oportunidade de conectar o passado com o presente de forma viva e dinâmica, aproximando os estudantes das experiências vividas pelas comunidades que compõem o tecido social do Brasil. Esta conexão se torna ainda mais expressiva no



contexto do Ensino de História, uma disciplina onde a compreensão dos processos históricos é tradicionalmente mediada por fontes escritas e documentos oficiais.

Essas fontes, embora importantes, frequentemente refletem as perspectivas e interesses das elites dominantes, relegando as vozes e experiências dos grupos subalternos a uma posição secundária ou até mesmo ao esquecimento. Neste sentido, a cartilha é uma ferramenta transformadora, capaz de trazer à tona as narrativas daqueles que foram silenciados, proporcionando aos alunos uma compreensão mais diversa da história.

Ao integrar essas vozes esquecidas ou marginalizadas, a cartilha colabora na democratização do conhecimento histórico, assegurando que todos os sujeitos históricos, independentemente de sua posição social ou origem étnica, sejam reconhecidos e valorizados. Assim, enriquece o conteúdo curricular, ampliando o escopo das narrativas apresentadas aos alunos e desafia as concepções tradicionais do que constitui a história e quem são seus protagonistas.

Pois, Freire (1987) argumenta que a educação deve desafiar as estruturas de poder e dominação, permitindo que os marginalizados tomem consciência de sua situação e lutem por sua emancipação. Ao integrar as vozes esquecidas ou marginalizadas das comunidades quilombolas, o material contribui para a conscientização dos alunos sobre as desigualdades históricas e a importância de uma visão crítica da história.

Em vez de se limitar aos grandes eventos e figuras históricas, a cartilha permite que os estudantes explorem a história a partir de várias perspectivas, entendendo-a como um processo vivido por todos, inclusive pelos que, historicamente, foram excluídos dos registros oficiais.

Essa abordagem inclusiva da história tem implicações para a formação dos alunos, visto que, ao serem expostos a uma diversidade de narrativas, os estudantes desenvolvem uma visão crítica do passado, capaz de reconhecer as contradições que marcaram os processos históricos. Eles são encorajados a questionar as versões hegemônicas da história e a refletir sobre as maneiras como o poder e a dominação moldaram as narrativas que lhes foram transmitidas.

Outrossim, ao reconhecerem a validade e a importância das experiências daqueles que foram marginalizados, os alunos aprendem a valorizar a diversidade cultural e a ver a história como um campo de resistência, onde diferentes vozes e perspectivas lutam por espaço e reconhecimento.

Ao promover uma visão inclusiva da história, a cartilha também contribui para a construção de uma identidade nacional mais plural, considerando que desafia as narrativas monolíticas que frequentemente dominam os currículos escolares e oferece uma alternativa que valoriza a contribuição de todos os grupos que compõem a sociedade brasileira.

Essa abordagem é importante em um país como o Brasil, cuja história é marcada por desigualdades sociais e raciais. Com base nisso, o material resgata uma parte indispensável da história do Brasil e inspira os alunos a reconhecerem e a lutarem contra as injustiças que ainda persistem em nossa sociedade.

Em adição, a utilização da História Oral no Ensino de História corrobora na promoção de uma educação antirracista e na desconstrução de preconceitos arraigados, visto que também instiga os estereótipos e preconceitos que historicamente têm desumanizado essas populações.

Através das narrativas orais, os alunos são expostos a uma rica história de saberes, práticas culturais e resistências que têm sustentado essas comunidades ao longo dos séculos, contribuindo para a formação de cidadãos mais conscientes das injustiças sociais e mais comprometidos com a luta pela igualdade e pelos direitos humanos.

Além do mais, essa abordagem permite que os alunos compreendam como as práticas culturais não são estáticas, haja vista que estão em constante evolução, influenciadas por fatores internos e externos, como as mudanças sociopolíticas e as pressões da modernidade.

Ao explorar a continuidade e a transformação dessas práticas culturais ao longo do tempo, os estudantes reconhecem o papel ativo das comunidades quilombolas na preservação de suas tradições, bem como na adaptação às novas realidades impostas por um mundo em constante mudança. Visto que, para Freire (1987), o diálogo é inerente ao processo educativo, pois é através do intercâmbio de experiências e conhecimentos que se constrói uma compreensão mais ampla da realidade.

Esse reconhecimento é necessário para entender a história não exclusivamente como uma sequência linear de eventos, pois é um processo dinâmico, onde a resistência e a resiliência corroboram nesta seara. Dessa forma, esse processo de ensino-aprendizagem, que valoriza as histórias orais e a experiência direta das comunidades quilombolas, enriquece o conhecimento histórico dos alunos

e desperta neles uma sensibilidade especial para com a diversidade cultural que caracteriza a nação brasileira.

Ademais, o produto educacional alicerçado na História Oral possibilita um ensino de História que é enraizado na realidade local e cultural dos alunos. Ao trazer para a sala de aula as histórias e memórias das comunidades quilombolas, a cartilha cria um espaço onde os estudantes podem ver refletidas as suas próprias identidades e histórias familiares.

Esta conexão pessoal com o conteúdo educativo fortalece o engajamento dos alunos, tornando o aprendizado mais relevante para suas vidas, bem como, ao reconhecer e valorizar as contribuições culturais das comunidades quilombolas, a cartilha ajuda a construir um senso de orgulho e pertencimento nos estudantes, especialmente aqueles que compartilham dessa herança cultural em Prainha.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim como destacado ao longo deste trabalho, a pesquisa se propôs a analisar a história e as práticas culturais, sociais e econômicas das comunidades quilombolas em Prainha, com foco especial na comunidade de Banguelas. Ao longo deste estudo, foi possível explorar a formação histórica dessas comunidades, os desafios que enfrentam em sua luta pela permanência e reconhecimento de seus direitos territoriais, e como essas dinâmicas se entrelaçam com a preservação de suas tradições culturais. Através de visitas *in loco*, entrevistas e observações diretas, a pesquisa aprofundou-se nas estratégias adotadas pelos quilombolas para salvaguardar seus modos de vida e adaptá-los às exigências contemporâneas, garantindo a continuidade de sua identidade cultural e autonomia.

No decorrer da dissertação, ficou evidente que o conhecimento transmitido entre gerações, tanto em relação ao manejo da terra quanto às práticas culturais, constitui o alicerce para a sobrevivência e o fortalecimento dessas comunidades. Dessa maneira, a riqueza dessa pesquisa ultrapassa o estudo isolado da produção agrícola e se estende à compreensão mais ampla da vida comunitária, onde a terra e os recursos naturais são vistos como meios de subsistência e símbolos de resistência e de pertencimento ancestral. A relação inerente entre os quilombolas e o território é central para a definição de sua identidade e de suas práticas sociais, espelhando uma forma de organização que se perpetua mesmo diante das adversidades e da marginalização histórica.

A partir deste estudo, foi possível estabelecer uma coesão acerca da existência deste lar desde os seus pioneiros, os desbravadores deste local de riqueza. Eram indivíduos que almejavam restaurar os vínculos familiares mantidos em seus corações e ansiavam pela liberdade de escolher onde, como e por que estabelecer relações, sem a ingerência de terceiros.

Embora esta morada seja modesta, a sua grandeza reside na qualidade dos seus bens imateriais. As lições de vida proporcionadas por esta moradia apresentam-se em inúmeras formas de existir, aproveitando escassos recursos tecnológicos na tentativa de acompanhar as constantes mutações culturais provocadas pela humanidade, reforçando a opção de aderir à comunidade em virtude das dificuldades enfrentadas para manter-se na urbe e do temor pelos elevados índices de violência.

A maneira como as atividades culturais são conduzidas nesta comunidade é notavelmente digna de destaque. Tal fato não se deve unicamente à longa residência dos membros neste local, nem tampouco à composição da comunidade por indivíduos, inclusive os mais idosos, que não tiveram oportunidade de estudar.

Destaca-se, também, a atitude responsável de preservação das tradições, notadamente dos recursos naturais existentes desde os primeiros habitantes, os desbravadores desta região de opulência, os quais são, até os dias de hoje, respeitados e protegidos em relação ao exercício de práticas sustentáveis de manejo. A extração dos diversos tipos de recursos naturais ocorre de forma coletiva, demonstrando a consciência de não se apegar excessivamente a bens materiais, uma reflexão proveniente de seus bens imateriais.

Nesta sociedade que aparenta sofrer influências da Cultura Afro-Brasileira, a antiga forma de disseminação dos ensinamentos religiosos e os rituais cerimoniais de devoção a uma divindade eram conduzidos de casa em casa durante algumas noites da semana por uma pequena caravana cerimonial composta pelos próprios membros desta família. Essa tradição perdurou por décadas.

Na atualidade, as cerimônias são solenizadas aos domingos em uma diminuta capela situada às margens do lago, em datas religiosas que coincidem com as celebradas pela Igreja Católica. Todos os habitantes são devotos do Catolicismo desde os tempos primordiais. No âmbito desse contexto católico, sobressai-se a reverência a São João, cujo nome permeia essa área cultural, sendo venerado como patrono santo.

Essa reduzida comunidade manifesta, por meio de suas atividades, um modo de vida que pode ser descrito como rústico, em virtude dos métodos empregados para a subsistência, tais como o cultivo de roçado, bem como uma filosofia de vida do homem comum. No que tange à obtenção de alimentos, destaca-se a prática do extrativismo de frutos, sendo o açaí e a bacaba os mais consumidos para complementar as refeições, notadamente com carne de caça e pescado, que são salgados.

O extrativismo animal, mediante a caça e a pesca, é efetuado dentro de limites impostos e aceitos por todos os membros do grupo, de acordo com os padrões culturais, com a finalidade de preservar as diversas espécies que habitam a região. É curioso observar que, quando alguém captura um pirarucu, ele é compartilhado entre os chefes de família. As belezas naturais às margens do lago, onde a comunidade

está estabelecida, são preservadas até os dias atuais, pois os próprios moradores reconhecem a importância de não desmatar, uma vez que a supressão das árvores, sobretudo nas áreas adjacentes ao lago, afugentaria a fauna e os peixes.

A extração de madeira ocorre a partir das árvores derrubadas nas áreas destinadas ao cultivo de roçado. Essa madeira é aproveitada e utilizada na edificação das moradias internas à própria comunidade, enquanto aquelas que não são aproveitadas servem como combustível para fornalhas.

A retirada de madeira do roçado apenas é efetuada em casos de extrema necessidade. As residências são construídas com madeira ou palha, possuindo paredes e coberturas de palha, lascas e telhas de fibrocimento. Algumas habitações apresentam piso de paxiúba, e as casas de forno são erigidas com madeira bruta, barro e palha. Durante muitos anos, a derrubada das árvores e sua utilização eram executadas por meio de serrotes, demandando ainda maior esforço. Atualmente, a motosserra é empregada.

A única atividade econômica praticada consiste no cultivo de reduzidos roçados de mandioca, destinados à produção de farinha de mandioca para comercialização na sede municipal. Com métodos e utensílios primitivos, revela-se a tradição desse povo em preservar ensinamentos e técnicas, inclusive na confecção de produtos artesanais como tipiti, aturá, paneiro, entre outros, além da própria farinha de mandioca. A motor rabetta é utilizada para auxiliar em três funções: transporte, iluminação e fabricação da farinha.

No que diz respeito aos produtos derivados da mandioca, incluem-se o tucupi, a crueira, a tapioca, a farinha de tapioca, os beijus e outros, todos destinados ao consumo alimentar. O transporte da mandioca é realizado por meio de utensílios carregados nas costas. A comunidade recebe orientações básicas do agente comunitário de saúde, o qual realiza visitas mensais e semanais, dependendo do período.

Ainda que escassas sejam as residências que possuem alguns dispositivos eletrodomésticos, todos os integrantes da comunidade usufruem de seu uso. O transporte de madeira beneficiada, mandioca e farinha até as margens do lago é realizado mediante o carregamento desses materiais nas costas dos indivíduos. Os únicos meios de transporte utilizados para deslocamento dentro e fora do lago consistem nas embarcações conhecidas como cascos e rabetas.

Cada sociedade cultural utiliza os recursos disponíveis a fim de preservar ou transformar elementos culturais inerentes a sua vida, existência e perpetuação. É, dessa forma, um fato que todas as culturas se assemelham e, simultaneamente, se distinguem umas das outras. Elas assemelham-se pela ação de construir e transformar os elementos empregados em sua linguagem comunicativa interna. Todavia, diferem na maneira como cada uma produz seus elementos comunicativos, onde e quando os conservam em seu interior.

Durante o breve período em que me dediquei a coletar informações para esta empreitada, tive a oportunidade de testemunhar um dos fatores que sustenta a continuidade dessa comunidade. Tal fator é demonstrado por meio de uma educação familiar que vem sendo transmitida, ou melhor, facilitada por meio do diálogo desde os primeiros anos de existência, mesmo por indivíduos que jamais tiveram a oportunidade de frequentar uma instituição de ensino.

Trata-se de uma verdadeira arte que se manifesta como uma lição de vida e se revela nos dias dos descendentes, os quais cresceram sob a proteção e os cuidados de seus antecessores. Ainda que não tenham frequentado uma instituição escolar formal, eles adquiriram conhecimento por intermédio da escola da vida, laborando nos roçados e utilizando ferramentas de trabalho para fabricar farinha e realizar outras atividades voltadas à sustentabilidade de suas famílias, mantendo, dessa forma, uma cultura enaltecida.

Dessa maneira, podemos reforçar que os genitores foram os únicos e verdadeiros mestres que eles tiveram. Por meio de todas as experiências vivenciadas nessa trajetória racional, o diploma que alcançaram, por meio de tantas lutas e sacrifícios, pode ser qualificado como "Filhos de Homens de Cultura", pela EFBPPF (Escola Familiar Banguelana Passado Presente e Futuro), visto que "onde há vida, há incompletude".

Nessa diminuta Instituição Educacional dos Banguelas, o contato com ações provenientes de pessoas detentoras de vasto conhecimento, responsáveis por preservar a existência e que, muitas vezes, são valorizadas apenas naqueles que concluíram um curso universitário, é uma realidade. Assim sendo, a tarefa de preservar heranças, adquirir novas linguagens, transformá-las e transmiti-las em seu âmbito social está intimamente relacionada às necessidades de cada agrupamento, ainda que distantes do que é considerado como civilização, pois buscam perpetuar sua cultura.

Ainda que haja a ausência de indivíduos eruditos, que adquiriram conhecimento por meio da leitura de obras literárias, isso não implica que uma sociedade seja incapaz de desenvolver elementos simbólicos que compõem sua cultura. Tal fato reforça, inclusive, a cultura desse povo, que não teve acesso à leitura em livros ou à frequência escolar, mas revela-se autêntico leitor dos fenômenos naturais e exímio praticante da preservação e do respeito à natureza, evitando causar danos que possam comprometer o meio social.

Sendo assim, em qualquer local onde ocorra a existência coletiva humana, haverá vida e essa vida se expressa por meio de uma relação de conhecimento, alinhando os símbolos representativos de sua comunicação social, o que é digno de reconhecimento.

Entretanto, o modo de vida de cada sociedade, ou seja, sua cultura, não está isento de sofrer mudanças em seu contexto social, influenciadas por outros padrões culturais de determinada comunidade. Tal circunstância advém do fato de que o ser humano é dotado de um sistema racional, a psique, o qual o distingue de outros seres animais, tornando-o aparentemente capaz de aceitar ou rejeitar tais influências.

Importa salientar que não existe um tempo predeterminado para a atuação de cada cultura, seja ela portadora ou não de inovações tecnológicas, letradas, urbanas ou rurais, no que tange às diversas formas de conhecimento. Na verdade, a comunidade São João é um exemplo de relação que não causa prejuízos à natureza e mantém interações sociais pautadas em uma lógica embasada na consciência moral ou ética, preservando, assim, sua cultura.

O ser humano possui necessidades, contudo, tais necessidades não se limitam apenas à satisfação de seus sentidos enquanto ser racional. Um corpo se torna órfão quando está isolado e estático. A essência presente no corpo é o que diferencia sua relação com o mundo.

Além dos aspectos abordados, a cartilha desenvolvida como produto educacional é um elemento de relevância desta pesquisa e para a continuidade da preservação cultural e do conhecimento tradicional das comunidades quilombolas, especialmente da comunidade dos Banguelas. Através desse material, foi possível consolidar e registrar práticas, saberes e modos de vida que, de outra forma, poderiam se perder ao longo das gerações. Para isso, a cartilha documenta a riqueza cultural e histórica dessa comunidade e funciona como um recurso pedagógico para a disseminação desses conhecimentos no âmbito educacional.



O valor da cartilha reside em sua capacidade de conectar as gerações presentes e futuras com a herança cultural de seus antecessores, promovendo um diálogo contínuo entre o passado e o presente. Ao ser utilizada em contextos de ensino, tanto formais quanto informais, a cartilha oferece aos estudantes uma compreensão das práticas sustentáveis e das tradições culturais que caracterizam a comunidade dos Banguelas, reforçando a importância de preservá-las.

## REFERÊNCIAS

AGÊNCIA PARÁ. **Governo do Pará reconhece comunidade quilombola em Prainha**. 2023. Disponível em: <https://agenciapara.com.br/noticia/29249/governo-do-para-reconhece-comunidade-quilombola-em-prainha>. Acesso em: 19 abr. 2024.

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. Editora FGV, 2018.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Terras de quilombo, terras indígenas, "babaçuais livres" e cidadania**. Manaus: PPGSCA, 2006.

ALMEIDA, Márcia Regina Galvão de; NASCIMENTO, Elaine Ferreira do. Ocupação, produção e resistência: terras quilombolas e o lento caminho das titulações. **Interações (Campo Grande)**, v. 23, n. 4, p. 945-958, 2022.

ALVES, Adeir Ferreira. **Organização social no Quilombo Mesquita: trabalho, solidariedade e atuação das mulheres**. 2019. 153 f., il. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos e Cidadania)—Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

ANJOS, José Carlos Gomes dos; QUADROS, Milena Silvester; LOPEZ, José Daniel Gómez. Tensões cosmopolíticas na regularização territorial de uma comunidade quilombola no sul do Brasil. **Contemporânea**, v.11, n.1, p. 365-385, 2021.

BENISTE, José. **História dos Candomblés do Rio de Janeiro**. Editora Bertrand Brasil, 2020.

BOHN, Simone; GROSSI, Patricia Krieger. The Quilombolas' Refuge in Brazil: Social Economy, Communal Space, and Shared Identity. **The Black Social Economy in the Americas: Exploring Diverse Community-Based Markets**, p. 161-186, 2018.

BRASIL. **Ato Das Disposições Constitucionais Transitórias**. 1988. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/conadc/1988/constituicao.adct-1988-5-outubro-1988-322234-normaatualizada-pl.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. 1988. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 29 jun. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003**. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2003/D4887.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4887.htm). Acesso em: 29 jun. 2023.

BRASIL. **Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010**. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm). Acesso em: 29 jun. 2023.

BRASIL. **Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850**. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L0601-1850.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L0601-1850.htm). Acesso em: 29 jun. 2023.

BRUM, Lucas Pacheco; MAGALHÃES, Marcos Vinícius. Cartilha pedagógica: potências pedagógicas entre visualidades. **Revista da FUNDARTE**, v. 39, n. 39, p. 149-167, 2019.

BUNKER, Stephen G. **Underdeveloping the Amazon: extraction, unequal exchange, and the failure of the modern state**. Urbana: University of Illinois Press, 1985.

CARDOSO, Alanna Souto. **Descolonizando a cartografia histórica amazônica: representações, fronteiras étnicas e processos de territorialização na Capitania do Pará, Século XVIII**. Orientadora: Rosa Elizabeth Acevedo Marin. 2018. 382 f. Tese (Doutorado em Ciências do Desenvolvimento Socioambiental) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

CARDOSO, Anna Carolina et al. **Narrativas Negras: Biografias ilustradas de mulheres pretas brasileiras**. Editora Voo, 2021.

CASCUDO, Luís da Câmara. **História da alimentação no Brasil**. Global Editora e Distribuidora Ltda, 2017.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. **A inconstância da alma selvagem: e outros ensaios de antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2002.

CHAVES, Leilane Oliveira; SILVA, Edson Vicente. Comunidades negras no Ceará: da invisibilidade à formação dos quilombos contemporâneos. **Novos Cadernos NAEA**, v. 20, n. 3, 2018.

CHEIBUB, Michelle Carvalho. **Patrimônio Cultural e Comunidades Remanescentes de Quilombos: direitos culturais e instrumentos de proteção do IPHAN**. 2015. 114 f. Programa de Especialização em Patrimônio (Mestrado Profissionalizante) - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), 2015.

DEUS, Zélia Amador. **Caminhos trilhados na luta antirracista**. Autêntica Editora, 2020.

ELIADE, Mircea. **O sagrado e o profano: a essência das religiões**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

FERREIRA, Odivaldo Costa. **Reescrita de narrativas de uma Amazônia inventada: ações pedagógicas para séries iniciais da comunidade quilombola de Abacatal**. 2017. 167 f. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal da Integração Latino-Americana, 2017.

FERREIRA, Priscila Fonseca; PONTES, Altem Nascimento; PAULA, Manoel Tavares. Agricultura familiar e segurança alimentar na Comunidade Quilombola África, Abaetetuba (PA). **Natural Resources**, v. 8, n. 2, p. 60-65, 2018.

FERREIRA, Priscilla. Racial capitalism and epistemic injustice: Blindspots in the theory and practice of solidarity economy in Brazil. **Geoforum**, v. 132, p. 229-237, 2022.

FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e prática de ensino de História**. Papyrus Editora, 2003.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREITAS, Sônia Maria. **História oral: possibilidades e procedimentos**. Editora Humanitas, 2006.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 48. ed. São Paulo: Global, 2003.

FURTADO, Gabriela Galvão Braga; CARMO, Maria Madalena dos Santos. “Dança do cajá”: aspectos culturais do ser negro-índio no quilombo Itamoari, Pará. **Revista Aedos**, v. 16, n. 35, p. 294-312, 2024.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. 26. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1971.

GEDRAT, Dóris Cristina; ALVES, Gehysa Guimarães; SILVA, Ângela Maria Pereira. Percepção de Preconceito num Quilombo Urbano do Sul do Brasil. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 40, p. e215919, 2020.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GONDIM, Kilma Maísa de Lima. **Títulos de terra às mulheres na cidade de Viseu-PA**: uma análise da regularização fundiária no período de 2010 a 2022. 2024. 167 f. Dissertação (Programa de Pós Graduação em História) - Universidade de Caxias do Sul, 2024.

GUIMARÃES, Selva. **Didática e prática de ensino de História**. Papyrus Editora, 2014.

HEMMING, John. **Tree of Rivers**: the story of the Amazon. London: Thames & Hudson, 2008.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1936.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades e Estados**. 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pa/prainha.html#:~:text=Popula%C3%A7%C3%A3o%20estimada%2029.827%20pessoas%20Densidade%20demogr%C3%A1fica%201%2C98%20hab%2Fkm%C2%B2,Escolariza%C3%A7%C3%A3o%206%20a%2014%20anos%2092%2C3%20%25%20IDHM>. Acesso em: 10 jun. 2023.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **História da Prainha**. 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/prainha/historico>. Acesso em: 10 jun. 2023.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE divulga retrato inédito sobre quilombolas e ressalta modelo de consulta às lideranças dessa população**. 2022. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/noticias-por-estado/37489-ibge-divulga-retrato-inedito-sobre-quilombolas-e-ressalta-modelo-de-consulta-as-liderancas-dessa-populacao>. Acesso em: 29 jul. 2024.

JESUS, Marcos Túlio Pereira de. **A autobiografia do ex-escravizado Mahomah Gardo Baquagua: vozes e dialogismo**. 2022.

KRULL, Wellington Ferreira. **Bahia: nos Trilhos Da Colônia Leopoldina (História, Educação Básica, Quilombo, Currículo)**. Editora Dialética, 2020.

LEFF, Enrique. **Ecologia, capital e cultura: racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Vozes, 1986.

LEITE, Maria Jorge Santos. Tráfico atlântico, escravidão e resistência no Brasil. **Sankofa (São Paulo)**, v. 10, n. 19, p. 64-82, 2017.

LEMONS, C. M. **Se me der licença, eu entro; se não der, eu vou embora**: Patrimônio e Identidade na comunidade quilombola Chacrinha dos Pretos (Belo Vale/MG). 2014. 145 f. 2014. Dissertação (Mestrado)-Curso de Antropologia, Programa de Pós Graduação em Antropologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

LIMA, Crislane dos Santos. **Oralidade versus escrita: a importância da oralidade na demarcação de territórios quilombolas**. 2019. Dissertação (Humanidades) - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, 2019.

LIMA, Thais Nivia et al. **História & ensino de História**. Autêntica, 2013.

LOPES, Carla Joelma Oliveira. Quando o quilombo é rio: territorialidades da pesca entre quilombolas ribeirinhos, no baixo Tocantins (Pa). **O espaço geográfico amazônico em debate: dinâmicas**, p. 57, 2020.

MACHADO, Fernanda Silva; NASCIMENTO, Nelian Costa. **Língua, Discursos, Relações Étnico-Raciais e de Gênero: Questões Identitárias e Político-Culturais**. Editora Appris, 2023.

MALTÊZ, Camila Rodrigues et al. Educação e Patrimônio: O papel da Escola na preservação e valorização do Patrimônio Cultural. **Pedagogia em ação**, v. 2, n. 2, p. 1-117, 2010.

MAMIGONIAN, Beatriz. **Africanos livres: a abolição do tráfico de escravos no Brasil**. Editora Companhia das Letras, 2017.

MARINHO, Thais Alves. Territorialidade e Cultura entre os Kalunga: para além do culturalismo. **Caderno CRH**, v. 30, p. 353-370, 2017.

MEDINA, Isis Saraiva Leão. **"Sou da linha de Umbanda"**: A simbologia presente na indumentária de Preto Velho e Exu no ritual de Umbanda. 2020. 50 f. Monografia (Graduação em Design-Moda). Instituto de Cultura e Arte, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2021.

MONTEIRO, Cristiano Sobroza. **"Negros em terra de italianos"**: etnografia da migração de moradores da comunidade remanescente de quilombos Arnesto Penna Carneiro de Santa Maria, RS, para Caxias do Sul, RS. 2012. 193 f. Dissertação (Ciências Sociais) – Universidade Federal de Santa Maria, 2012.

MORAES, Marcelo José Derzi. A filosofia ubuntu e o quilombo: a ancestralidade como questão filosófica. **Revista África e Africanidades**, v. 12, n. 32, p. 01-11, 2019.

MORAN, Emilio F. **Through Amazonian eyes: the human ecology of Amazonian populations**. Iowa City: University of Iowa Press, 1993.

NASCIMENTO, Abdias. **O quilombismo**. Editora Perspectiva SA, 2020.

OLIVEIRA, Reinaldo José. Territórios quilombolas em cidades negras no Brasil: primeiras observações censitárias para as políticas públicas. **Odeere**, v. 8, n. 3, p. 140-159, 2023.

PÁDUA, José Augusto. **Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

PÁDUA, José Augusto. **Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

PEREIRA, Paulo Fernando Soares. Negras re (existências): a contribuição da patrimonialização quilombola no processo de reconstrução da identidade nacional no Brasil. **Kwanissa: Revista de Estudos Africanos e Afro-Brasileiros**, [S. l.], v. 4, n. 8, 2021.

PEREIRA, Paulo Fernando Soares. **Os esquecimentos da memória: o tombamento do patrimônio cultural quilombola e a formulação de uma política pública**. 2020. 350 f., il. Tese (Doutorado em Direito)—Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

PIZZANI, Luciana *et al.* A arte da pesquisa bibliográfica na busca do conhecimento. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 10, n. 2, p. 53-66, 2012.

PONTES, Daniela Barros *et al.* **Educação na Tradição Oral de Matriz Africana: A Constituição Humana Pela Transmissão Oral de Saberes Tradicionais—Um Estudo Histórico-Cultural**. Appris Editora e Livraria Eireli-ME, 2019.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 22. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

REZENDE, Lilian Cristina *et al.* Nurses' practice in quilombola communities: an interface between cultural and political competence. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 73, 2020.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

ROCHA, Everardo P. Guimaraes. **O que é etnocentrismo**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

ROCHA, Maria Célia Albino da. **Biopirataria das plantas medicinais enquanto apropriação dos conhecimentos tradicionais da Amazônia Brasileira**. 2019. 183 f. Dissertação (Pós-graduação em Direito) – Universidade Federal de Santa Maria, 2019.

ROCHA, Niel. **A educação Quilombola e a reprodução cultural afrodescendente**. Viseu, 2019.

RODRIGUES, Sávia Maria Leite; GUIGUER, Mariney Barros. Efetivação de direitos humanos na regularização fundiária quilombola. **Publicações da Escola Superior da AGU**, v. 10, n. 1, 2018.

SANTANA, Yelva Sousa Almeida. **Cem anos do registro civil de Itatuba-Paraíba: uma reconstituição histórica sobre a realização de casamentos na sede do município (2021-2024)**. 2024. 146 f. Dissertação (Programa de Pós Graduação em História) - Universidade de Caxias do Sul, 2024.

SANTOS, Ale. **Rastros de resistência: Histórias de luta e liberdade do povo negro**. Panda Books, 2019.

SANTOS, André Rodrigues. Conceito de intolerância religiosa. **Periódico de Cadernos de Resumos e Anais da Faculdade Unida de Vitória**, v. 5, n. 2, 2018.

SANTOS, Gilberto Lima dos; CHAVES, Antonio Marcos. Ser quilombola: representações sociais de habitantes de uma comunidade negra. **Estudos de Psicologia (Campinas)**, v. 24, p. 353-361, 2007.

SANTOS, Isis Caroline Siqueira et al. Agricultura familiar no quilombo de Abacatal: Os modos de produção são sustentáveis?. **Cadernos de Agroecologia**, v. 10, n. 3, 2016.

SANTOS, José Rodrigues. **Comunicação**. Difusão cultural, 1992.

SANTOS, José Wilson Moura. Cartilha como produto para o ensino de história e patrimônio cultural imaterial da feira em Itabaiana/SE. **I Congresso Nacional do ProfHistória**, v.1, n.1, p. 1-13, 2020.

SANTOS, Márcio Zacarias dos. **Dos antigos engenhos banguês em Alagoas até o aparecimento das primeiras usinas na década de 1920**. 2023. 102 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) - Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2022.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. 4. ed. São Paulo: Nobel, 1993.

SANTOS, Ricardo Ventura *et al.* **Entre Demografia e Antropologia: povos indígenas no Brasil**. Editora Fiocruz, 2019.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SILVA, Alcione Ferreira. Concentração fundiária, quilombos e quilombolas: faces de uma abolição inacabada. **Revista Katálysis**, v. 24, p. 554-563, 2021.

SILVA, André Ricardo Fonsêca. Políticas públicas para comunidades quilombolas: uma luta em construção. **Política & trabalho**, n. 48, p. 128, 2018.

SILVA, Augusto César Acioly Paz; MELO, George Manoel Farias. Pantera Negra e Zumbi dos Palmares: possibilidades de usos fílmicos no ensino de História. **Revista Maracanan**, n. 32, p. 168-188, 2023.

SILVA, Givânia Maria da; SOUZA, Bárbara Oliveira. Quilombos e a luta contra o racismo no contexto da pandemia. **Boletim de Análise Político-Institucional**, n. 26, 2021.

SILVA, Joel Severino. História da comunicação e dos seus meios: um constitutivo pedagógico. **Simpósio Internacional de Educação e Comunicação**, n. 7, 2016.

SILVA, Karollen Lima da. **Patrimônio cultural, festa e construção identitária**: uma análise do processo de certificação quilombola da Comunidade do Barranco de São Benedito (2010-2016). 2020. 133 f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de



Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2020.

SILVA, Marcelo Araújo da. **Faz do rio o caminho e da mata sua morada - balateiros do Maicuru**: Sociabilidades, história e memória como garantia de direitos territoriais e socioculturais. Orientador: Fernando Antônio de Carvalho Dantas. 2019. 125f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Sociedade) - Programa de Pós-Graduação em Ciências da Sociedade, Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, 2019.

SILVA, Marcio Antônio Both da. Lei de Terras de 1850: lições sobre os efeitos e os resultados de não se condenar “uma quinta parte da atual população agrícola”. **Revista Brasileira de História**, v. 35, p. 87-107, 2015.

SILVA, Marília Eduardo; BARBOSA, Vanderlei. Anotações sobre o conceito de quilombo. **Revista África e Africanidades**, v.13, n.37, 2021.

SILVA, Maristela Marques; ROCHA, Carla Giovana Souza. Mudanças na agricultura de corte e queima em Altamira, Pará. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 5, p. e11611528087-e11611528087, 2022.

SILVA, Sissa Carolina Ferreira da; SOUSA, Maura Cardoso de. **Avaliação da sustentabilidade em agroecossistemas de várzea e em terra firme, no município de São Domingos do Capim na região nordeste do Pará**. Orientador: Luis de Souza Freitas. 2018. 48 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Agronomia) - Universidade Federal Rural da Amazônia, Campus Paragominas, PA, 2018.

SOARES, Victor Wagner Costa; LOPES, Laysla Eduarda dos Santos. **A dinâmica e as afetividades na sociedade escravista do Brasil colonial**. Editora IFMA: São Luís, p. 73, 2019.

SOUSA, Francisco Octávio Bittencourt de. **Se o grileiro vem, pedra vai**: redes de solidariedade e suborno na Fazenda Bonito, território Kalunga. 2022. 167 f., il. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Sociais) — Universidade de Brasília, Brasília, 2022.

SOUSA, José Raul; SANTOS, Simone Cabral Marinho. Análise de conteúdo em pesquisa qualitativa: modo de pensar e de fazer. **Pesquisa e debate em Educação**, v. 10, n. 2, p. 1396-1416, 2020.

SOUZA, Adriana Mota Gomes de. **A pesca artesanal na Reserva Extrativista do Lago do Capanã Grande (Manicoré/AM)**: caracterização, sustentabilidade e governança. 2018. 190 f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia) - Centro de Ciências do Ambiente, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2018.

SOUZA, Carlos Frederico Marés de; PRIOSTE, Fernando. Quilombos no Brasil e direitos socioambientais na América Latina. **Revista Direito e Práxis**, v. 8, p. 2903-2926, 2017.

SOUZA, Jurema Machado Andrade; SACRAMENTO, Elionice Conceição. Resistance and Solidarity in Quilombo Territory: For a quilombola leader and fisherwoman, Black and Indigenous struggles for land and life are essential to collective survival in the face of the climate crisis. **NACLA Report on the Americas**, v. 54, n. 2, p. 190-196, 2022.

SVAMPA, Maristella. **Ecología política y extractivismo en América Latina**. Buenos Aires: Ediciones Tinta Limón, 2019.

TURNER, Victor. **O processo ritual: estrutura e antiestrutura**. Petrópolis: Vozes, 1974.

VAINFAS, Ronaldo. **A heresia dos índios: catolicismo e rebeldia no Brasil colonial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

VALENTIM, Renata Patricia Forain de; TRINDADE, Zeidi Araújo. Gênero e Globalização: Memórias Sociais da Gravidez e do Parto entre quilombolas do norte do estado do Espírito Santo/Brasil. **Revista Electrónica de Psicología Política**, v. 10, n. 28, 2012.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

VERGER, Pierre. **Orixás: deuses iorubás na África e no Novo Mundo**. São Paulo: Corrupio, 1981.

VILLARINHO, Rayanne Matias. História e patrimônio cultural do Mercosul: um estudo sobre os discursos acerca da Serra da Barriga–Quilombo dos Palmares. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 9, p. 64407-64418, 2020.

YOSHIDA, Consuelo Yatsuda Moromizato; PENNA, Maria Cristina Vitoriano Martines. A importância das comunidades tradicionais para a proteção e preservação do meio ambiente e do patrimônio histórico-cultural. **Revista Direito UFMS**, v. 7, n. 1, p. 71-91, 2021.

**ANEXOS****ANEXO A - ROTEIRO DE ENTREVISTAS**

Qual o seu nome e sua idade?

---

---

---

Quais as memórias da Comunidade dos quilombolas deixadas por seus pais ou avós?

---

---

---

Na sua opinião, qual o modo de vida cultural tradicional da Comunidade dos Banguelas?

---

---

---

4. Na sua opinião, quais são as formas de subsistência da comunidade (exemplos: pescas, caças, agricultura, pecuária, produção de farinha, extrativismo, dentre outros)?

---

---

---

5. Qual a religião que predomina na comunidade?

---

---

---

## QUESTIONÁRIO COLETIVO

Quantas pessoas da família estudam na comunidade? Na cidade?

Na comunidade							Na cidade							
Série	Alfa	1 a	2 a	3 a	4 a	Total	5 a	6 a	7 a	8 a	1º ano	2º ano	3º ano	Tota l
Homens														
Mulheres														
Total														

Quais os dias da semana que trabalham? Qual o horário de início e término das atividades?

Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta	Sábado	Domingo
Início						
Término						

Quais os métodos utilizados?

---



---



---

Quais métodos são utilizados na colheita?

---



---



---

Há ajuda pelos membros da comunidade nas atividades realizadas?

Que tipos?

---



---

---

Quais técnicas utilizam na fabricação ou beneficiamento dos produtos cultivados?

---

---

---

Há exploração dos recursos naturais? Quais? Qual o objetivo?

---

---

---

Há criação de animais? Os produtos derivados dos animais são consumidos ou comercializados?

---

---

---

Quais são vendidos? Onde são vendidos?

---

---

---

Quais são consumidos?

---

---

---

Quantas vezes vão à cidade durante o mês?

---

---

---

Há fabricação de produtos artesanais? Quais?

---

---

---

Em que são utilizados? Quem os ensinou a fabricá-los?

---

---

---

Quem foi o primeiro morador ou os primeiros moradores? Qual a data?

---

---

---

Por que veio ou por que vieram morar aqui?

---

---

---

Qual o nome da comunidade? Por quê?

---

---

---

Qual a data de fundação? Quem deu início?

---

---

---

Qual a localização geográfica da comunidade?

---

---

---

---

Quantidade populacional:

Homens	Mulheres
Adultos	Adultos
Crianças	Crianças

Quantas casas de morada há na comunidade? De que são construídas as casa de morada?

---

---

---

Quais as outras construções? De que são construídas?

---

---

---

Qual o motivo de ainda residirem na comunidade?

---

---

---

Qual o tamanho da área cultivada?

---

---

---

Qual a produtividade mensalmente?

---

---

---

Qual a quantia consumida?

---

---

---

Banguelas é sobrenome ou apelido? Qual a origem?

---

---

---



## ANEXO B – TERMO DE AUTORIZAÇÃO E RESULTADO DE ENTREVISTAS INDIVIDUAIS

UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL

### TERMO DE AUTORIZAÇÃO E CESSÃO DE DIREITOS AUTORAIS

Prezado entrevistado:

Pelo presente instrumento, e na melhor forma de direito, pactua-se que haja autorização e cedência do depoimento e/ou imagem, gravado (em áudio e/ou vídeo) ou registrado via correio eletrônico, de sua pessoa, para fins de utilização na elaboração de Trabalho Acadêmico do Programa de Pós-Graduação Mestrado profissional em História da Universidade de Caxias do Sul.

Este é um Termo de Autorização e Cessão de Direitos Autorais, de acordo com a Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/1998). Salientamos que o seu depoimento será analisado como um todo pelo Aluno Entrevistador e Professor Orientador, podendo ou não ser apresentado ou utilizado na íntegra.

Desde já, agradecemos e ficamos à disposição para qualquer esclarecimento por meio do e-mail [egasm@ucs.br](mailto:egasm@ucs.br) e [suelen](mailto:suelen).

Professora Eliana Gasparini Xeri

Pelo presente Termo de Autorização e Cessão de Direitos Autorais, Joice Lourenço CEDENTE

RG 6566385, CPF nº 540.356.512-49, residente na Rua Maj  
Permal n° 25, Bairro São Benedito

em Caxias do Sul - RS, cede e transfere, em caráter exclusivo, à Universidade de Caxias do Sul - CESSIONÁRIA, estabelecida na Rua Francisco Getúlio Vargas, 1130, em Caxias do Sul/RS, inscrita no CNPJ sob nº 88.648.761/0001-03, a título gratuito, de forma definitiva, irrevogável e irretornável, os direitos autorais patrimoniais decorrentes do depoimento e/ou imagem, gravado (em áudio e/ou vídeo) ou registrado via correio eletrônico, de sua pessoa, que prestei ao aluno entrevistador, Fernando O'Grady Catral Junior, na cidade de Prainha, em 11, como subsídio à elaboração de Trabalho Acadêmico – Dissertação de Mestrado em História da Universidade de Caxias do Sul.

1. O CEDENTE autoriza a CESSIONÁRIA a exercer, da forma como melhor lhe aprouver, o direito de utilizar, no todo ou em parte, editar, adaptar, compilar, divulgar, publicar, reproduzir por qualquer processo ou técnica, traduzir para qualquer idioma, incluir em base de dados o mencionado depoimento no referido Trabalho Acadêmico.

2. A cessão e transferência dos direitos autorais patrimoniais referentes ao depoimento objeto deste Termo serão válidas no Brasil e em todos os demais países.

3. A CESSIONÁRIA se compromete, desde já, a preservar meu depoimento no anonimato, identificando minha fala com nome fictício ou símbolo não relacionado à minha verdadeira identidade, caso seja de minha vontade, conforme assinalado nas opções abaixo, bem como não disponibilizá-lo a terceiros.

autorizo que minha identidade possa ser divulgada no Trabalho Acadêmico.

não autorizo que minha identidade seja divulgada no Trabalho Acadêmico.

4. O CEDENTE vê já atendidos os direitos dispostos no art. 5º, X e XXVIII, "a", da Constituição Federal, nada podendo reclamar diante da concordância expressa nesse instrumento.

Prainha-Pará 16 de Novembro de 2023

Joice da concisão/Itani

(assinatura do Entrevistado/Cedente)  
CPF nº

Atividade  
de campo  
sobre as  
festas  
culturais.

- Qual o nome e idade?  
Joice Lourenço OLIVEIRA, 22 ANOS
  - Quais as lembranças e memórias da Comunidade dos quilombolas deixadas por seus pais e avós?  
Carnava, Pista, Torcida de Bola (Futebol)  
Labi. Maria de D. João, Rosa, A Pé
  - Qual o modo de vida cultural tradicional da Comunidade dos bangueles?  
Toucos, Festa, Bola, cinema no JACI Nossa Senhora
  - Quais as formas de subsistência da comunidade assim como: pesca, caça, agricultura, pecuária, produção de farinha, extrativismo, dentre outros?  
Sim. Pesca, Fariña, milho  
Bovina, Mucil, Casu. Amora, Feijão, Agri.
  - Qual a religião predominante na comunidade dos bangueles?  
Católica. Nossa Senhora Aparecida  
nas "Banguês"
- Bingo, Torcida.  
-o (Bingo) Pista, Fariña, Banguês, ETC.  
DIFICULDADE CANGAÇA ABUS, DO ISUAMAPÉ  
RUA - CAS.

## UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL

## TERMO DE AUTORIZAÇÃO E CESSÃO DE DIREITOS AUTORAIS

Prezado entrevistado:

Pelo presente instrumento, e na melhor forma de direito, pactua-se que haja autorização e cedência do depoimento e/ou imagem, gravado (em áudio e/ou vídeo) ou registrado via correio eletrônico, de sua pessoa, para fins de utilização na elaboração de Trabalho Acadêmico do Programa de Pós-Graduação Mestrado profissional em História da Universidade de Caxias do Sul.

Este é um Termo de Autorização e Cessão de Direitos Autorais, de acordo com a Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/1998). Salientamos que o seu depoimento será analisado como um todo pelo Aluno Entrevistador e Professor Orientador, podendo ou não ser apresentado ou utilizado na íntegra.

Desde já, agradecemos e ficamos à disposição para qualquer esclarecimento por meio do e-mail [eguerri@uacs.br](mailto:eguerri@uacs.br) e [suelen](mailto:suelen).

Professora Eliana Gasparini Xerri

Pelo presente Termo de Autorização e Cessão de Direitos Autorais, Bonacito da Silva CEDENTE,

RG: 6057860 CPF nº 211816402-53 residente na \_\_\_\_\_

COMUNICANS (DA TORO (AS+ 00) BONACITA

em Caxias do Sul - RS, cede e transfere, em caráter exclusivo, à Universidade de Caxias do Sul - CESSIONÁRIA, estabelecida na Rua Francisco Getúlio Vargas, 1130, em Caxias do Sul/RS, inscrita no CNPJ sob nº 88.648.761/0001-00, a título gratuito, de forma definitiva, irrevogável e irretroatável, os direitos autorais patrimoniais decorrentes do depoimento e/ou imagem, gravado (em áudio e/ou vídeo) ou registrado via correio eletrônico, de sua pessoa, que prestei ao aluno entrevistador, Fernando O'Grady Cabral Junior, na cidade de Prainha, em 11 como subsídio à elaboração de Trabalho Acadêmico - Dissertação de Mestrado em História da Universidade de Caxias do Sul.

1. O CEDENTE autoriza a CESSIONÁRIA a exercer, da forma como melhor lhe aprouver, o direito de utilizar, no todo ou em parte, editar, adaptar, compilar, divulgar, publicar, reproduzir por qualquer processo ou técnica, traduzir para qualquer idioma, incluir em base de dados o mencionado depoimento no referido Trabalho Acadêmico.

2. A cessão e transferência dos direitos autorais patrimoniais referentes ao depoimento objeto deste Termo serão válidas no Brasil e em todos os demais países.

3. A CESSIONÁRIA se compromete, desde já, a preservar meu depoimento no anonimato, identificando minha fala com nome fictício ou símbolo não relacionado à minha verdadeira identidade, caso seja de minha vontade, conforme assinalado nas opções abaixo, bem como não disponibilizá-lo a terceiros.

autorizo que minha identidade possa ser divulgada no Trabalho Acadêmico.

não autorizo que minha identidade seja divulgada no Trabalho Acadêmico.

4. O CEDENTE vê já atendidos os direitos dispostos no art. 5º, X e XXVIII, "a", da Constituição Federal, nada podendo reclamar diante da concordância expressa nesse instrumento.

Prainha-Pará, 23 de dezembro de 2023.



(assinatura do Entrevistado/Cedente)  
CPF nº \_\_\_\_\_

## UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL

## TERMO DE AUTORIZAÇÃO E CESSÃO DE DIREITOS AUTORAIS

Prezado entrevistado:

Pelo presente instrumento, e na melhor forma de direito, pactua-se que haja autorização e cedência do depoimento e/ou imagem, gravado (em áudio e/ou vídeo) ou registrado via correio eletrônico, de sua pessoa, para fins de utilização na elaboração de Trabalho Acadêmico do Programa de Pós-Graduação Mestrado profissional em História da Universidade de Caxias do Sul.

Este é um Termo de Autorização e Cessão de Direitos Autorais, de acordo com a Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/1998). Salientamos que o seu depoimento será analisado como um todo pelo Aluno Entrevistador e Professor Orientador, podendo ou não ser apresentado ou utilizado na íntegra.

Desde já agradecemos e ficamos à disposição para qualquer esclarecimento por meio do e-mail [egzem@ucs.br](mailto:egzem@ucs.br) e [suelen](mailto:suelen).

Professora Eliana Gasparini Kerri

Pelo presente Termo de Autorização e Cessão de Direitos Autorais, WELLEY DO CEDENTE:

RG \_\_\_\_\_ CPF nº 018895742-10 residente na \_\_\_\_\_

COIMBATÃO UNIA JÁ JOTA

em Caxias do Sul - RS, cede e transfere, em caráter exclusivo, à Universidade de Caxias do Sul - CESSIONÁRIA, estabelecida na Rua Francisco Getúlio Vargas, 1130, em Caxias do Sul/RS, inscrita no CNPJ sob nº 88.648.751/0001-03, a título gratuito, de forma definitiva, irrevogável e irretroatável, os direitos autorais patrimoniais decorrentes do depoimento e/ou imagem, gravado (em áudio e/ou vídeo) ou registrado via correio eletrônico, de sua pessoa, que prestei ao aluno entrevistador, Fernando O'Grady Cabral Junior, na cidade de Prainha, em 11 como subscrito à elaboração de Trabalho Acadêmico - Dissertação de Mestrado em História da Universidade de Caxias do Sul.

1. O CEDENTE autoriza a CESSIONÁRIA a exercer, da forma como melhor lhe aprouver, o direito de utilizar, no todo ou em parte, editar, adaptar, compilar, divulgar, publicar, reproduzir por qualquer processo ou técnica, traduzir para qualquer idioma, incluir em base de dados o mencionado depoimento no referido Trabalho Acadêmico.

2. A cessão e transferência dos direitos autorais patrimoniais referentes ao depoimento objeto deste Termo serão válidas no Brasil e em todos os demais países.

3. A CESSIONÁRIA se compromete, desde já, a preservar meu depoimento no anonimato, identificando minha fala com nome fictício ou símbolo não relacionado à minha verdadeira identidade, caso seja de minha vontade, conforme assinalado nas opções abaixo, bem como não disponibilizá-lo a terceiros.

autorizo que minha identidade possa ser divulgada no Trabalho Acadêmico.

não autorizo que minha identidade seja divulgada no Trabalho Acadêmico.

4. O CEDENTE vê já atendidos os direitos dispostos no art. 5º, X e XXVIII, "a", da Constituição Federal, nada podendo reclamar diante da concordância expressa nesse instrumento.

Prainha-Pará, 23 de DEZEMBRO de 2023.

Galvane Welley do M. Santos

(assinatura do Entrevistado/Cedente)  
CPF nº \_\_\_\_\_



- 5604.
- Qual o nome e idade?  
Benedito Souza da Silva (54 anos)  
Fundador da Comunidade
  - Quais as lembranças e memórias da Comunidade dos bangueiros deixadas por seus pais e avós?
  - Qual o modo de vida cultural tradicional da Comunidade dos bangueiros?  
Africanizada, Bangueira, com tambor, melo, reza
  - Quais as formas de subsistência da comunidade assim como: pesca, caça, agricultura, pecuária, produção de farinha, extrativismo, dentre outros?  
Família, pesca, pecuária, sacos, mala, etc.
  - Qual a religião predominante na comunidade dos bangueiros?

Canicatura - Peixe - Cavalhada

Pau-Furado - (com peixe de animar)

Ava Bangueira - Macumba, (Candomblé)

Jornal Bangueira

Paiz - Foneco ou Banda

Benedito José Fonseca WEBER  
Rafael Júnior

Joselino Evangelista Souza

1. Qual o nome e idade?

GIPLESOU WESLEY DO NASCIMENTO SANTOS

2. Quais as lembranças e memórias da Comunidade dos quilombolas deixadas por seus pais e avós?

PROCESSIONES no SANTO SÃO SOTÓ, PAJAN DE WJACARA

3. Qual o modo de vida cultural tradicional da Comunidade dos bangueles?

PESCA, AGRICULTURA

4. Quais as formas de subsistência da comunidade assim como: pesca, caça, agricultura, pecuária, produção de farinha, extrativismo, dentre outros?

ACAI, BACABA (tipo de açaí) MANIÓCA

5. Qual a religião predominante na comunidade dos bangueles?

CRENÇA: CANDOMBÓ, LAZARUS

LAZARUS

- AGRICULTURA FAMILIAR

ASSIM O CONJUNTO FORMAM O BOM EJUARA

PROJETO PAJAN → FARINHA

PROJETO PAULO TUGANHO - ANTES DO PAJAN, LAZARUS, MANIÓCA, TAMBO COMO ANIMAL

WASSA (93) 984-33-54-03

12 de Maio

## UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL

## TERMO DE AUTORIZAÇÃO E CESSÃO DE DIREITOS AUTORAIS

Prezado entrevistado:

Pelo presente instrumento, e na melhor forma de direito, pactua-se que haja autorização e cedência do depoimento e/ou imagem, gravado (em áudio e/ou vídeo) ou registrado via correio eletrônico, de sua pessoa, para fins de utilização na elaboração de Trabalho Acadêmico do Programa de Pós-Graduação Mestrado profissional em História da Universidade de Caxias do Sul.

Este é um Termo de Autorização e Cessão de Direitos Autorais, de acordo com a Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/1998). Sabentamos que o seu depoimento será analisado como um todo pelo Aluno Entrevistador e Professor Orientador, podendo ou não ser apresentado ou utilizado na íntegra.

Desde já, agradecemos e ficamos à disposição para qualquer esclarecimento por meio do e-mail [cgsenti@ucs.br](mailto:cgsenti@ucs.br) e suasel.

Professora Eliana Gasparini Xerri

Pelo presente Termo de Autorização e Cessão de Direitos Autorais, Joice <sup>1016:1016</sup> <sup>0701</sup> CEDENTE:

Rg: 6566385 CPF nº 540.356.512-49, residente na Rua nº 1  
Pernambuco 25, Bairro São Benedito

em Caxias do Sul - RS, cede e transfere, em caráter exclusivo, à Universidade de Caxias do Sul - CESSIONÁRIA, estabelecida na Rua Francisco Getúlio Vargas, 1130, em Caxias do Sul/RS, inscrita no CNPJ sob nº 88.648.761/0001-03, a título gratuito, de forma definitiva, irrevogável e irretroatável, os direitos autorais patrimoniais decorrentes do depoimento e/ou imagem, gravado (em áudio e/ou vídeo) ou registrado via correio eletrônico, de sua pessoa, que prestei ao aluno entrevistador, Fernando O Grady Cabral Junior, na cidade de Prinha, em 11, como subsídio à elaboração de Trabalho Acadêmico - Dissertação de Mestrado em História da Universidade de Caxias do Sul.

1. O CEDENTE autoriza a CESSIONÁRIA a exercer, da forma como melhor lhe aprover, o direito de utilizar, no todo ou em parte, editar, adaptar, compilar, divulgar, publicar, reproduzir por qualquer processo ou técnica, traduzir para qualquer idioma, incluir em base de dados o mencionado depoimento no referido Trabalho Acadêmico.

2. A cessão e transferência dos direitos autorais patrimoniais referentes ao depoimento objeto deste Termo serão válidas no Brasil e em todos os demais países.

3. A CESSIONÁRIA se compromete, desde já, a preservar meu depoimento no anonimato, identificando minha fala com nome fictício ou símbolo não relacionado à minha verdadeira identidade, caso seja de minha vontade, conforme assinalado nas opções abaixo, bem como não disponibilizá-lo a terceiros.

autorizo que minha identidade possa ser divulgada no Trabalho Acadêmico.

não autorizo que minha identidade seja divulgada no Trabalho Acadêmico.

4. O CEDENTE vê já atendidos os direitos dispostos no art. 8º, X e XXVIII, "a", da Constituição Federal, nada podendo reclamar diante da concordância expressa nesse instrumento.

Prinha-Pará, 16 de Novembro de 2023.

Joice da enciclopédia

(assinatura do Entrevistado/Cedente)  
CPF nº